

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

***A moderna *historia magistra vitae* de José Oiticica:
regimes historiográficos e ordem do tempo no Brasil (c. 1870-1940)***

Vicente da Silveira Detoni

Orientador: Prof. Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi

Outubro de 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

***A moderna *historia magistra vitae* de José Oiticica:
regimes historiográficos e ordem do tempo no Brasil (c. 1870-1940)***

Vicente da Silveira Detoni

Orientador: Prof. Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Outubro de 2019

CIP - Catalogação na Publicação

Detoni, Vicente da Silveira
A moderna história magistra vitae de José Oiticica:
regimes historiográficos e ordem do tempo no Brasil
(c. 1870-1940) / Vicente da Silveira Detoni. -- 2019.
152 f.
Orientador: Fernando Felizardo Nicolazzi.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2019.

1. Historiografia brasileira. 2. Regimes
historiográficos. 3. José Oiticica. I. Nicolazzi,
Fernando Felizardo, orient. II. Título.

Vicente da Silveira Detoni

A moderna *historia magistra vitae* de José Oiticica:
regimes historiográficos e ordem do tempo no Brasil (c. 1870-1940)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História. Aprovada pela Banca Examinadora abaixo assinada.

Banca Examinadora:

Prof. Doutor Fernando Felizardo Nicolazzi
Orientador
Departamento de História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Profª. Rebeca Gontijo
Departamento de História
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Prof. Temístocles Américo Corrêa Cezar
Departamento de História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Profª. Mara Cristina Rodrigues
Departamento de História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Porto Alegre, 11 de outubro de 2019.

À Terpsícore

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida, imprescindível para a realização do curso de mestrado e da pesquisa que aqui apresento.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nas figuras do então coordenador Prof. Eduardo Neumann e do secretário Gabriel Focking, pelo acolhimento e pela solicitude no encaminhamento de demandas, fosse enquanto estudante ou membro da representação discente. Agradeço igualmente aos professores das disciplinas que cursei durante o mestrado com a certeza de que a dimensão teórica e reflexiva de minha formação, iniciada em outra instituição, foi aprimorada com as discussões e experiências fomentadas no interior das salas de aula do IFCH.

Agradeço à professora Mara Cristina Rodrigues e ao professor Temístocles Cezar pelas contribuições, incentivos e críticas ao texto de qualificação da dissertação que apresentei no primeiro semestre de 2018. Mais uma vez agradeço-os por aceitarem o convite de participar da banca final de defesa, assim como agradeço, pelo mesmo motivo, à Rebeca Gontijo, pesquisadora cujos trabalhos foram significativos para a elaboração da dissertação.

Sou muito grato ao professor Fernando Nicolazzi por ter aceito a orientação desta pesquisa. Sua supervisão soube aquietar meu espírito inseguro, e, sem intervir de maneira impositiva, foi precisa na difícil tarefa de equacionar os conceitos empregados com as fontes primárias e a bibliografia de apoio manipuladas na pesquisa. Para além das atividades de ensino e orientação, é uma pessoa pela qual nutro admiração e que se tornou uma referência para mim tanto em termos profissionais e intelectuais como pessoais. A dissertação foi também fruto do nosso grupo de discussão de projetos de pesquisa, formado pelo Fernando e por colegas de orientação. Também a eles este trabalho é devedor. Por questões técnicas importantes sobre as fontes utilizadas e pelas compreensões compartilhadas sobre elas, agradeço ao meu parente e colega, Piero Detoni, um fio solto, desconhecido e distante de minha árvore genealógica, que, de alguma forma misteriosa, José Oiticica conseguiu reatar.

Aos colegas do “grupo de teoria”, alguns dos quais parceiros de viagem a Mariana, como Gabriel, Alanna, Jacson e Filipe, também devo muito pelos laços que construímos, pelas conversas e aprendizados. De modo especial agradeço à Lívia pela dupla imbatível que formamos para atravessarmos a experiência do mestrado, pela amizade que só estamos começando a construir.

Agradeço aos amigos e amigas de longa data, distantes de mim, durante este período, apenas espacialmente, dispersos entre Erechim, Porto Alegre, Chapecó e Curitiba. Agradeço ao João, por bagunçar a nossa relação de íntima amizade com uma provocativa parceria intelectual. Agradeço à Eduarda, acima de tudo, pelo cuidado.

Às mulheres de minha família, Helena e Marlene, Sílvia e Fernanda, agradeço pela paciência, apoio e confiança. Tudo que faço carrega a força que vocês me transmitem. Anseio pelo momento em que poderei retribuir tudo que fazem por mim, de um modo que possa expressar a minha gratidão por estar entre vocês.

RESUMO

A dissertação apresenta uma interpretação do texto “Como se deve escrever a história do Brasil”, de autoria de José Rodrigues Leite e Oiticica (1882 – 1957), publicado na Revista Americana, em 1910, como uma réplica ao premiado e homônimo ensaio de Karl Von Martius, de 1844. Confrontando a tradição historiográfica romântica, o texto de José Oiticica surge em meio aos debates sobre a cientificidade do conhecimento histórico e às demandas por se determinar um sentido para a história do Brasil logo após proclamada a República em 1889. Com o aporte dos instrumentos de análise de Reinhart Koselleck, é tematizada a relação entre a proposta de uma nova normatividade para a prática historiográfica brasileira e a experiência do tempo na virada do século XIX para o XX no Brasil. Oiticica concebe um projeto historiográfico nacional e moderno, assentado em fundamentos considerados científicos, ao mesmo tempo que incorpora nele traços da historiografia antiga, especialmente o *topos* da *historia magistra vitae*, atribuindo a ele um estatuto particular. Ao evidenciar alguns de seus contornos específicos, pretende-se contribuir para o estudo dos regimes historiográficos emergentes no período.

Palavras-chave: Historiografia brasileira. Regimes historiográficos. José Oiticica.

ABSTRACT

The dissertation presents an interpretation of the text “Como se deve escrever a história do Brasil”, by José Rodrigues Leite e Oiticica (1882 – 1957), published in the *Revista Americana*, in 1910, as a reply to the rewarded and namesake essay by Karl Von Martius, from 1844. Confronting the romantic historiographical tradition, José Oiticica’s text emerges onto the debates about the scientificity of the historical knowledge and the demands to establish a meaning to Brazilian history after the Proclamation of the Republic in 1889. Through the analysis tools provided by Reinhart Koselleck, it's themed the relation between the proposal of a new normativity for Brazilian historiographical practice and the time experience in the turn of the XIX to the XX century in Brazil. Oiticica develops a national and modern historiographical project, based in foundations considered scientific, whilst he embodies on it traits from the ancient historiography, especially the *topos* of *historia magistra vitae*, attributing to it a particular statute. By showing some of its specific contours, this dissertation intents to contribute to the study of the historiographical regimes emerging in that time.

Key-words: Brazilian historiography. Historiographical regimes. José Oiticica.

SUMÁRIO

Introdução. Martius não ficou sem resposta.....	1
Capítulo I. José Oiticica e os modernos reformadores da história.....	14
O espelho de Von Martius.....	15
A crítica à tradição historiográfica romântica.....	20
Atualizando Von Martius.....	26
Uma moderna reforma na escrita da história.....	38
Capítulo II. A “história-problema” de José Oiticica	45
“A história nada mais é do que um problema de termodinâmica aplicado à psicologia” ...	47
O método histórico de José Oiticica	62
A história da nação de José Oiticica.....	73
O conceito moderno de história reformado.....	90
Capítulo III. José Oiticica entre os antigos e modernos	99
O cálculo de rendimento de energias.....	100
As interpretações canônicas sobre a dissolução do topos.....	105
O historiador como um juiz cientista	107
A crítica dos erros e acertos	111
Uma moderna historia magistra vitae.....	118
Conclusão. Primavera dos tempos históricos.....	127
Referências Bibliográficas.....	134

INTRODUÇÃO

Martius não ficou sem resposta

Em 1906, o consagrado crítico literário e polemista Sílvio Romero remeteu uma carta a José Oiticica em resposta a uma sugestão deste jovem escritor. Oiticica havia proposto a Romero que enviasse para a Revista “La science sociale: suivant la méthode d'observation”, fundada em 1886 pelo pedagogo francês Edmond Demolins, um estudo descritivo do estado de Sergipe elaborado segundo o método social da chamada Escola de Le Play¹, da qual esta Revista seria seu núcleo. De acordo com a carta, Romero rejeitou a recomendação de Oiticica porque, no seu entender, o dossiê da Revista se restringia ao estudo de regiões muito particulares e circunscritas, e o estado de Sergipe, extremamente diverso, seria constituído, para Romero, por, pelo menos, umas vinte destas regiões. O jovem Oiticica não teria entendido o significado preciso do termo “Pays”², utilizado pela Revista para designar o objeto de estudo específico a que deveriam corresponder as investigações dos colaboradores do periódico. Nas palavras do próprio Edmond Demolins, “Pays” é uma “circunscrição territorial que apresenta características geográficas comuns, o que acarreta condições de trabalho comuns, o que leva a condições sociais comuns”, e a região da Normandia, objeto de estudo deste autor, se subdividiria, tal qual o Sergipe de Sílvio Romero, em um certo número de “pays”; no caso desta região do noroeste da França, no mínimo em dezesseis³.

- 1 Frédéric Le Play (1806 – 1882) foi um engenheiro de minas francês que atuou como investigador social no período de consolidação da sociologia como disciplina. Monárquico e católico, foi feito senador por Napoleão III em 1848, encarregado da tarefa de contribuir com a elaboração de políticas sociais reformadoras. O periódico “La science sociale” foi fundado poucos anos após sua morte por seu discípulo Edmond Demolins (1852 – 1902), com o auxílio de Henri de Tourville (1842 – 1903). Ambos reconheciam Le Play como o fundador da ciência da sociedade, assim como Galileu o teria sido para Física, mas, afirmando o caráter progressivo da ciência, diferenciavam-se de outro grupo de seguidores do seu Mestre ao defenderem a necessidade de aperfeiçoar o método legado por ele, e não apenas aderir e divulgar as verdades que ele teria desvelado. Em razão de disputas com o grupo de sociólogos organizados no entorno de Émile Durkheim (1858 – 1917), os leplaysianos tiveram dificuldade de se inserir nos espaços da universidade francesa e tiveram os seus nomes esmaecidos de uma história do curso principal da sociologia. Jean-Louis Fabiani identificou Le Play como uma das “figuras recessivas” ao discorrer sobre como a sociologia francesa construiu para si a lenda de sua origem, Cf. BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. A Família na Obra de Le Play. **DADOS – Revista de ciências sociais**, Rio de Janeiro, vol. 45, nº3, 2002; MARTINS, Ana Maria de Castro. A escola da ciência social de Le Play na construção do conhecimento do serviço social português. **Intervenção social**, Lisboa, 1993; FABIANI, Jean-Louis. À quoi sert la notion de discipline? IN: BOUTIER, Jean; PASSERON, Jean-Claude; REVEL, Jacques. **Qu'est-ce qu'une discipline?** École des Hautes Études em Sciences Sociales, Paris, 2006.
- 2 Enquete sociale sur le pays. **La Science Sociale**: Suivant la Méthode D'Observation, Paris, Deuxième Période, Janvier, 1904.
- 3 DEMOLINS, Edmond. Comment on analyse et comment on classe les types sociaux. In: DEMOLINS, Edmond; PINOT, Robert; ROUSIERS, Paul de. La méthode sociale, ses procédés et ses applications. **La Science Sociale**: Suivant la Méthode D'Observation, 19^o Anné, Deuxième Période, 1^o Fascicule, Paris, 1904,

Para Romero, “estudioso atento das teorias de Demolins e observador crítico da recepção medíocre que tiveram no meio literário brasileiro”⁴, a incompreensão de Oiticica seria uma manifestação de sua falta de domínio das ideias desta Escola. Escreveu o então professor de Filosofia do Colégio Pedro II a Oiticica:

Se é verdade, porém, que causa prazer ver que o meu nobre patricio se vai deixando influir pelas ideias da severa escola, de que sou adepto fervoroso, não menos verdade é que o distinto confrade ainda, ao que parece, não está assaz inteirado das doutrinas, dos processos, dos métodos da escola e da valorosa literatura, já existente, por ela inspirada⁵.

José Rodrigues Leite e Oiticica, nascido em 1882 na cidade de Oliveira em Minas Gerais, estava com vinte e quatro anos de idade no momento do recebimento desta carta-resposta, e andava às voltas com a direção do Colégio Latino Americano, instituição em que também ministrava, no âmbito do ensino secundário, aulas de história e geografia⁶. Oiticica fundou este Colégio em 1906 com a ajuda de sua esposa, Francisca Bulhões, e com o apoio de seu pai, Francisco de Paula Leite e Oiticica, político do estado de Alagoas durante a primeira década da República e membro fundador da Academia Alagoana de Letras⁷. Situado no bairro do Leme no Rio de Janeiro, o Colégio Latino Americano foi um projeto educacional

p.80; p.92. Tradução nossa do francês original: “Qu'est-ce qu'un Pays? C'est une circonscription territoriale qui présente des caractères géographiques communs, ce qui entraîne des conditions de travail communes, ce qui entraîne des conditions sociales communes.”

- 4 DINIZ, Aires Antunes. A Escola Nova de Edmond Demolins segundo Sílvio Romero. **Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação**: A Educação e seus Sujeitos na História, Universidade Católica de Goiás, 05 a 08 de novembro de 2006, p.4.
- 5 ROMERO, Sílvio. A Escola de Le Play no Brasil (Carta ao Il.mo Sr. Dr. José Oiticica). In: ROMERO, Sílvio. **Brasil Social e outros estudos sociológicos**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. O crítico sergipano recusa o convite por estar envolvido com a produção de outra obra, limitando-se a enviar ao periódico francês um “esboço de classificação das zonas sociais do Brasil”.
- 6 Os dados biográficos de José Oiticica foram coligidos principalmente a partir da tese de doutorado de FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. **A trajetória de José Oiticica**: o professor, o autor, o jornalista e o militante anarquista na educação brasileira. Tese de Doutorado apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, 2008.
- 7 A família Oiticica desde seu início demonstrou ter um apreço pelos estudos clássicos e pela formação humanista, angariando certo reconhecimento no meio intelectual do século XIX e XX. O avô de José Oiticica, o Coronel Manoel Rodrigues Leite da Costa, o primeiro membro da família a adotar o sobrenome Oiticica, foi um respeitado médico de seu tempo que possuía formação também em Humanidades. Já o pai de José Oiticica, o Dr. Leite e Oiticica (1853 – 1927), além de ser Bacharel em Direito pela Escola de Recife, era conhecido por ser poliglota (fluyente, inclusive, em grego e latim), teatrólogo e folclorista, o que lhe rendeu um pedido de Gilberto Freire para que escrevesse um livro sobre as rendas no Nordeste. Sílvio Romero era outro intelectual de suas relações pois foi seu colega no curso de Direito, em sua passagem pela Escola de Recife, e na política, quando o intelectual sergipano assumiu o cargo de deputado de seu estado em 1898. Dr. Leite e Oiticica foi também sócio do Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas, instituição que presidiu do ano de 1922 até a data de seu falecimento. LAURIS JR., Renato Luiz. **José Oiticica**: reflexões e vivências de um anarquista. Dissertação apresentada a Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em Historia. Área de Conhecimento: História e Sociedade. 2009, p.24.

diretamente inspirado na “École des Roches”, fundada em 1899 pelo mesmo Ed. Demolins, que, por sua vez, inspirou-se nas experiências educacionais que àquele tempo ocorriam na Inglaterra, e amparou a sua “École” nos princípios da Escola de Le Play. As páginas dos jornais do Rio de Janeiro convidavam os interessados a conhecerem a mais inovadora iniciativa no campo educacional oferecida pelo então diretor e professor de história e geografia José Oiticica:

O plano de ensino, os programas, os métodos, os processos de educação formam um todo homogêneo inteiramente novo no Brasil, obedecendo a mesma orientação da *École des Roches*, de Edmond Demolins [...] O magnífico edifício do colégio, sito à rua Tonelero n.31, pode ser desde já visitado, prestando-se o Diretor a dar todas as informações sobre o sistema que vai adoptar e que tem produzido os mais admiráveis resultados na educação inglesa e norte-americana.⁸

Em uma carta, enviada em 1905, à Sociedade Internacional de Ciência Social, José Oiticica comunicou Demolins acerca da leitura de dois livros de sua autoria, “À quoi tient la supériorité des Anglo-Saxons?” (1897) e “L’Éducation nouvelle: L’École des Roches” (1898), e de sua importância para que sua avaliação sobre o regime escolar brasileiro fossem consolidadas, bem como para que seu pai aderisse ao projeto do Colégio como principal financiador. José Oiticica, que já exercia a carreira de professor de história, com algumas interrupções, desde 1903, nesta mesma carta informa Demolins da fundação de seu Colégio:

Desde que fui professor, um novo dia tem sido visualizado em minha mente e meu sonho tem sido criar aqui uma pequena *École des Roches*. Este sonho já se realizou. Acabo de fundar o Colégio Latino Americano e a minha empresa aparenta coroada com sucesso, graças à repercussão que causou entre os pais de família o sistema da educação nova.⁹

Apesar de seu caráter inovador, que provocou a aceitação de intelectuais do período, tal como Euclides da Cunha, cujos filhos estudavam nesta instituição, a duração do Colégio Latino Americano foi curta, em grande parte em razão de motivos econômicos. De acordo com Roberto das Neves, o que o projeto de Oiticica abundava em idealismo lhe faltava em

8 GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, Ano XXXI, n. 94, 4 de abril de 1905, p.6.

9 SOCIÉTÉ INTERNATIONALE DE SCIENCE SOCIALE. Bulletin de la Société internationale de science sociale. Paris : [s.n.], 10^o et 11^o livraisons, 1905. Tradução nossa do original em francês: “Depuis que je suis professeur, un jour nouveau s'est fait dans mon spirit et mon rêve a été de créer ici une petite *École des Roches*. Ce rêve se réalise déjà. Je viens de fonder le *Collegio Latino Americano* et mon entreprise semble couronnée de succès, grâce au retentissement qu'a causé parmi les pères de famille le système de l'éducation nouvelle”. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k54455826/f107>>. Acessado em: 16/05/2019.

espírito comercial¹⁰. As atividades do Colégio foram encerradas em 1908. Malograda esta sua experiência, Oiticica viajou para a cidade de Laguna, no estado de Santa Catarina, para trabalhar na direção do Colégio Municipal desta cidade. Dois anos depois, Oiticica voltou para o Rio de Janeiro, cidade onde morou desde os seus seis anos, e, seguindo em sua carreira no magistério, começou a dar aulas de história no Colégio Batista, enquanto mantinha colaboração em jornais e periódicos (atividade que desempenhou, pelo menos, desde 1901), e prestava concursos para cargos públicos.

É neste ano que o “Como se deve escrever a história do Brasil”, de autoria de José Oiticica, o objeto de estudo desta pesquisa, é publicado na Revista Americana¹¹. Este seu texto-resposta, homônimo à conhecida “Dissertação” do naturalista alemão Karl von Martius, premiada em concurso pelo Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1840, sugere, através de uma crítica a Martius, as bases que considera necessárias para assentar uma historiografia considerada como ciência, e prescreve uma escrita da história do Brasil a partir destes novos fundamentos. Por ora, basta dizer que este texto condensa, em parte, a formação intelectual e trajetória profissional de José Oiticica até então, e evidencia o circuito intelectual de que fazia parte. Tanto sua preocupação com questões educacionais e sua experiência enquanto professor de história estão contidos neste texto. Podem ser entrevistas nele as leituras possibilitadas por sua formação em Direito, em grande parte feita na Faculdade de Ciências Jurídicas de Recife, e finalizada, em 1902, na Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro, associadas a aquelas realizadas em sua passagem pelo curso de Medicina, que frequentou até o quarto ano e não chegou a concluir. Integrando o corpo de colaboradores da Revista Americana surgem nomes já mencionados como o de Sílvio Romero e Euclides da Cunha, e entre os editores há a figura de Sílvio Romero Filho. O posicionamento liberal, republicano e mesmo patriota expresso por José Oiticica no estatuto de seu Colégio¹² e que

10 NEVES, Roberto das. José Oiticica: Um anarquista exemplar e uma figura ímpar na história do Brasil. In: OITICICA, José. **Ação Direta**. Rio de Janeiro, 1970. p. 9-10.

11 Uma transcrição do referido texto de José Oiticica foi recentemente publicada na edição 29 da “Temporalidades”, revista discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG. Um breve texto de apresentação acompanha a publicação. DETONI, Piero di Cristo Carvalho; DETONI, Vicente da Silveira. Uma réplica a Von Martius: José Oiticica e a proposição de uma nova normatividade para a prática historiográfica no alvorecer republicano. **Temporalidades** – Revista de História, Edição 29, v. 11, n. 2, 2019.

12 OITICICA, José. **Estatutos do Collegio Latino Americano**. Rio de Janeiro: Thipografia da Gazeta de Notícias, 1905. Sobre o teor deste documento, assevera Alexandre Samis: “O Colégio Latino-Americano reunia no seu estatuto as experiências e perspectivas filosóficas de seu mentor. Era ainda um Oiticica patriota, mesmo liberal, no que concernia à adoção da livre-iniciativa e à necessidade de um caráter empreendedor para o povo brasileiro.” SAMIS, Alexandre. Presenças indômitas: José Oiticica e Domingos Passos. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão Reis. **A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.93.

também se manifesta nessa publicação, parece estar alinhado ao caráter da Revista Americana, preocupada com a consolidação do regime republicano no Brasil e com o estreitamento, em termos culturais e intelectuais, das relações entre as repúblicas latino-americanas, sobretudo as do sul da América.

De publicação mensal, e impressa pela Imprensa Nacional, a Revista Americana foi uma criação da alta cúpula do Ministério das Relações Exteriores, que circulou, com alguns intervalos em seus números, entre 1909 e 1919¹³. Por ser oriunda das fileiras diplomáticas brasileiras, pela importância dos temas tratados e relevância dos seus colaboradores, foi um periódico que desde sua aparição se destacou como uma das mais importantes e prestigiadas publicações da cena cultural do país no período, logrando por isto também ampla divulgação pela imprensa. Tanto quanto o perfil de seus colaboradores, os temas abordados pelos textos que compunham as edições da Revista eram variados, e não se restringiam a assuntos diplomáticos, podendo ir de estudos de caráter sociológico e histórico, passando pela crítica literária, até chegar a contos e poesias (sendo uma delas, chamada “Aspirar”, de autoria do próprio José Oiticica, publicada em 1916). Apesar do amplo espectro temático e de gêneros de escrita, na maioria das vezes estes textos tratavam de problemáticas comuns aos países latino-americanos, e manifestavam, acima de tudo, uma preocupação em refletir sobre o significado das Américas no interior da cultura ocidental, a identidade e o futuro desse continente. De acordo com a periodização de Fernando Vale Castro, historiador estudioso do periódico, José Oiticica teria publicado o “Como se deve escrever a história do Brasil” na “fase de auge” do periódico, momento entre 1909 e 1912, em que a atuação pessoal do Barão do Rio Branco se fez presente, o que angariou grande incentivo e apoio e, assim, possibilitou, nas palavras de Castro, que um “debate intelectual amplo e criterioso” se realizasse em suas páginas¹⁴.

Ainda que ele não seja explicitamente citado como um colaborador ou editor, a figura do Barão de Rio Branco foi também muito presente na elaboração e escolha dos conteúdos da Revista. O periódico é recorrentemente compreendido como um instrumento de sua política americanista¹⁵. Com o objetivo explícito de se tornar um fórum entre diplomatas, políticos e intelectuais latino-americanos, a Revista buscava garantir um equilíbrio e atenuar

13 A respeito da Revista Americana, tomamos como referência a abordagem de CASTRO, Fernando Vale. **Pensando um continente**: A Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

14 CASTRO, Fernando Vale. **Pensando um continente**, *Op. Cit.*, 2012, p.50-51.

15 BAGGIO, Kátia. A Revista Americana (1909-1919) e as relações entre as Américas. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. **Política, nação e edição**: o lugar dos impressos na constituição da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX. São Paulo: Annablume, 2006, p.450.

possíveis tensões entre as nações do continente, em um período de enorme instabilidade no cenário político global devido a “ascensão dos Estados Unidos no cenário internacional e de conflitos na Europa decorrentes, principalmente, do Imperialismo”¹⁶. Any Marise Ortega interpreta a Revista Americana como um veículo de transmissão (tal qual um aparelho ideológico do Estado) de ideias favoráveis às políticas expansionistas dos Estados Unidos da América na América do Sul, do chamado pan-americanismo de vertente monroísta¹⁷. Fernando Castro, por sua vez, identifica esta abordagem como sendo “reducionista”, uma vez que a Revista seria, para ele, um objeto “mais rico e amplo”¹⁸, e o pensamento de Rio Branco não fosse caracterizado pela adesão absoluta à política norte-americana da chamada Doutrina Monroe. Frisando que pelo menos 17 artigos da Revista empreendem uma explícita defesa do monroísmo, e que apenas alguns poucos autores hispânicos criticavam ou se opunham a ele, Kátia Baggio, embora não seja tão categórica em seus apontamentos, se aproxima da hipótese de Ortega ao afirmar que “a Revista Americana cumpriu, assim, um papel de divulgação e afirmação da política pan-americanista do Itamarati junto à intelectualidade. Ela é farta em artigos que confirmam a adesão pan-americanista da política externa brasileira do início da República”¹⁹.

Os números da Revista Americana nos dão acesso ao documento de maior fôlego que talvez tenha chegado até nós que testemunhe o percurso e perfil deste “primeiro” José Oiticica. Muito pouco se sabe sobre este momento de sua vida, e as pesquisas biográficas sobre Oiticica costumam se ater com mais ênfase em sua trajetória como militante anarquista, que teria seu marco de origem em 1912, e em sua carreira como professor de língua portuguesa, a partir de 1916, no Colégio Pedro II, instituição em que trabalhou até o ano de seu falecimento, em 1957²⁰. O jovem republicano José Oiticica é um sujeito distante daquela espécie de “médico e monstro” (da literatura do inglês Robert Louis Stevenson) sobre o qual o movimento operário construiu uma memória e a historiografia recente mais se debruça. Não

16 CASTRO, Fernando Vale. **Pensando um continente**, *Op. Cit.*, p.43-44.

17 ORTEGA, Any Marise. **A construção de uma ideologia continental no início do século XX**: a Revista Americana (1909-1919). Tese (Doutorado em Ciências Sociais: Política), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.

18 CASTRO, Fernando Vale. **Pensando um continente**, *Op. Cit.*, p.57.

19 BAGGIO, Kátia. A Revista Americana (1909-1919) e as relações entre as Américas, *Op. Cit.*, 2006, p.454.

20 Além do já mencionado trabalho de LAURIS JR., Renato Luiz. **José Oiticica**: reflexões e vivências de um anarquista. *Op. Cit.*, 2009, Cf. LAMOUNIER, Aden Assunção. **José Oiticica**: itinerário de um militante anarquista (1912-1919). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina – UEL, área de concentração Territórios do Político, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Isabel Aparecida Bilhão, 2011.; PRADO, Antonio Arnoni. Elucubrações dramáticas do professor Oiticica. **Estudos avançados**, 2000. VENTURA, Tereza. **Nem barbárie, nem civilização**. São Paulo: Annablume, 2006.

foi o pacato professor que, sob a luz do sol, ministrava aulas de língua portuguesa em uma das instituições de ensino mais representativa das vontades normativas e “civilizadoras” do Estado brasileiro, e que, à noite, planejava uma insurreição anarquista na cidade²¹, que escreveu este “Como se deve escrever a história do Brasil”.

O que reforça a distinção entre dois autores é que este seu texto não compõe as listas disponíveis de trabalhos seus publicados, parecendo ser um item particular e isolado de sua produção intelectual. Em primeiro lugar sempre estão seus livros e manuais de filologia e linguística, seus estudos sobre teatro, peças e poesias que compôs. Suas teorias sobre o anarquismo, consideradas como as primeiras (e talvez únicas) reflexões que levariam em consideração as especificidades do caso brasileiro para a implantação duma sociedade baseada nestas ideias, aparecem na área de sociologia²². Fora algumas menções a conferências em que abordou temas reconhecidos como históricos, ou a tradução de livros de história²³, José Oiticica em nenhum momento é identificado como crítico de historiografia, tampouco como um praticante desta área do saber, apesar de ter exercido magistério nela por, pelo menos, uma década. Nos textos de homenagem póstuma publicados em razão de sua morte em 1957, são seus méritos de incansável professor (de um modo geral), e de anarquista tolerante que preponderam. O intelectual Viriato Corrêa, conhecido por suas muitas publicações sobre temas históricos em jornais de grande circulação na primeira metade do século XX²⁴, em um discurso de homenagem na Academia Brasileira de Letras em virtude de

21 Segundo os autos do inquérito da tentativa de insurreição anarquista no Rio de Janeiro em 1918, José Oiticica faria parte do “conselho diretor” do levante, recebendo em sua casa, por fins do mês de outubro deste ano, poucos dias antes dos acontecimentos, outros insurgentes em reuniões noturnas. Cf. LAMOUNIER, Aden Assunção. José Oiticica..., *Op. Cit.*, 2011, p.116.

22 Só para citar um exemplo, poderíamos tomar a listagem feita por Tereza Ventura, em seu livro “Nem barbárie, nem civilização”, obra na qual, distanciando-se dos pesquisadores que construíram a imagem de José Oiticica como um intelectual contraditório, a autora pretende compreender como ele conciliava o seu projeto estético, os posicionamentos de poeta parnasiano que ele adotou anos depois da publicação do “Como se deve escrever a história do Brasil”, defensor da forma e da perfeita metrificação na poesia, com o seu projeto político, as posturas do militante anarquista que visava destruir a ordem no Rio de Janeiro. Segundo a avaliação da autora sobre as obras de Oiticica: “Entre suas principais publicações encontram-se livros de sonetos de estilo parnasiano, *O manual de estilo*, *Manual de análise literária* e *Curso de literatura*, bem como artigos em jornais e revistas anarquistas, algumas dos quais fundados por ele, *O catecismo anarquista* e a *Doutrina anarquista ao alcance de todos*, duas peças de teatro: *Pedras que rolam* e *Quem os salva*”. Também é Tereza Ventura quem percebe Oiticica como um teórico anarquista solitário no cenário intelectual e militante brasileiro: “[...] José Oiticica criou a primeira e única teoria anarquista do Brasil.” Cf. VENTURA, Tereza. **Nem barbárie, nem civilização**. São Paulo: Annablume, 2006, p.13; p.71.

23 As conferências costumavam ser realizadas em sindicatos, centros de estudos, na Liga Operária e na Liga Anticlerical do Rio de Janeiro, Cf. FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. **A trajetória de José Oiticica...** *Op. Cit.*, 2008. Os livros traduzidos foram a “História Sexual da Humanidade”, de Eugen Relgis, publicado no Brasil em 1954, e “História da Inquisição na Idade Média”, de 1888, de Henry Charles Lea.

24 GOMES, Ângela de Castro. A biblioteca de Viriato Corrêa: incursões sobre a leitura e a escrita de um intelectual brasileiro. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). **O Brasil em dois tempos: História, pensamento social e tempo presente**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

seu falecimento, é o único, dentre todos necrológios proferidos nesta sessão, a fazer referência à sua relação com a história. No entanto, ainda que esteja buscando ressaltar a erudição e o caráter humanista de sua formação, assim engrandecendo-o, o que ele diz de Oiticica sobre sua inserção nos estudos históricos é que ele “conhecia história como qualquer professor”²⁵.

A relevância do texto de José Oiticica para o debate sobre a historiografia brasileira não se restringe apenas em resgatar uma personagem que refletiu sobre a escrita da história nesta virada de século, e que permanece até os dias de hoje uma figura relativamente marginal no “panteão” de historiadores e pensadores da história da Primeira República²⁶. Por meio do “Como se deve escrever a história do Brasil”, Oiticica evidenciou seu conhecimento e interesse pela historiografia, sua maneira particular de interpretar a história do Brasil, mas, sobretudo, uma consciência apurada sobre a conjuntura historiográfica em que estava inserido, da qual seu texto também é um produto. E, ao estabelecer um diálogo aberto com Martius e historiadores brasileiros do século XIX, seu texto se torna relevante principalmente por ter sido uma tentativa clara de efetuar uma intervenção em um debate particular à experiência historiográfica da virada do século XIX para o XX no Brasil, pretendendo, a seu modo, provocar nela alterações. Nesta pesquisa, a ênfase em Oiticica se justifica na crença de ele ser um ponto de vista privilegiado, em função de suas singularidades, para se refletir sobre o processo, protagonizado por historiadores como Capistrano de Abreu e Sílvio Romero em fins do século XIX, de crítica a uma tradição historiográfica romântica brasileira. Substituindo Martius como uma espécie de “guia teórico” e escrevendo a partir de um *locus* distinto do

25 Texto publicado no Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 07/07/1957. Ele foi inserido em uma sessão “in memoriam” em um livro de Oiticica postumamente editado: OITICICA, José. **Curso de literatura**. Rio de Janeiro: Ação direta, 1960.

26 Essa ausência é constatada, inclusive, em uma recente publicação que pode ser entendida como um esforço de síntese das pesquisas realizadas sobre a historiografia brasileira nos últimos anos, NICODEMO, Thiago; PEREIRA, Mateus; SANTOS, Pedro dos. **Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018. Um breve levantamento nas obras de José Honório Rodrigues também constatou a mesma ausência, Cf. RODRIGUES, José Honório. **História e historiadores do Brasil**. Editora Fulgor, 1965; _____. **História e historiografia**. Vozes, 2008; _____. **História, corpo do tempo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976. Isto também é válido para recentes coletâneas que compilaram textos-fonte entorno do tema da escrita da história na historiografia brasileira, Cf. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Livro de fontes de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010; NICOLAZZI, Fernando (org.). **História e historiadores do Brasil: do fim do império ao alvorecer da república**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. Refiro-me a Oiticica como um autor “relativamente” marginal porque alguns pesquisadores contemporâneos, como Fernando Nicolazzi e Piero Detoni, com os quais possuo uma certa dívida, incorporaram o texto em questão de José Oiticica em suas interpretações sobre a historiografia brasileira da virada do século XIX para o XX. Cf. NICOLAZZI, Fernando. Raízes do Brasil e o ensaio histórico brasileiro: da história filosófica à síntese sociológica, 1836-1936. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 2016; DETONI, Piero di Cristo Carvalho. **A síntese como desafio historiográfico na Primeira República**: pequenos estudos de caso. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História, 2013.

IHGB, José Oiticica demanda, assim como outros historiadores do período, reformulações na escrita da história no Brasil através de uma atualização das estruturas epistemológicas, narrativas e temáticas dessa tradição²⁷.

Mobilizando um termo que possibilita captar a pulsação singular da historiografia, suas “lógicas internas”²⁸ de produção, Fernando Nicolazzi propõe que a historiografia pensada, prescrita, e escrita entre 1870 e 1940 seja entendida como marcada pela emergência de “regimes historiográficos” distintos dos modelos formulados pela tradição romântica²⁹, mesmo que entre estes dois momentos e entre estas duas “gerações” de homens de letras e intelectuais envolvidos com a escrita da história, um mesmo “regime de historicidade”, sem alterações muito bruscas, estivesse atuando de forma preponderante sobre seus textos³⁰. Esta mudança não se reduz a uma substituição de ideologia (de monarquista para republicana) e sim se refere principalmente a modificações sobre os critérios, requisitos e protocolos específicos da escrita da história. A transformação desejada não teria apenas o foco na mudança dos “conteúdos” articulados pelas narrativas historiográficas, tornando-as parte de “um novo universo simbólico capaz de conferir legitimidade à nova nação republicana”³¹, mas, sobretudo, em deslocamentos, mais profundos, nos fundamentos epistemológicos e nas estruturas narrativas e discursivas que constituíam os textos históricos. Esta pesquisa incorpora a hipótese de Fernando Nicolazzi e tem como um de seus objetivos complementar

27 TURIN, Rodrigo. Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista. **Dissertação** apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História. Porto Alegre, 2005, p.7.

28 ARAÚJO, Valdeci Lopes de; NICOLAZZI, Fernando. A história da historiografia e a atualidade do historicismo: perspectivas sobre a formação de um campo. In: VARELLA, Flávia et al. (orgs.). **A dinâmica do historicismo**: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

29 NICOLAZZI, Fernando. A história e seus passados: regimes historiográficos e escrita da história. IN: BENTIVOGLIO, Júlio; NASCIMENTO, Bruno César Nascimento. **Escrever história**: historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. Serra: Editora Milfontes, 2017.

30 Regime de historicidade é um instrumento heurístico, formulado por François Hartog nos moldes weberianos de tipo ideal, que apreenderia as articulações possíveis entre as categorias passado, presente e futuro em uma determinada experiência do tempo. Estas experiências de tempo não somente seriam índice de uma certa condição, mas, também, condicionariam a maneira de percebê-la. O regime de historicidade seria uma base instável, porque efeito de um entrecruzamento de diversas articulações possíveis entre as categorias temporais, com uma tendo proeminência sobre as outras, na qual repousariam os regimes historiográficos, entendidos, de um modo geral, como espectros de demandas e expectativas projetadas sobre a historiografia, por meio dos quais se precipitariam determinadas formas de se conceber a escrita da história. HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: presentismo e experiência do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014; CEZAR, Temístocles. Escrita da história e tempo presente na historiografia brasileira. IN: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). **O Brasil em dois tempos**: história, pensamento social e tempo presente. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

31 OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As Festas que a República Manda Guardar. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.4, 1989, p.172.

seu corpo empírico e analítico³², mas também, ao adotarmos o ponto de vista particular de José Oiticica, evidenciar os “contornos específicos”³³ que estes regimes historiográficos podem ter assumido, suas nuances e complexidades.

Destacando suas singularidades, o “Como se deve escrever a história do Brasil” de José Oiticica possibilita uma investigação sobre a diversidade de caminhos e futuros que estavam postos para a historiografia brasileira no início do século XX e que poderiam ter sido trilhados, no seu intento de se tornar, definitivamente, moderna. Porque se, de um lado, Oiticica está empenhado na tentativa de autonomização mais contundente da história enquanto ciência (com métodos e objetos próprios), de demarcação de fronteiras³⁴ e suas respectivas exclusões; por outro, ele também expressa como esta conjuntura historiográfica tem como característica ser, ao mesmo tempo, um período de “indefinições epistemológicas”³⁵, porque a própria tentativa de elevação da história à condição de ciência era algo por ser feito, em construção, e o texto de José Oiticica dá indícios de como este foi um processo inventivo, imaginativo e historiograficamente inovador. Paradoxalmente, este parece ser também, em alguma medida, um momento de abertura. Talvez uma investigação que se preocupe de maneira mais específica com o texto de Oiticica, e o lugar ocupado por ele, com todas suas particularidades, na discussão sobre as transformações na historiografia em fins do século XIX e início do século XX, possa contribuir para o debate acerca dos “regimes historiográficos” neste período, e para o debate teórico mais amplo sobre a relativa autonomia destes regimes em relação aos “regimes de historicidade”³⁶.

32 A pesquisa de Piero Detoni já é uma grande contribuição neste sentido, Cf. DETONI, Piero di Cristo Carvalho. **A síntese como desafio historiográfico na Primeira República**, *Op. Cit.*, 2013.

33 NICOLAZZI, Fernando. A história e seus passados, *Op. Cit.*, 2017, p.32.

34 NICOLAZZI, Fernando. **História e historiadores do Brasil: do fim do império ao alvorecer da república**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

35 HRUBY, Hugo. O templo das sagradas escrituras: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita da história do Brasil (1889-1912). **História da historiografia**, número 02, março, 2009.

36 O termo regime historiográfico já foi submetido a alguns desenvolvimentos por diferentes autores, com diferentes finalidades, indicando, talvez, que uma das suas virtudes seja a sua própria plasticidade. Cf. HARTOG, François. **Evidência da História: o que os historiadores veem**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p.143; _____. **Regimes de Historicidade...**, *Op. Cit.*, 2014, p.13; _____. **Crer em história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p.123; _____. LENCLUND, Gérard. Regimes d'historicité. In: DUTU, Alexandre; DODILLE, Norbert. **L'état des lieux em sciences sociales**. Paris: L'Harmattan, 1993; LENCLUND, Gérard. “Traversées dans le temps”. In: **Annales HSS**, n. 5, 2006; MUDROVIC, María Inés. Regímenes de historicidad y regímenes historiográficos: del pasado histórico al pasado presente. **Historiografías**, 5, Enero-Junio, 2013; NICOLAZZI, Fernando. A história e seus passados, *Op. Cit.*, 2017. Com uma diferença sensível mas significativa, Temístocles Cezar utiliza, por sua vez, o termo “regime de historiografia”: CEZAR, Temístocles. Escrita da história e tempo presente na historiografia brasileira. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). **O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. Se ao longo desta dissertação o conceito de “regime historiográfico” incorre como uma presença que ora se desvanece ora ressurge para a superfície do texto, mesmo que de maneira vaga e imprecisa, isto se justifica, em primeiro lugar, pelo próprio caráter

O empenho desta pesquisa é construir a proposta de escrita da história do Brasil de José Oiticica como uma manifestação da pluralidade de regimes historiográficos emergentes, da ampliação das formas possíveis de se escrever a história (do Brasil) neste período. É também de trazer à tona, em nosso presente, a diversidade de escritas da história que, tal como promessas não cumpridas, foram deixadas à margem com o estabelecimento (talvez não deliberado) dos ensaios históricos como paradigma de escrita da história do Brasil e da posterior definição ainda mais incisiva das fronteiras disciplinares com a estruturação das universidades e das pós-graduações. Desencavar estas “potencialidades” esquecidas e inexploradas³⁷, e refazer “as condições de inteligibilidade da sua existência como produção intelectual”³⁸, pode ser um meio de desestabilizar as narrativas unívocas (ou as repetidas remissões aos cânones) que constituem e garantem identidade disciplinar à historiografia³⁹, e sugerir a compreensão também da “modernização” da historiografia como um processo multidirecional.

Assim, a pesquisa se contrapõe a interpretações, de caráter inegavelmente evolucionista e teleológico, que defendem ser os critérios nos quais se assentam a historiografia no Brasil “até pelo menos o final da década de 1920 deste século, basicamente os mesmos verificados durante o século XIX”. De acordo com estas perspectivas, essa “historiografia guarda as mesmas limitações tradicionais e, no conjunto, sequer, muitas vezes, toma conhecimento do progresso das ciências sociais no final do século XIX”⁴⁰. Nesta visão panorâmica, nada haveria de novo entre o “pai fundador” da disciplina histórica no Brasil, Francisco Adolfo de Varnhagen, e o “grande momento de ruptura”, em 1930, com os ensaios históricos, da tríade Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior. Dentre uma hegemonia de cronistas produtores de textos meramente factuais, ausentes de pretensões teóricas ou reflexões profundas⁴¹, estaria, como exceção, a figura de Capistrano

experimental de seu uso e da natureza ainda também exploratória das formulações sobre ele acima mencionadas; e, em segundo lugar, pela sensação de que a potência de tal conceito talvez more justamente na sua indeterminação.

37 DOSSE, François. **A história**. Bauru, SP: EDUSC, 2003, p.10-11.

38 GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Apresentação. In: HARTOG, François. **O século XIX e a História**. O caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.

39 GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Apresentação. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Livro de fontes de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

40 DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira**: do IHGB aos anos 1930. Passo Fundo: Ediupf, 1998. p.124.

41 SANTOS, Ivan N. **A historiografia amadora de Rocha Pombo**: embates e tensões na produção historiográfica brasileira da Primeira República. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009, p.21.

de Abreu, uma rara espécie do “moderno” historiador no Brasil de inícios do século XX. Esta periodização da experiência historiográfica de fins do século XIX e início do XX teria tido forte presença na história da historiografia brasileira no século XX, impactando na obra de autores como José Honório Rodrigues, e, posteriormente, em autores responsáveis por estruturar o “campo historiográfico no Brasil”, tais como José do Amaral Lapa, Carlos Guilherme Mota e Nilo Odália⁴².

Contrapor uma suposta “pobreza intelectual” de uma escrita marcada pela “tradição” e que pouco se diferenciaria da convencional produção do IHGB com uma suposta renovação na escrita da história que alçava a interpretações mais refinadas em termos teóricos e preocupadas com o “sentido da formação” do Brasil teria servido, muitas vezes, como uma maneira de legitimar e coroar a produção historiográfica profissionalizada e institucionalizada nas Universidades. Em sentido diverso a essa memória disciplinar cristalizada, que sugere uma homogeneidade e simplicidade da experiência historiográfica da Primeira República, apostamos nesta pesquisa a experimentação da hipótese da complexidade e multiplicidade da escrita da história neste período a partir do estudo de um autor, também ele múltiplo e complexo.

A dissertação é dividida em três capítulos. No primeiro, busca-se reconstituir, seguindo as sugestões de Manoel Salgado Guimarães, o campo de tensões e conflitos em que emerge o texto de José Oiticica, restituindo seu horizonte, questões e expectativas originais⁴³, com o objetivo de compreender porque este autor pôde julgar ser necessária a proposição de uma nova normatividade para a prática historiográfica entre os brasileiros do início do século XX. No segundo capítulo, são discutidos como os fundamentos oferecidos por Oiticica para estabelecer a escrita da história enquanto um saber científico estão em função de potencializar o conceito moderno de história, e resguardar a possibilidade de pertencimento do Brasil à civilização, entrevedo um espaço para o país no conjunto das nações modernas. O terceiro capítulo, mais experimental, é um espaço de análise da maneira pela qual Oiticica faz conviver estruturalmente em sua proposição de uma narrativa histórica moderna e científica uma concepção exemplar de história, tornando também o passado uma autoridade a guiar o futuro da nação brasileira. Se este estudo, de certo modo tradicional, agarra-se ainda na chave

42 DETONI, Piero di Cristo Carvalho. **A síntese como desafio historiográfico na Primeira República**: pequenos estudos de caso. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História, 2013 p. 9-10.

43 GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Apresentação, *Op. Cit.*, 2003.

autor-obra, tal como a exposição de seus capítulos comprova, este gesto não se encerra em si mesmo, e está ancorado na convicção de que o texto de José Oiticica possui potencialidades que faz da sua análise um instigante ponto de partida para se pensar as relações entre escrita da história e experiência do tempo, em especial na conjuntura historiográfica da virada do século XIX para o XX no Brasil.

CAPÍTULO I

José Oiticica e os modernos reformadores da história

O recurso à homofonia, segundo Roberto Ventura, foi recorrente nas discussões letradas e eruditas entre os brasileiros do século XIX. De acordo com o autor, lançar mão deste artifício fazia parte da lógica do debate intelectual da época, marcado por uma combinação entre a crítica e polêmica. Para Ventura, esta lógica aliava a tradição de cantadores e repentistas, de poetas populares e sertanejos, a procedimentos característicos dos tribunais e da prática dos bacharéis, em um jogo obstinado de chistes e gracejos, réplicas e trélicas. Sílvio Romero, um exímio combatente nestes duelos intelectuais, frequentemente imitava, com tons de ironia e provocação, as formas utilizadas por seus adversários em textos de seu próprio punho, de modo a desafiá-los ao debate⁴⁴.

No mesmo ano em que respondeu a carta a José Oiticica, em 1906, Romero compilou uma série de 25 artigos que teria escrito no semanário “Os Anais” contra o livro “A América Latina” de Manoel Bonfim. Esta sua coletânea de textos de análise, exame e crítica, transformada no formato de livro, foi batizada, não fortuitamente, com o mesmo nome da obra-alvo de Bonfim. Ainda neste mesmo ano, Romero repete um gesto muito parecido, publicando um livro de crítica ao “A pátria portuguesa” do escritor português Teófilo Braga, impresso em Portugal em 1894. Não bastasse a reprodução do título do livro de Braga, neste caso Sílvio Romero também estruturou sua réplica, que versava sobre a influência dos fatores da raça e do território nos destinos do ser humano, de acordo com a mesma divisão de capítulos e respectivos títulos do interior do livro de Braga, para defender que as ideias do autor sobre a formação dos povos da península ibérica poderiam estar mais corretas caso ele estivesse “atualizado” com as formulações da Escola de Le Play⁴⁵. Para Roberto Ventura, a polêmica como forma privilegiada de debate literário teria perdido sua importância no início do século XX. Outros princípios passariam a organizar a produção cultural entre os letrados e novas concepções de intelectual e homem de letra teriam emergido neste período, tornando os ataques e contragolpes intelectuais, de forte teor pessoal, tais como executados por Sílvio Romero, um pouco fora de moda⁴⁶.

44 VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p.10.

45 VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**, *Op. Cit.*, 1991, p.85.

46 VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**, *Op. Cit.*, 1991, p.150.

O “Como se deve escrever a história do Brasil” de José Oiticica, publicado já nesta nova conjuntura intelectual descrita por Ventura, insiste nas estratégias de convocação ao debate do século passado. Oiticica imita tanto o título quanto obedece a uma estrutura interna muito parecida com a estabelecida na “Dissertação” de Von Martius, dividindo o plano de escrita da história do Brasil entre traços gerais (“pontos de vista gerais”, para Martius, e “problemas gerais” para Oiticica) e ideias secundárias do plano de escrita da história do Brasil, tendo como desfecho, em ambos os textos, figurações sobre o historiador e seu trabalho. Talvez persistências de lógicas antigas da vida literária nos trópicos, talvez outra marca da presença de Sílvio Romero em sua trajetória intelectual até então. Ao evocar Martius, o revide de José Oiticica abre uma controvérsia com os vivos que mantêm presente na prática dos historiadores a orientação do já falecido alemão. Assim, a réplica abandona a carga pessoalizante, e o duelo assume um caráter geracional entre os últimos bastiões de ideias arcaicas, retrógradas, ultrapassadas (a “metafísica do passado”, nas palavras de Ventura) e os paladinos de princípios modernos, atualizados e irrefragáveis (a “ciência do presente”). Atendo-se a doutrinas, a discussão, contudo, não deixa de ter como horizonte encerrar no passado Von Martius e seus seguidores⁴⁷.

O que este autor de que pouco se sabe, e que pouco foi ouvido no seu tempo e no nosso, no que diz respeito às suas reflexões sobre a história, tinha a dizer a Martius, o “iniciador da filosofia da história da civilização do Brasil”, nos termos laudatórios de Araripe Júnior⁴⁸?

47 O gosto pela polêmica ou a dificuldade de se desvincilhar desta forma de intervir no debate político-intelectual acompanhará José Oiticica em outro momento de sua vida, quando, na década de 1920, já inserido na militância da causa anti-clerical, entretém um combate de palavras com o intelectual jesuíta Leonel Edgard da Silveira Franca (1893 – 1948). A contenda se prolongou durante um mês em 15 artigos no jornal “Correio da Manhã”, periódico em que Oiticica atuava como cronista. Segundo Figueira, “do 'debate': padre versus 'o professor belicoso anarquista', as respostas, réplicas e tréplicas foram reunidas, apostiladas e publicadas pelo padre Leonel Franca no ano de 1926 em formato de um opúsculo, intitulado *Relíquias de uma polêmica*. Esta publicação reuniu todos os artigos elaborados pelo padre Leonel Franca, e alguns dos artigos, na íntegra, do professor José Oiticica submetidos ao exame e comentários de seu organizador”. Cf., FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. **A trajetória de José Oiticica**, *Op. Cit.*, 2008, p.137. A polêmica também suscitou ataques e contra-ataques com outro importante líder católico, Jackson de Figueiredo (1891 – 1928). Cf. FABRICIO, Edison Lucas. “Um apostolado intelectual”: Leonel Franca e a geração de intelectuais católicos (1918 – 1948). **Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios**. 27 a 31 de julho de 2015. Florianópolis – SC.

48 Essa alcunha se encontra no seu prefácio de Araripe Júnior à segunda edição do livro *História do Brasil* de João Ribeiro, publicado primeiramente em 1900. José Oiticica cita, em nota, um trecho deste prefácio. ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. João Ribeiro: filólogo e historiador (prefácio da 2ª edição) In: RIBEIRO, J. **História do Brasil** – Curso superior. 14 ed. - Rio de Janeiro: Livraria São José, 1953.

O espelho de Von Martius

Para José Oiticica, o texto “Como se deve escrever a história do Brasil” escrito pelo “sábio americanista”⁴⁹ Von Martius possui algumas boas ideias; suas recomendações “são avisos ótimos, insinuações profundas”. O autor reconhece a importância de alguns apontamentos seus, tais como a proposição de se estudar a “influência”⁵⁰ decisiva da Companhia de Jesus na formação da sociedade brasileira, de se aprofundar nos “pormenores da vida colonial”⁵¹, na família, e penetrar na vida íntima dos sujeitos. Outro mérito seu, segundo Oiticica, seria a proposição de inscrever a história do Brasil no interior de um processo mais amplo, o qual Cezar denomina de uma “história global iniciada nos séculos XV e XVI”⁵², filiando-a, assim, ao “movimento das empresas marítimas”, e à “história correspondente ao comércio da Índia”, uma vez que só desta maneira “se descobrirá a causa da corrente imigratória para as capitânicas”⁵³. Por fim, Oiticica também concorda com a afirmação de Martius sobre as diferenças de natureza entre a colonização lusitana do século XV e XVI e a colonização testemunhada pelo viajante alemão no século XIX.

Por vezes, Oiticica trata as novidades do texto de Martius, em termos da produção de conhecimento histórico sobre a realidade brasileira, como tópicos já bem aceitos pela conjuntura historiográfica de sua época, e, por isso, não merecedores de discussão, e, em outros momentos, os apequena, como se fossem poucos e desimportantes. Quanto a grande inovação e ousadia de Martius, sua proposição de incorporar os índios enquanto “categoria formadora da nação”, Oiticica não dá a ela grande atenção, e, inclusive, trata-a como se o naturalista a considerasse do mesmo peso que a parte dos africanos ao dizer⁵⁴: “com toda razão requer Martius para o elemento africano o mesmo cuidado que para as outras duas raças, pois os negros são parte componente na formação do tipo social brasileiro”⁵⁵. Contudo, Oiticica não se aprofunda na ideia de Martius de uma escrita da história do Brasil a partir de

49 OITICICA, José. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista Americana**. Rio de Janeiro: Edifício do Jornal do Commercio, T. III, Fasc. I - (Abril), Anno I, N. 7, 1910a, p.110

50 OITICICA, José. Como se deve escrever a história do Brasil..., *Op. Cit.*, 1910a, p.112

51 OITICICA, José. *Op. Cit.*, 1910a, p.113.

52 CEZAR, Temístocles. Como deveria ser a escrita da história no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra (org.). **História Intelectual**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003, p.198.

53 OITICICA, José. *Op. Cit.*, 1910a, p.112.

54 CEZAR, Temístocles. *Op. Cit.*, 2003, p.197. Na leitura de Cezar (2003), Martius não consideraria os africanos como parte da história do Brasil, com os quais índios e portugueses “apenas tem relações 'para com'” (p.202). O papel dos negros na constituição da nação brasileira seria audaciosamente considerado por Martius, mas seria limitado, e não se compararia ao papel que ele concede aos indígenas neste processo.

55 OITICICA, José. *Op. Cit.* 1910a, p.113.

uma amálgama das três raças, alegando existir um consenso em sua época sobre a importância dessa ideia; segundo ele, seria essa uma “ideia aliás correntemente aceita hoje por toda a gente”.

Martius, inclusive, teria, para o autor, se ocupado muito, ou quase exclusivamente, com o “caldeamento das três raças”, com os “contrachocos das primeiras relações” e com sua “ideia de separação da história comum da história local nos cinco núcleos primordiais”, e teria deixado de lado outros “*assumptos magnos*”. Destes três assuntos, o único ao qual o brasileiro tece maiores elogios seria a proposição de se “separar a história geral da história particular de cada núcleo primitivo”⁵⁶. Este teria sido um “rasgo de gênio” de Martius e uma necessidade porque, sem dúvida, deveria se considerar “a desconformidade do meio” entre os núcleos no país.

Apesar de seus méritos e de seus conselhos serem “de todo o ponto excelentes”, o republicano brasileiro afirma que algumas das ideias do alemão requerem “séria revisão”. Em uma projeção que já aponta o seu posicionamento sobre a questão, Oiticica anuncia que caberá ao historiador do futuro examinar as contradições, enganos, e o que há de verídico na exposição de Martius sobre o “número diminuto e profundo aviltamento dos indígenas” (que possibilitaria que portugueses se instalassem livremente no território americano) e a “posição guerreira” do português, e sua respectiva instituição, o “sistema de milícias”, como resultado da influência tão somente negativa dos indígenas concretizadas em “invasões hostis”. Além disso, para o autor, o modo de estudar o elemento indígena prescrito por Martius estaria repleto de erros e, por isso, exigiria “crítica demorada”⁵⁷. Oiticica é enfático em seu texto ao afirmar que de nada valeria estudar a “natureza primitiva dos autóctones”. O republicano brasileiro diz não ter certeza sobre o que significaria esta “vaga expressão”, mas ele supõe ser “o estado social dos indígenas antes de aqui aportarem os portugueses”. Escreve Oiticica:

Derivem os seus costumes de onde derivarem, seja a aglomeração índia uma civilização decaída ou um grão ínfimo de uma civilização crescente, o que vale para a noção dos acontecimentos é o seu estado na época do descobrimento. A arqueologia pouco voga nesse caso. O passado da raça vermelha de nada vale para a determinação do tipo social das florestas e campos americanos.⁵⁸

E caso fossem ser realizados minuciosamente os estudos das tradições, das mitologias, ou a elaboração de dicionários da língua indígena, sugeridos por Martius, que

56 OITICICA, José. *Op. Cit.* 1910a, p.110.

57 OITICICA, José. *Op. Cit.* 1910a, p.114.

58 OITICICA, José. *Op. Cit.* 1910a, p.111.

permitiriam aos brasileiros do século XIX entrever a grandiosidade dos indígenas do passado para apenas posteriormente se escrever a desejada História do Brasil, ela não começaria tão cedo, pondera Oiticica. Ademais, a arqueologia, a qual Martius reivindica um papel central para a descoberta de vestígios dos monumentos indígenas, seria, para Oiticica, uma ciência de resultados problemáticos. Averiguar a proveniência dos usos e costumes dos indígenas seria, portanto, uma inutilidade, perda de tempo, e uma tarefa de resultados controversos. Por fim, Oiticica afirma possuir dados suficientes em seu tempo, alguns deles produzidos por pesquisas suas, e sem ser necessário “averiguar a proveniência de uma só usança”, para se “reconstituir o tipo evolutivo do índio brasileiro”.

Haveria uma questão no texto de Martius mais problemática, no entanto, e sobre a qual Oiticica fez o mote principal do seu próprio “Como se deve escrever a história do Brasil”. Para ele, a orientação do naturalista alemão teria como falha mais grave a ausência de um sistema teórico, de um “plano geral de filosofia histórica”, nas palavras de Oiticica, capaz de discernir o sentido da história do Brasil. Talvez Von Martius ficasse surpreso com esta avaliação feita por José Oiticica sobre o seu plano de escrita da história do Brasil. Porque os esforços do botânico alemão em sua “Dissertação” parecem convergir fundamentalmente para a elaboração das bases da “historiografia filosófica do Brasil” e para a definição das atribuições do seu praticante: o “historiador filósofo” e “reflexivo”⁵⁹. Não é por outra razão que é o seu texto, e não o de Henrique Julio de Wallenstein, o selecionado pela comissão desse concurso do IHGB, uma vez que o seu programa, segundo os pareceristas, estaria “apto a produzir uma história no *gênero filosófico*, como se deve exigir atualmente”⁶⁰. Diferente do seu concorrente, que defende a proposição de uma narrativa da história do Brasil amparada pelo “sistema de décadas”, tal qual concebido por Tito Lívio e João de Barro, atrelando a narrativa dos fatos a uma grade cronológica fixa e previamente estabelecida, tal qual teria concebido Tito Lívio e João de Barro, “narrando-se os fatos acontecidos dentro de períodos certos”⁶¹. Martius propõe que a “verdadeira historiografia” evite o “espírito de crônica” ou o caráter das “investigações históricas, secas e puramente eruditas”, de modo a não prejudicar o “interesse da narração e confundir o juízo claro do leitor sobre o essencial da relação”. Para

59 MARTIUS, Karl Friederich von. Como se deve escrever a história do Brasil, *Op Cit.*, 2010, p.64, p.68.

60 INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Parecer acerca das memórias sobre o modo pelo qual se deve escrever a história do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Livro de fontes de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p.105

61 WALLENSTEIN, Henrique Julio. Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil. IN: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Livro de fontes de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p.97

tanto, ela deve estar depurada do “grande número de fatos e circunstâncias insignificantes”, “de nenhuma importância histórica”, da sobrecarga de “erudição”, “de uma multidão de citações estéreis” e de relações minuciosas “até o excesso”⁶².

A concepção de escrita da história de Martius pode ser apreendida pela interpretação de Arno Wehling, para quem o plano do botânico alemão seria fortemente devedor da filosofia iluminista. Segundo o autor, as suas orientações para a escrita da história estariam intimamente articuladas pela ideia de processo, contida na crença no “gênio da História” que a realiza através de uma sábia ordem racional, de modo que a preocupação maior de Martius seria com os processos de sedimentação social que teriam conformado o caráter do brasileiro, com a perfectibilidade, e não tanto com acontecimentos específicos de ordem política ou militar da história nacional⁶³.

Assim, Martius e Oiticica parecem ter uma compreensão muito similar sobre o que é necessário para a história do Brasil transformar-se em um tipo de saber superior à mera erudição e seus possíveis excessos. Porém, Martius não oferece, no entender do republicano brasileiro, o critério de seleção necessário para que se possa diferenciar os acontecimentos dignos de pertencer a essa história, nem o “critério diretor” que indicaria “o meio de enfeixar esses fatos”⁶⁴; tampouco as “bases da classificação” dos fatos histórico-sociais que tornam essa trama possível. Oiticica reconhece a condenação feita por Martius de uma historiografia que costuma a afogar os acontecimentos importantes em uma multidão de acontecimentos desimportantes, mas questiona o botânico alemão:

Qual, porém, o critério dessa expurgação? Não nos diz e é esse um seguro indício de que a falta de método em história tem sido até hoje o maior empecilho para a sua elevação à categoria de ciência. Por isso, ainda homens ilustradíssimos, eruditos de polpa, desperdiçam esforços extraordinários na verificação de datas sem valor ou episódios sem nenhum interesse histórico⁶⁵.

O aspecto mais problemático do “Como se deve escrever a história do Brasil” de Von Martius estaria, para o brasileiro, estreitamente articulado a um lapso entre os sistemas teóricos disponíveis no tempo de Oiticica e aqueles utilizados pelo alemão na confecção de seu texto em 1843. Projetando a Martius questões de sua própria conjuntura historiográfica,

62 MARTIUS, Karl Friederich von. Como se deve escrever a história do Brasil, *Op Cit.*, 2010, p.82-86.

63 WEHLING, Arno. O historicismo e as origens do Instituto Histórico. In: **A invenção da História**: estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro, Editora Central da Universidade Gama Filho; Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 1994, p.163.

64 OITICICA, José. Como se deve escrever a história do Brasil, *Op Cit.*, 1910a, p.113.

65 OITICICA, José. Como se deve escrever a história do Brasil, *Op Cit.*, 1910a, p. 113.

Oiticica avalia como insuficientes os suportes teóricos mobilizados pelo naturalista na sua intenção de distinguir os traços gerais que moldariam a trajetória da nação brasileira. Em suma, a percepção de Martius sobre a história estaria inegavelmente prejudicada pelas “novas correntes científicas” emergentes na virada do século XIX para o XX. Por conta disso, também as suas recomendações sobre como “analisar as relações sociais, os usos e costumes dos índios”, por exemplo, estariam inteiramente defasadas, uma vez que nelas estariam ausentes os “processos de exame sistemático” fornecidos pelos métodos e conhecimentos destas novas ciências. Pelo mesmo motivo, a orientação de Martius não conseguiria apreender as significações múltiplas que um mesmo fato pode ter, os vários sentidos que ele pode tomar ao “repercutir-se”. No plano de Martius, nada poderia “indicar o meio de por em evidência essa variedade de atuação”⁶⁶.

O descompasso da “Dissertação” frente as novas correntes científicas esvaziaria, assim, o potencial orientador de sua teoria sobre a melhor maneira de se escrever a história do Brasil. Ainda a respeito do estudo das relações sociais e costumes dos indígenas, diz Oiticica que “nenhum historiador consciencioso poderá prescindir atualmente dos resultados da escola de Le Play e de Tourville”. Não seria um exagero inferir que Oiticica considerasse válida esta frase para todos os aspectos a serem estudados sobre a história do Brasil. “Os nossos melhores historiógrafos”, diz Oiticica, “baralharam sempre os acontecimentos, nunca os separaram uns dos outros, nem lhes deram, com precisão, a influência por eles exercida na evolução da sociedade brasileira”⁶⁷ porque eles não possuiriam, até então, uma base teórica capaz de realizar tal feito. Esta ausência, segundo o raciocínio do autor, traria implicações sobre a própria capacidade de o plano corresponder aos anseios da sociedade. Seria por esta razão que no “sistema”⁶⁸ de Martius não se encontrariam “referências aos mais palpitantes problemas surgidos em épocas de renovação da sociedade”⁶⁹. Assim, sentenciando sua inatualidade diante da ciência e, por extensão, da sociedade, Oiticica estabelece um marco entre dois tempos, fazendo com que menções ao plano de Martius no início do século XX tenham algo de anacrônico.

66 OITICICA, José. *Op. Cit.*, 1910a, p. 113.

67 OITICICA, José. *Op. Cit.*, 1910a, p.110.

68 Ambos os autores vinculam o seu plano de escrita da história do Brasil à ideia de sistema. Cf. MARTIUS, Karl Friederich von. *Op. Cit.* In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Op Cit.* 2010, p.84.

69 OITICICA, José. Como se deve escrever a história do Brasil, *Op. Cit.*, 1910a, p.110.

A crítica à tradição historiográfica romântica

Sílvio Romero possui um juízo similar sobre o plano de escrita da história do naturalista alemão. Este seu posicionamento se encontra em seu texto “Carlos Frederico F. de Martius e suas ideias acerca da história do Brasil”, publicado, primeiramente, em 1912, na Revista da Academia Brasileira de Letras, e depois incorporado ao tomo quinto de sua “História da Literatura Brasileira”⁷⁰. Romero, em uma avaliação geral, defende ser a “Dissertação” de Martius um texto superestimado, e que, rigorosamente, “não se eleva acima da mediania”. Em tom polêmico, este autor afirma que tudo o que o naturalista bávaro aconselhou teria sido de algum modo já dito pelos próprios viajantes e cronistas do tempo da Colônia. Romero insinua ser este um texto desnecessário, e demonstra indignação com os estudiosos brasileiros, que, a seu ver, precisaram receber o plano de Martius (um estrangeiro preocupado com coisas de botânica) para seguir ideias e indicações estabelecidas, muito anteriormente, pelos próprios portugueses e brasileiros (“nossos próprios autores”). Logo ao iniciar seu texto, Romero marca sua posição: “Antes de tudo, protestamos, em honra da inteligência nacional, contra a afirmativa de ter sido aquele alemão quem - ‘nos ensinara como devíamos escrever a nossa história, seguindo um critério mais científico ou filosófico’”⁷¹.

Para além da sua falta de originalidade, alguns dos caminhos apontados pelo alemão seriam de tamanha simplicidade que qualquer “escritor nacional” conceberia eles facilmente sem a sua “endeusada” orientação. Poderiam ser deduzidos também a partir da lição de outros “mestres modernos”. Ademais, seriam direções “sobremaneira vagas”, “linhas indecisas, indeterminadas”. E mesmo que tivessem sido inéditos ao sair da revista do IHGB em 1844, os apontamentos de Martius possuiriam um bocado de erros e incompreensões. Tal como para Oiticica, Sílvio Romero considera Martius como um autor que faz parte de um outro tempo, já terminado, e se os pontos problemáticos e fracos de suas orientações sobre a escrita da história do Brasil não residem todos na sua inatualidade, é nela que mais pesa o juízo de Romero sobre o texto do naturalista bávaro.

Para o crítico brasileiro, as famosas indicações demonstrariam um “atraso das ideias

70 ROMERO, Sílvio. Diversas manifestações na prosa-História. Capítulo I. Carlos Frederico F. De Martius e suas ideias acerca da história do Brasil. In: ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**. Tomo quinto. Diversas Manifestações na prosa: reações anti-românticas na poesia. 6ª edição. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1960.

71 ROMERO, Sílvio. Carlos Frederico F. De Martius e suas ideias acerca da história do Brasil. IN: ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**. *Op. Cit.*, 1960, p.1522.

de Martius em matéria etnográfica”⁷². A respeito das considerações do botânico sobre o modo de incorporar o indígena na história do Brasil, Romero encarcera o autor alemão no passado: “Como digno representante de desastreadas doutrinas filosóficas, políticas e sociais do século XVIII, Martius ainda perdia tempo em repetir as fantasias de Rousseau sobre – *estado de natureza do homem*, sobre a *razão natural*, e coisas congêneres”⁷³. Desta sua “ingênuas” postura romântica, que contestaria o suposto caráter selvagem do “homem primitivo”, seria derivada sua ideia de que em um passado remoto e muito antigo os indígenas teriam vivido em um “alto grau de cultura, do qual haviam degenerado”. Diz Romero:

O engano de Rousseau e sua escola não estava em reconhecer um estado de primitivo atraso na humanidade; o erro residia na suposta inocência, nas miríficas virtudes desses gregários primordiais, de que as gentes vieram a decair quando passaram, segundo a crença daquele sofista, do estado de natureza para o estado de sociedade.⁷⁴

Martius, ao adotar este posicionamento, demonstraria um desconhecimento ou desinteresse por um “gênero de estudos” (antropológicos, etnográficos, linguísticos, de crítica dos mitos e religiões, de pré-história) que na Alemanha do século XIX já teria oferecido ensinamentos suficientes “para orientá-lo acerca da diferenciação das raças e graus diversos de evolução geral do homem, desde os tempos geológicos”. A “sonhada antiga civilização dos índios do Brasil” seria uma ideia de filósofos ingênuos e fantasiosos, ou de poetas, como Gonçalves Dias, mas, definitivamente, não de cientistas.

Quanto às considerações de Martius sobre os negros na história do Brasil, Romero também aponta para fragilidades do naturalista alemão no ramo do saber antropológico. O crítico brasileiro apresenta diversos autores e estudos para refletir sobre a ponderação de Martius acerca do caráter benéfico ou maléfico da “infusão do sangue negro no do português”. O autor diz não pretender se posicionar abertamente sobre o assunto, e deixa esta tarefa de tirar conclusões para o seu leitor, como teria feito Martius também em sua “Dissertação”. Contudo, todos os dados e pesquisas de que ele lança mão sobre a “mistura de vários tipos antropológicos” que teriam ocorrido ainda na Europa, e que teriam provocado a “redução progressiva do sangue ariano”, “autêntico”, o “verdadeiro autor da civilização”, apontam para os efeitos negativos da “mescla de raças” na América. E, de acordo com

72 ROMERO, Sílvio. Carlos Frederico F. De Martius e suas ideias acerca da história do Brasil, *Op. Cit.* 1960, p.1531.

73 ROMERO, Sílvio. *Op. Cit.*, 1960, p.1533.

74 ROMERO, Sílvio. *Op. Cit.*, 1960, p.1543.

Romero, em nenhuma medida esta mescla caminhará para um “aperfeiçoamento” recíproco e ilimitado das raças. Questiona Romero:

Se, porém, na experimentada Europa as fantasiosas igualdades de raças, amalgamadas aliás ali vai para milênios, podem ainda hoje ser desfeitas, e pode notar-se bem donde procede nelas a carcoma e em que sentido se devem tentar as seleções salvadoras, que se não deverá dizer da América do Sul?⁷⁵

Está claro o posicionamento do autor, ancorado nos “mais perfeitos estudos dos mais competentes naturalistas”, de que, se “do ponto de vista climático”, a mestiçagem pode trazer certas vantagens, do ponto de vista social, o resultado da “mistura de raças inteiramente diversas” e “demasiado distanciadas” só pode ser desastroso. Confirma essa sua posição uma lista de medidas sugeridas por ele para corrigir os males decorrentes da mestiçagem. Seriam elas a educação e instrução, e a “seleção de bons elementos étnicos de contingentes imigratórios superiores” para refazer a mescla⁷⁶.

Romero cita Oto Amon, “um dos fundadores da antropossociologia”, para dizer que os ensinamentos e princípios dessa nova área, presente em “livros moderníssimos, admirados no mundo inteiro”, apresentam um outro “modo de compreender os fatos” e “será um grande progresso na maneira de escrever a história, se ela começar a pesar essa ordem de considerações”⁷⁷. Amon, em seu livro “A Ordem Social e Suas Bases Naturais”, teria analisado as ideias de “pensadores de primeira plana” como Gobineau, Lapouge, Nietzsche, Seeck, entre outros, para propor o conceito de “oligandria”, que, em sua compreensão, corresponderia ao “desaparecimento das classes dirigentes e enérgicas que acarreta a queda das nações”. A falha do plano da “Dissertação” em não discorrer sobre estes fenômenos que podem ter se desenrolado na história do Brasil seria desculpável, para Romero, porque esta teoria antropológica e o estudo das primitivas populações na Europa não estariam disponíveis “no tempo em que foi escrita a memória de Martius”⁷⁸.

Lapouge é mais de uma vez citado por Romero não só com a intenção de demonstrar

75 ROMERO, Sílvio. *Op. Cit.*, 1960, p.1545.

76 Esta diferença em relação a Martius também é marcada por João Ribeiro. Este historiador discorda do naturalista alemão quanto as possibilidades do “homem de côr” estar suscetível à perfectibilidade. Ainda que manifestamente, em suas próprias palavras, não defenda ser estas raças “a peste da cultura americana”, o historiador brasileiro acredita ser o “único remédio para esses povos” o “povoamento contínuo e a imigração europeia”, capaz de “suplantar o caráter das camadas primitivas”. Ele se tranquiliza com o estado de transição do Brasil de seu tempo porque “felizmente ainda nas raças mestiças há sempre uma escol [sic] intelectual e moral que consegue subjugar-las e dirigi-las”. RIBEIRO, João. *Op. Cit.* 1953, p.306-307.

77 ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**. *Op. Cit.* 1960, p.1546.

78 ROMERO, Sílvio. *Op. Cit.* 1960, p.1545.

os erros de Martius acerca da “mescla de raças”. O crítico brasileiro cita este autor, que teria nascido após a publicação da “Dissertação”, para corrigir o erro do botânico alemão em supor que haveria no século XVI um certo gênero de colonização diferente do de outro, principalmente um tipo de colonização próprio do século XIX. Romero alega terem coexistido sempre na história duas espécies de infiltração dos povos em territórios e culturas diferentes das suas. Diz ele:

É uma vista muito superficial da história, essa do ilustra naturalista germânico. Desde a mais alta antiguidade houve sempre dois sistemas de imigração em terras alheias: a que Lapouge chama a *invasão intersticial* e a que sempre teve o nome de ocupação e conquista. Em todos os tempos coexistiram ambas; é um pensar muito imperfeito supor que os antigos tempos só conheceram a segunda e os novíssimos a primeira. Povos houve, desde velhas eras, que não se davam conquistas territoriais e tinham indivíduos de sua raça um pouco por toda a parte.⁷⁹

Para Romero, considerar a possibilidade de a colonização portuguesa ter ocorrido por meio também desta “invasão intersticial” seria, por consequência, desautorizar Martius de sua afirmação de que a posição dos portugueses seria necessariamente guerreira e que sua relação com os indígenas se desse apenas pelas “incursões de rapina”, motivadas pelo “impulso comercial ou de lucro da colonização moderna”. A colonização dos portugueses não seria feita apenas de “afoitas e grandiosas” conquistas; ela teria se dado também de outras formas, por exemplo, através da interação dos portugueses com o “espírito de comércio e lucro” que haveria entre os indígenas do Brasil. Considerar a proposição de Lapouge seria, segundo Romero, repensar a premissa de Martius de que processos de imigração por conquista “tivesse sido um privilégio do século XVI”. O crítico brasileiro opõe a essa ideia situações na Antiguidade e na Idade Média em que este tipo de imigração teria ocorrido, e, principalmente, as práticas similares que ocorreram na África no século XIX e XX.

Alicerçar as bases teóricas da escrita da história do Brasil em “velharias”⁸⁰ não seria um privilégio de Martius. O seu seguidor, Francisco Adolfo Varnhagen, o autor da “História Geral do Brasil”, publicada, primeiramente, entre 1854 e 1857, teria, para João Capistrano de Abreu, feito o mesmo. Em seu conhecido “Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro”, publicado em 1878 no *Jornal do Comércio*⁸¹, Abreu

79 ROMERO, Silvio. *Op. Cit.* 1960, p.1539.

80 ROMERO, Silvio. *Op. Cit.*, 1960, p.1532.

81 ABREU, João Capistrano de. *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro*. In: NICOLAZZI, Fernando. (org.) **História e historiadores do Brasil: do fim do império ao alvorecer da república**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

aparentemente presta uma homenagem a esta “vida voltada ao trabalho e ao dever” para com a Pátria, e parece querer fazer justiça a Varnhagen e sua obra diante de muitos críticos que “atiraram-lhe censuras e diatribes”. Para ele, um dos grandes méritos da obra deste “trabalhador possante” se encontraria no “terreno dos fatos”. Como um “bandeirante à caça de documentos”, este historiador teria encontrado e apresentado uma “massa ciclópica” de documentos, teria demonstrado a autenticidade de muitos deles, teria desvendado mistérios e resolvido enigmas sobre a história do Brasil. Em segundo lugar, Varnhagen teria se afastado, em sua abordagem, dos moldes das listas de governadores e de batalhas ou das “crônicas de questiúnculas” ao tratar de outros temas que não apenas estes restritos a uma história política, administrativa e militar, ainda que atendessem “sem dúvida esses aspectos”. Teria ele também se dedicado à “exploração do território”, ao “aumento da população”, aos “começos da indústria”, às “obras e associações literárias”, entre outros assuntos.

Além de seu trabalho de busca e crítica documental, seu olhar sobre estes pouco visados aspectos da história do Brasil, o outro grande mérito do autor da “História Geral do Brasil” teria sido o ponto de vista inédito adotado por ele, diverso dos que foram assumidos por antecessores seus como Gandavo e Gabriel Soares, cronistas eclesiásticos, Rocha Pitta ou Southey. Um grande progresso na maneira de se compreender a história do Brasil teria sido realizado por Varnhagen porque pela primeira vez ela teria sido colocada “sob o verdadeiro ponto de vista nacional”. No entender de Capistrano de Abreu, a “falta de espírito plástico e simpático” de Varnhagen, seu desdém ou ignorância do “corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos se constituíram em ciência sob o nome da sociologia”, destituíam sua obra do lugar de modelo a ser seguido pelos estudos históricos porque somente isto seria capaz de tornar possível a compreensão da história do Brasil como um “todo sólido e coerente”.

Se à primeira vista o texto de Capistrano de Abreu pode se apresentar como um tributo ao grande historiador do Império do Brasil o que ele acaba por realizar, ao fim e ao cabo, é um distanciamento entre esta tradição e o que a historiografia brasileira deveria ser no futuro. A escrita da história do Brasil, para Capistrano de Abreu, precisaria se orientar por outros parâmetros, por um ideal de historiador que:

Inspirado pela teoria da evolução, mostre a unidade que ata os três séculos que vivemos. Guiado pela lei do consensus, mostre-nos a *rationale* da nossa civilização, aponte-nos a interdependência orgânica dos fenômenos, e esclareça uns pelos outros. Arranque das entranhas do passado o segredo angustioso do presente, e liberte-nos

do empirismo crasso em que tripudiamos⁸².

Tendo como alvo os nomes mais representativos da historiografia nacional até então, figurando Martius como o arquiteto que oferece as linhas gerais da obra e Varnhagen como o seu diligente operário, os dois testemunhos elencados apontam para um processo, em fins do século XIX e início do XX, de crítica a tradição historiográfica romântica, que possui tanto um conteúdo historiográfico quanto político. Sinalizando “Como não deve se escrever a história do Brasil” e utilizando a estratégia retórica de deslegitimar o oponente para legitimar a si mesmo, os dois autores, Romero e Capistrano, alçam-se como uma nova geração, enfatizando diferenças entre eles e os seus ingênuos e desinformados predecessores. Por vezes, os seus erros são perdoáveis, uma vez que nem Martius nem Varnhagen teriam vivido na época tão mais esclarecida em que estes novos historiadores se encontram. Reafirmam, assim, com este perdão, a posição mais científica, adiantada e verdadeira ocupada por Capistrano de Abreu e Romero⁸³.

Atualizando Von Martius

Para além da carga retórica e da performatividade que caracterizam os textos destes historiadores no fim do século XIX, é possível identificar que entre os dois “Como se deve escrever a história do Brasil”, passando por Von Martius e Romero, por Varnhagen e Capistrano de Abreu, até chegar a José Oiticica, algumas mutações na experiência historiográfica brasileira demonstram ter ocorrido. Acima de tudo, é possível perceber a emergência de uma demanda por reorientação da escrita da história do Brasil e superação dos modelos historiográficos de uma tradição romântica, gestada desde o início do estabelecimento do Império⁸⁴. Se em alguma medida as crônicas, a erudição, e longas digressões de crítica documental são reprovadas e vistas como empecilhos por ambos os momentos, novos pressupostos teórico-metodológicos e um novo vocabulário surgem na virada do século XIX para o XX para lidar com a problemática de narrar a história do Brasil. Este outro linguajar e estas novas formas de pensamento, segundo Angela Alonso, fariam

82 ABREU, João Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. In: *Op. Cit.*, 2015.

83 TURIN, Rodrigo. Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista., *Op. Cit.*, 2005, p.26.

84 NASCIMENTO, Márcio Luiz do. **Primeira geração romântica versus Escola do Recife**: trajetórias de intelectuais da Corte dos intelectuais periféricos da Escola de Recife. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2010.

parte de um processo mais amplo de renovação no nível das ideias que teria se desenrolado na Europa, com o surgimento de novas doutrinas filosóficas e científicas, e que no Brasil teriam sobretudo sido apropriadas, resguardando toda a sua polissemia, para a crítica das “instituições políticas e aos modos de pensar cristalizados como tradição político-intelectual do Segundo Reinado”⁸⁵.

Silvio Romero se referia a este fenômeno de reformulação do repertório intelectual e político ao dizer, na virada de século, que “um bando de novas ideias esvoaçou sobre nós”⁸⁶. Em 1906, Euclides da Cunha reconhece, assim como Romero, a existência da entrada de novas ideias que teriam reconfigurado a atuação dos intelectuais e homens de letras brasileiros e inscreve a si mesmo como parte de uma “nova geração” que teria sido arrebatada por correntes novas e por energias estranhas vindas da Europa. O escritor, em um discurso por ocasião de sua recepção na Academia Brasileira de Letras, pontua:

O quinquênio de 1875-1880 é o da nossa investidura um tanto temporal na filosofia contemporânea, com os seus vários matizes, do positivismo ortodoxo ao evolucionismo no sentido mais amplo, e com as várias modalidades artísticas, decorrentes, nascidas de ideias e sentimentos elaborados fora e muito longe de nós⁸⁷

José Veríssimo, em sua “História da Literatura Brasileira”, publicada primeiramente em 1916, denominou o novo movimento de ideias de “modernismo”, considerando que ele não se restringiria ao campo exclusivo da literatura, muito menos se manifestaria como mero surgimento de novas escolas literárias, mas que, por seu turno, seria um “movimento espiritual” ou “formas de pensamento geral” que teriam produzido efeitos na filosofia, na arte, na política, na imprensa e também na ciência⁸⁸. Para o autor, as ideias modernas não constituiriam um bloco homogêneo e coeso mas estariam orientadas pelo “pensamento filosófico e científico triunfante por meados do século XIX”, isto é, o “racionalismo científico, o positivismo filosófico, o transformismo e o evolucionismo como um critério geral do pensamento”, o “evolucionismo inglês, o materialismo de Haeckel, Moleschott, Buchner, o comtismo, a crítica de Strauss, Renan ou Taine, o socialismo integral de Proudhon,

85 ALONSO, Angela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo, Paz e Terra, 2002, p.170.

86 Frase de Silvio Romero retirado de MATTOS, Ilmar Rohrloff de. Do Império à República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1989.

87 CUNHA, Euclides da. Discurso de posse na Academia Brasileira de Letras. In: NICOLAZZI, Fernando. **História e historiadores do Brasil**, *Op. Cit.* 2015, p.229.

88 VERÍSSIMO, José. **Historia da literatura brasileira**: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves & Cia, 1929

o socialismo literário de Hugo, de Quinet, de Michelet”. Veríssimo pontua da seguinte maneira os “desencontrados efeitos” do “modernismo” no ambiente intelectual brasileiro:

[...] na ficção em prosa, deu o naturalismo, ou melhor favoreceu o advento do naturalismo francês; na poesia simultaneamente o parnasianismo e a extravagância da chamada poesia científica. Em outras ordens de atividade, na filosofia, na crítica, em sociologia, em história, influiu com outros métodos e por ventura mais esclarecido investimento.⁸⁹

Sílvio Romero e Tobias Barreto, reunidos na chamada Escola de Recife, são tradicionalmente considerados os agentes principais da entrada do “pensamento moderno” no Brasil. Veríssimo se recusa, contudo, a dar todos os créditos a Escola de Recife como “precursor do movimento modernista aqui”, e ressalta que o “modernismo” seria um movimento mais alastrado no país, mais diverso, e sobretudo autônomo às façanhas e méritos dos autores que, já no tempo de Veríssimo, eram alçados a principais responsáveis pela circulação das “ideias modernas” no fim do século XIX no Brasil. Em sua percepção, muitos foram os grupos que precederam este intelectual e sua escola. Outros modernistas teriam antecipado a Escola de Recife, e estavam situados em outras regiões do Brasil, como no Rio de Janeiro (onde circulavam ideias de autores como Littré, Quinet, Taine e Renan), em São Paulo (principalmente onde se discutia o positivismo comtista em termos filosóficos), no Ceará (com grupos de leitura de Spencer, Buckle, Taine e Comte liderados por Araripe Júnior e Capistrano de Abreu), e em Portugal, Teófilo Braga, o alvo de Sílvio Romero na contenda já mencionada, seria um dos maiores representantes deste movimento em Coimbra. Para Veríssimo estes autores portugueses seriam muito mais lidos no Brasil que Tobias Barreto. O livro “Literatura Brasileira e Crítica Moderna” (1880) de Romero seria, inclusive, mais influenciado por estes autores do que por Tobias Barreto. De acordo com Veríssimo, a Escola de Recife teria começado somente em 1882, e se restringiria a Tobias Barreto e seus poucos discípulos; para ele, “a 'escola de Recife' não tem de fato existência real”⁹⁰.

De acordo com Veríssimo, o que uniria as novas correntes de pensamento seria o “preconceito da infalibilidade da ciência” e “uma exagerada opinião sobre sua importância”, atributo comum que pode ser apreendido pelo termo “cientificismo”. Para Arno Wehling, a conjuntura historiográfica em que a geração de 1870 teria procurado reinterpretar a experiência brasileira através da tradução de correntes de pensamento europeias seria marcada

89 VERÍSSIMO, José. **Historia da literatura brasileira**, *Op. Cit.*, 1929, p.348.

90 VERÍSSIMO, José. **Historia da literatura brasileira**, *Op. Cit.*, 1929, p. 346.

pelo “condicionamento intelectual” do “cientificismo dominante”, entendido como a obsessão em “submeter toda a explicação dos fenômenos – e, às vezes, a própria vida social – ao *diktat* dos padrões científicos vigentes”, e a crença na possibilidade de se encontrar leis e regularidades nos fenômenos humanos e sociais, adotando procedimentos similares aos das ciências naturais. Capistrano de Abreu, no primeiro momento de sua produção historiográfica, ligada ao referido “Necrológio a Varnhagen”, seria, para o autor, a expressão mais bem-acabada da fase cientificista da historiografia brasileira. A singularidade do cientificismo no Brasil, de acordo com Wehling, seria a de que aqui ele estaria em função de modernizar uma estrutura política e social considerada arcaica, pretendendo antecipar a entrada em uma nova época, enquanto que na Europa ele seria o reflexo de uma situação concreta e já estabelecida⁹¹. Mesmo que Alonso não acredite ser possível resumir o movimento intelectual de 1870 por uma concepção de ciência ou atitude diante dela, nesse ponto a interpretação de Wehling e de Alonso se aproximam, uma vez que ambos notam a convergência das diversas teorias e doutrinas europeias no sentido serem mobilizadas como instrumentos de intervenção no debate político da crise do Império⁹².

Termos provenientes destes novos sistemas teóricos e antigas palavras ressignificadas, tais como *meio, clima, tipo, psicologia, povo*, e, principalmente, o conceito de *evolução*, passaram, portanto, a habitar os textos destes brasileiros que buscavam romper com a tradição romântica, anterior à década de 1870, situada, em grande parte, no período imperial. Segundo os próprios autores desta geração, o “movimento do pensar contemporâneo”⁹³ seria capaz de melhor compreender os fatos históricos, “de lhes imprimir exata feição histórica ou discernir os efeitos produzidos nos subseqüentes sucessos”⁹⁴, de entender “os fatos em suas origens, em sua ligação com fatos mais amplos e radicais de que dimanam”⁹⁵. A entrada deste “pensamento moderno” se apresentaria como uma condição de possibilidade para que esta nova geração pudesse escrever seus textos e reivindicar suas demandas no campo da historiografia⁹⁶.

Munidos destas novas teorias, os atores em jogo na conjuntura historiográfica deste fim de século trouxeram novamente ao debate uma questão epistemológica já perceptível nos

91 WEHLING, Arno. **A invenção da História**: estudos sobre o historicismo. *Op. Cit.*, 1994, p.170; p.41; p.209.

92 ALONSO, Angela. **Ideias em movimento**. *Op. Cit.*, 2002, p.177.

93 ABREU, João Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen. In: NICOLAZZI, Fernando. *Op. Cit.* 2015, p. 31.

94 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.* 1910a, p.113.

95 ABREU, João Capistrano de. *Op. Cit.* In: NICOLAZZI, Fernando. *Op. Cit.* 2015, p.31.

96 NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história**. *Op. Cit.* 2011, p.427.

autores românticos, enfeixando-a, no entanto, com outros vetores. Compreendida por eles mesmos como uma discussão própria da constituição da história enquanto um saber moderno, e, sobretudo, científico, estes brasileiros do fim do século XIX se empenharam no desafio de elevar as tradicionais operações de “crítica erudita-compilatória”, realizadas de maneira já consolidada pela geração precedente, a um “plano conceitual, reflexivo, teórico, ou como se pretendia, generalista”⁹⁷.

Como já mencionado, este foi um desafio também enfrentado no início do século XIX por poetas, literatos, historiadores e outros homens de letras agrupados ao redor do IHGB. Gonçalves de Magalhães, em 1836, publicou um texto na Revista Nitheroy, no qual discorria sobre o que entendia por literatura e sua respectiva história, atribuindo a esta forma específica de investigação uma “tarefa filosófica”. Ainda que neste texto o autor não utilize o termo “história filosófica”, é possível pensar sua proposta desta maneira porque a compreensão da história da literatura apresentada no “Ensaio sobre a história da literatura no Brasil” procura se afastar de trabalho de “coleção e organização de fatos”. Magalhães afirma que a finalidade de seu trabalho “não é traçar a biografia cronológica dos autores brasileiros, mas sim a História da Literatura do Brasil, que toda a História, como todo o drama, supõe lugar da cena, atores, paixões, um fato progressivo que se desenvolve, que tem sua razão, como tem uma causa e um fim”⁹⁸. Dessa forma, a sua concepção de história da literatura se manifesta como uma empreitada mais complexa, de desvelamento da razão que encadearia os fatos literários “em um todo de sentido”⁹⁹. Alguns anos depois da publicação deste texto, o IHGB, em 1840, demandava, no concurso de monografias já mencionado, o estabelecimento das bases gênero filosófico de história, e premiou Martius, no lugar de seu concorrente Henrique Julio de Wallenstein, por ter satisfeito “exuberantemente” as expectativas por esta

97 DETONI, Piero di Cristo Carvalho. **A síntese como desafio historiográfico na Primeira República**: pequenos estudos de caso. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História, 2013, p.17.

98 MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a História da Literatura no Brasil: estudo preliminar. **Revista Nitheroy**: revista brasiliense, sciencias, letras e artes, t. 1, n. 01, Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836. A versão utilizada é uma transcrição do exemplar do primeiro volume da Revista Nitheroy realizada por integrantes do projeto “Diálogos Lusófonos: apontamentos de Gonçalves de Magalhães, Almeida Garrett e Alexandre Herculano para Crítica Literária no Brasil e em Portugal” da UTFPR, disponível no link: <<http://www.utfpr.edu.br/patobranco/estruturauniversitaria/diretorias/dirgrad/cursos/colet/grupodepesquisa/gpeplus/projetodialogoslusofonos/textosatualizados/ensaiosobreaahistoriadaliteraturadobrasil.magalhaesdomingosjosegoncalves-de-1>>. Acesso em: 10 abril. 2019.

99 Em grande medida, sigo, para este e os próximos documentos, a interpretação proposta por NICOLAZZI, Fernando. Raízes do Brasil e o ensaio histórico brasileiro: da história filosófica à síntese sociológica, 1836-1936. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 2016, p.7.

nova abordagem. Se alguns críticos, até 1847, já teriam notado uma ausência de pormenores na divisão das épocas da história do Brasil, denunciado uma falta de atenção mais sistemática para diversas partes de sua história, ou acusassem Martius de não entrar minuciosamente no “encadeamento dos fatos”, os pareceristas responsáveis pela aprovação da “Dissertação” do naturalista alemão afirmam que “o valor das considerações filosóficas apresentadas por ele são de tal importância, que não deixam pensar nesses detalhes”¹⁰⁰. Na segunda metade do século XIX, Raimundo José da Cunha Matos, sócio-fundador do IHGB, reivindicou uma “história filosófica do povo do Brasil” e defendeu que o historiador deveria compor a sua história como um filósofo. Em sua “Dissertação acerca do sistema de se escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil”, este autor continua a sustentar uma posição, apesar de seus postulados, de que em seu momento (1863) não seria possível e tampouco conveniente escrever a “história geral do império do Brasil” porque “muitos elementos provinciais para isso necessário” estariam em falta. Cunha Matos aconselhava que, em primeiro lugar, se produzissem histórias provinciais e particulares, para que, em um segundo momento, pudesse ser escrita a desejada história do Brasil¹⁰¹.

Na virada de século as demandas intelectuais se desenrolam em um sentido similar ao desta historiografia da tradição romântica, engendrando, porém, transformações importantes na maneira de pensar e escrever a história do Brasil. Situadas, neste caso, em uma posição relativamente marginal ou autônoma ao IHGB, o *lugar social*¹⁰², ainda nesta época, oficial, legitimado e legitimador do conhecimento histórico¹⁰³, elas urgiam por uma abordagem histórica científica¹⁰⁴, próxima da matriz de conhecimento das emergentes ciências

100 INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Parecer acerca das memórias sobre o modo pelo qual se deve escrever a história do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Op. Cit.* 2010, p.113.

101 MATOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação acerca do sistema de se escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Op. Cit.* 2010, p.120.

102 Ao nos referirmos a um *lugar social* nos valem de algumas conhecidas reflexões “sócio-epistemológicas” produzidas por Michel de Certeau que apontam para o pressuposto de que a escrita da história está submetida à lógicas e leis silenciosas de um lugar de produção. Segundo ele, “como o veículo saído de uma fábrica, o estudo histórico está muito mais ligado ao *complexo* de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou à ressurgência de uma ‘realidade passada’. É o *produto* de um *lugar*.” CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p.73.

103 DETONI, Piero di Cristo Carvalho. A síntese como desafio historiográfico, *Op. Cit.*, 2013, p.16.

104 Gomes identifica uma forte presença da questão da cientificidade do conhecimento histórico no fim do século XIX no Brasil e uma sofisticação do debate sobre este tema em relação aos períodos anteriores da historiografia brasileira. GOMES, Angela de Castro. “É a história uma ciência”: o IHGB e os historiadores da Primeira República. In: **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2009, p.25; p.29. Temístocles Cezar reforça essa percepção sobre uma ênfase cada vez maior na questão da cientificidade e o abandono de certos termos que caracterizavam o debate sobre a história da metade do século XIX. Diz Cezar: “[...] na medida em que o século XIX avança, as referências a uma história

sociais, que teria como resultado uma perspectiva generalizante ou sintética do passado nacional.

Se o saber histórico moderno, tal como Reinhart Koselleck e Arnaldo Momigliano o interpretaram, pode ser compreendido através de uma tensão inerente entre procedimentos empíricos (legados pela tradição dos antiquários) e cargas de teoria (legados pela filosofia iluminista, ou seja, as induções filosóficas ou intuições poéticas responsáveis por “tramar” e por “urdir” os acontecimentos isolados)¹⁰⁵, a estratégia posta em prática pelos homens de letras e intelectuais brasileiros, entre eles José Oiticica, para tornar possível a constituição da história enquanto ciência é pender esse saber ainda mais para o polo da *reflexividade*, indo além, muito mais longe, do que teria proposto Martius e os seus contemporâneos brasileiros. Afastando-se do modelo da longa história geral de Varnhagen, os historiadores, intelectuais e homens de letra deste “primeiro modernismo” brasileiro teriam orientado suas expectativas em torno da construção de um “trabalho interpretativo que transcendesse a dimensão factual”¹⁰⁶, que discernisse o “sentido profundo e oculto” dos acontecimentos, a unidade que presidiria a multiplicidade dos eventos históricos, a ordem no interior de um caos aparente, e que atendessem “num só tempo ao trabalho de toda a cultura coletiva, na vida oficial e na do povo”¹⁰⁷. Para Rocha Pombo, deveria se esperar da história que ela destacasse “as grandes sínteses, a direção dos acontecimentos, sem dar aos incidentes mais que o valor que eles tem como partes do mesmo todo”¹⁰⁸. Acompanhando este mesmo processo, intensifica-se uma urgência pela apreensão da totalidade, e metáforas organicistas entrariam em jogo para se

filosófica ou a um historiador filósofo, como propõem Von Martius e Gonçalves de Magalhães, tendem a desaparecer, ao mesmo tempo que os conceitos de história e de historiador adquirem um contorno mais científico” CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia entre os antigos e os modernos. In: NEVES, Lucia; GUIMARÃES, Lucia; GONÇALVES, Marcia; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Estudos de Historiografia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p.99

105 Baseamos este pressuposto em uma leitura combinada de Reinhart Koselleck e Arnaldo Momigliano, realizada por Fernando Nicolazzi. Elaborando uma interpretação de certo modo já canônica, estes dois autores teriam interpretado a historiografia moderna, cada um a seu modo, a partir desta tensão entre empiria e reflexividade. Uma leitura similar destes autores é feita por Araújo, diferenciada desta primeira, no entanto, por um distanciamento mais rígido entre a dimensão filosófica e a narrativa do conhecimento histórico moderno. Define o autor: “A historiografia moderna pode ser entendida como a convergência de três fontes distintas, a saber – a tradição antiquária e erudita, centrada na coleta e estudo crítico de documentos; as preocupações filosóficas que se desenvolvem no século XVIII; e, finalmente, a forma narrativa”. NICOLAZZI, Fernando. Raízes do Brasil e o ensaio histórico brasileiro. *Op. Cit.*, 2016, p.5-6; ARAÚJO, Valdeí Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008, p.143.

106 NICOLAZZI, Fernando. Raízes do Brasil e o ensaio histórico brasileiro. *Op. Cit.*, 2016, p.48.

107 RIBEIRO, João. **História do Brasil**. *Op. Cit.* 1953, p.22.

108 ROCHA POMBO, José. Prefácio (ao livro História do Brasil, ilustrada, de 1905). In: NICOLAZZI, Fernando. **História e historiadores do Brasil**. *Op. Cit.* 2015, p.193.

entender o Brasil e sua história. Assim, as “zonas” ou “núcleos primitivos” de Martius seriam, para Ribeiro, as “células fundamentais do tecido do Brasil antigo”. Em seus textos, os “primeiros modernistas” estariam mais preocupados com teorias do que com a erudição, mais atentos ao geral do que com as particularidades, e encaminhando-se mais para a formulação de leis do devir histórico do que a descrição e comprovação da existência de fatos e documentos. Sílvio Romero justifica esta maior inclinação para a teoria ao dizer que “um conhecimento que não se generaliza, fica improficuo e estéril”¹⁰⁹.

Martius teria colocado em sua “Dissertação” este problema da compatibilização do geral e do específico, tão caro a esta “nova geração” de historiadores. A maneira como ele o aborda demonstra, no entanto, como as mutações epistemológicas e discursivas ocorridas entre estes dois momentos na historiografia brasileira trouxeram implicações decisivas para a maneira de se representar o passado nacional. Diante da grande extensão territorial do Brasil, e da diversidade na natureza, usos e costumes, e na própria composição da população, Martius postula por um equilíbrio na ênfase entre as partes e o todo¹¹⁰; porque, por um lado, teme que sejam escritas “histórias especiais de cada uma das províncias” caso seja dada preferência a uma zona ou circunstância, e, por outro, porque acredita que o “tom local” proporcionado pela “atenção das particularidades” seja necessário para imprimir “fogo” na narrativa, uma qualidade dos grandes historiadores, capaz de despertar no leitor um interesse vivo. O suposto conflito entre o particular e o geral poderia ser conciliado caso o historiador seguisse as seguintes etapas elaboradas de Martius:

Parece necessário que em primeiro lugar seja em épocas, judiciosamente determinadas, representando o estado do país em geral, conforme o que tenha de particular em suas relações para com a mãe pátria, e as mais partes do mundo; e que, passando logo para aquelas partes do país que essencialmente diferem, seja realçado em cada uma delas o que houver de verdadeiramente importante e significativo para a história. Procedendo assim, não se devia certamente principiar de novo em cada província; mas omitir, pelo contrário, tudo aquilo que em todas, mais ou menos, se repetiu. Portanto, deviam ser tratadas conjuntamente aquelas porções do país que, por analogia da sua natureza física, pertencem umas às outras¹¹¹.

No mencionado texto de crítica ao naturalista alemão, Sílvio Romero denuncia a

109 ROMERO, Sílvio. Fatores da Literatura Brasileira. Capítulo 1. Trabalhos estrangeiros e nacionais sobre a literatura brasileira – Divisão desta – Espírito geral deste livro. In: **História da literatura brasileira**. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: José Olympo, 1960, p.55.

110 CEZAR, Temístocles. Como deveria ser a escrita da história no século XIX. In: PESAVENTO, Sandra (org.). **História Intelectual**. *Op. Cit.* 2003, p.203.

111 MARTIUS, Karl Friederich von. Como se deve..., In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Op. Cit.* 2010, p.83.

monotonia, falta de harmonia e articulação, e as possibilidades de perdas cognitivas (sobre a unidade da alma nacional) uma vez que fosse seguida esta proposição do germânico, ao se “dividir a história em épocas, mostrar em cada uma delas o estado do país, em relação a mãe-pátria e ao mundo, passar depois as zonas da terra para narrar o que nelas houver notável”. O produto sairia, inclusive, diferente do pretendido se fosse seguida esta orientação de Martius porque, segundo o autor, “em vez de d'uma história teríamos uma série de monografias cosidas *à tort et à travers*”¹¹². Romero, em um posicionamento político talvez mais “centralista” do que o do próprio Martius, se opõe a este seu conselho ao defender ser a história de um povo

um drama desenvolvido no tempo e no espaço, no qual se desdobra a natural evolução de um caráter étnico – e nacional. Uma unidade suprema preside ao desenrolar das cenas: o gênio do povo em formação [...] Em cada época há sempre um acontecimento que sobrepuja os outros e atrai as atenções gerais. A alma do povo se concentra nele, vibra com ele, absorve-se nele¹¹³.

O historiador, segundo esta concepção de Romero, deveria escrever a história do Brasil de um ponto de vista externo ao desenrolar dos acontecimentos, apresentando ao seu leitor, como que em um mesmo tempo, a linha mestra que conduziria os acontecimentos. Investir em descrições de particularidades, penetrar no interior dos eventos, narrar esta história mais rente ao “chão”, como se estivesse próximo dos atores e dos cenários, são escolhas que, definitivamente, não estão na lista de prioridades deste historiador. Outra diferença entre estes autores seria a qualidade autônoma concedida por Romero à narrativa em relação a grades temporais e espaciais muito sólidas e fixas. No seu caso, seria a “formação do gênio” o que deveria ditar as zonas do Brasil a serem enfatizadas, e não uma divisão apriorística dos núcleos e regiões. A história demandada por ele também seria narrada eminentemente por meio de processos (ou de um grande processo que tudo englobaria), descolados, portanto, de uma cronologia, que, em Martius, serviria como um ponto de referência¹¹⁴. Para ele, seria necessário apenas contemplar as zonas e acontecimentos que “interessarem a generalidade do povo”.

Este também parece ser o caso de João Ribeiro, um historiador que, segundo Araripe

112 ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**. *Op. Cit.*, 1960, p.1527.

113 ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**. *Op. Cit.*, 1960, p.1527.

114 Mais atado à cronologia seria Wallenstein, o já aludido concorrente de Martius no concurso do IHGB. Cf. WALLENSTEIN. Memória sobre o melhor plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Op. Cit.* 2010, p.97.

Júnior, teria sido “educado à moderna”¹¹⁵ e que teria posto a serviço da história do Brasil o “espírito característico da literatura alemã”, seu “gênio paradoxal”, próprio de filósofos como Schopenhauer, Max Stinner e Nietzsche. Riberio afirma ter seguido as indicações de Martius em sua “História do Brasil – Curso Superior”, publicada em 1900, um compêndio que Araripe Júnior classifica como o primeiro que ele teria encontrado sobre o Brasil “com a vibração do verdadeiro manual de história moderna”. Entretanto, ele pretende se afastar da tradição antecedente de historiadores ao afirmar que foi “o primeiro a escrever integralmente a nossa história segundo nova síntese. Ninguém, antes de mim, delineou os focos de irradiação da cultura e civilização do país, nenhum dos nossos historiadores ou cronistas seguiu outro caminho que o da cronologia e da sucessão de governadores”¹¹⁶. Neste fim de século, tanto a geografia como a cronologia parecem precisar se curvar de uma vez por todas, segundo estes excertos de Romero e Ribeiro, ao reconhecimento de um tempo eminentemente histórico. E uma outra maneira de “fazer ver”¹¹⁷ o passado ausente do Brasil parece ser necessária para isso.

As metáforas óticas de que José Oiticica faz uso expressam a proposição deste novo “regime de visibilidade” do passado. O uso de termos como “vista de conjunto” e “enfeixar os factos”, a retomada da separação de Von Martius entre história geral e história particular, aproximam Oiticica de um “olhar”, de uma forma de organizar e partilhar em um texto histórico o visível e o invisível, que teria seus começos, segundo Hartog, já na Antiguidade, em Políbio. De acordo com suas formulações sobre a historiografia no mundo antigo, Heródoto e Tucídides terem um “regime” marcado pela autópsia (“ver por si mesmo”), e Políbio se diferenciaria deles, entre outros fatores, pela defesa de uma historiografia imbuída de uma visão sinóptica (ver a história a partir de um ponto externo e privilegiado, o que, em seu caso, significa ver a história do mundo a partir de Roma e a história a partir da Fortuna). Esta visão sinóptica seria retomada, pelos modernos no século XVIII: por Boussuet, adquirindo traços divinos, e por Voltaire, adquirindo traços filosóficos. François Hartog oferece uma definição do sinoptismo da seguinte maneira:

A *sunopsis* pertence também ao vocabulário da filosofia. Assim, ela designa a ambição da apreensão da totalidade e, em particular, para os estoicos, ela é a

115 ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. João Ribeiro: filólogo e historiador (prefácio da 2ª edição) IN: RIBEIRO, João. **História do Brasil**. *Op. Cit.*, 1953.

116 RIBEIRO, João. **História do Brasil**, *Op. Cit.*, 1953, p.22-23.

117 HARTOG, F. **Evidência da História**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p.143.

expressão da apreensão do universo como um sistema orgânico. A *sunopsis*, enfim, é o resultado: aquilo que o historiador faz ver ao leitor, a evidência, ao produzir uma narrativa sinóptica. Ao introduzir o conceito de *sunopsis*, Políbio recorre a esses diferentes sentidos e registros em bloco com a expectativa de tirar proveito de todos os cenários possíveis.¹¹⁸

Muitos das características deste “olhar” são identificados pelas interpretações muito bem estabelecidas de Arnaldo Momigliano e Reinhart Koselleck sobre a constituição da história como um saber moderno mencionadas acima. Políbio talvez funcione para Hartog como um contra-exemplo provocativo (não tanto um anacronismo) para os modelos construídos tanto por Momigliano quanto por Koselleck. Porém, o autor francês não estabelece, é claro, uma identidade absoluta entre a experiência historiográfica antiga e moderna:

[...] Políbio escreve 'história' (*hístoria*) no singular; enquanto anteriormente eram produzidas ações (*pragmata*) dispersas, agora se faz uma história única (aquela que se desenrola) que acaba sendo também aquela que é escrita por Políbio. Com efeito, é a mesma palavra que, neste ponto, designa a história como acontecimento e como narrativa. Não se trata, certamente, de Hegel ou Droysen, mas algo se passou!¹¹⁹

Através das conquistas romanas do período republicano, entre 220 a.C.-146 a.C., o antigo Políbio visualiza uma “primeira globalização na escala do Mediterrâneo”, e a consequente formação de um sentido que perpassa e entrelaça as histórias anteriormente parciais e dispersas, tornando-as “como um todo orgânico”. Oiticica realiza um gesto parecido ao reforçar os pontos em que Von Martius interpreta a história do Brasil como parte da história das empresas marítimas nos séculos XV e XVI, e ao sugerir uma divisão entre história geral e particular no estudo de cada província ou zona do país. Também em Oiticica o geral é o todo, a totalidade, a “estrutura da história”. Seria propriamente a “vista de conjunto” que possibilitariam Oiticica apreender, simultaneamente, esta totalidade. A maior crítica de Oiticica a Martius é esta incapacidade de apreender a unidade dos fatos que culminaram na história do Brasil. O desenvolvimento das ciências estabelecidas e das emergentes, e uma boa dose de filosofia da história, sanariam esta insuficiência. As ideias advindas do primeiro modernismo, nos termos de José Veríssimo, possibilitaram outra forma de tornar o Brasil visível.

Se estas transformações na experiência historiográfica fossem entendidas como uma

118 HARTOG, F. **Evidência da História**, *Op. Cit.*, p.107.

119 HARTOG, F. **Evidência da História**, *Op. Cit.*, p.106.

mudança de uma matriz filosófica para uma sociológica como uma mera substituição de vocabulário¹²⁰ ou de linguajar, mantendo-se intacta uma “essência” do problema, se perderia de vista que a adoção destes novos fundamentos implicaram transformações profundas para o conhecimento histórico. Ela produziu efeitos na maneira como os historiadores passaram a conceber a natureza do conhecimento histórico, seu método, procedimentos e objeto próprios, tornando possível que eles a caracterizassem como uma ciência autônoma. Rocha Pombo considera, por exemplo, que o espírito humano acabou compreendendo, depois de longos anos e penosas meditações, “que a História tem, como a natureza, as suas leis”¹²¹. E para ele a ciência histórica a ser constituída deveria apanhar “as leis fundamentais da história” a partir de um “estudo comparativo das leis que regem a sociedade”¹²². Sílvio Romero, através de outros referenciais teóricos mas no interior desta mesma “corrente modernista”, advoga em nome de uma história dirigida para “encontrar as leis que presidiram e continuam a determinar a formação do gênio, do espírito, do caráter e do povo brasileiro”¹²³. No caso de Capistrano, o “facho luminoso” fornecido pelos “instrumentos e métodos novos” tornariam possível ao historiador “generalizar ações e formular-lhes teorias; representá-las como consequências e demonstração de duas ou três leis basilares”¹²⁴.

Esta mudança de matriz teria sido também vital para a legitimação da historiografia no período, ao viabilizar elementos para demarcar seu campo de atuação frente a emergência das ciências sociais¹²⁵. A partir dela foi possível também que um autor como Pedro Lessa defendesse uma posição subsidiária da historiografia frente a ciências sociais, à economia, à teoria política, a atuar do mesmo modo que uma fornecedora de matérias primas e informações para que cada um destes ramos de saber formulassem as leis de acordo com seu objeto. Se esta sua divisão de tarefas acabaria por reduzir o estatuto do conhecimento histórico a um nível inferior, isto seria, sem dúvida, uma maneira de resguardar um espaço, ainda que pequeno, para a historiografia nas novas configurações dos saberes (em constituição) no fim do século XIX. Como se discutirá com maior pormenor nas páginas que

120 Piero Detoni intitula de “vocabulário de síntese” os conceitos e termos referentes às concepções teóricas compartilhadas entre os autores brasileiros deste período. DETONI, Piero di Cristo Carvalho. Apresentação (ao texto *O valor pragmático do estudo do passado*, de Oliveira Vianna). In: NICOLAZZI, Fernando. **História e Historiadores do Brasil**. *Op. Cit.*, 2015, p.279.

121 ROCHA POMBO, José da. Prefácio. In: NICOLAZZI, Fernando. *Op. Cit.*, 2015, p.189.

122 ROCHA POMBO, José da. Prefácio. In: NICOLAZZI, Fernando. *Op. Cit.*, 2015, p.184.

123 ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**. *Op. Cit.*, 1960, p.55.

124 ABREU, Capistrano de. Necrológio de Francisco de Adolfo de Varnhagen. In: NICOLAZZI, Fernando. *Op. Cit.*, 2015, p.31.

125 GOMES, Angela de Castro. Apresentação (ao texto de Pedro Lessa). In: NICOLAZZI, Fernando. *Op. Cit.*, 2015, p.76.

se seguem, a proposta de José Oiticica sobre a posição que a escrita da história deveria possuir diante das ciências sociais emergentes diverge um pouco desta concepção de Lessa. Para Oiticica, a alternativa seria inseri-la no escopo mais amplo das ciências sociais, atribuindo ao historiador a tarefa de abordar algumas dimensões e âmbitos específicos da vida social, sem perder de vista sua necessária integração com a sociologia. Ao afirmar que “a história é, assim, a parte da ciência social que estuda as leis de evolução de força humana”¹²⁶, Oiticica estabelece uma divisão do trabalho intelectual no interior das ciências sociais, não conferindo a algum dos trabalhos mais especializados estatutos científicos ou epistemológicos diferenciados.

Uma moderna *reforma* na escrita da história

Transcorrido quase exatamente cem anos deste momento de crítica à tradição historiográfica romântica e de demandas por atualização da historiografia diante de um novo tempo, o historiador José Honório Rodrigues, em uma conferência proferida em 1970 na Academia Brasileira de Letras, define o necrológio de Varnhagen escrito por Capistrano de Abreu como um texto que teria provocado “uma verdadeira reviravolta no pensamento histórico”¹²⁷. Para Rodrigues, ninguém teria compreendido verdadeiramente as “tarefas da historiografia brasileira cumpridas ou a cumprir”, as desvelado “num descortínio claro, lógico e exato” como fez o jovem de 25 anos que escreveu este necrológio. Seu mérito se encontraria no exame que teria realizado das deficiências e das lacunas do “estado da historiografia brasileira” de seu tempo, e no apontamento que fez dos “trabalhos que iam adiando os estudos históricos no Brasil depois da passagem de Varnhagen”¹²⁸. Para os interesses dessa pesquisa, o que vale destacar desta conferência de Rodrigues, intitulada “História e ideologia. A década de 1870 e 1880”, é a maneira pela qual o autor compreende as transformações experienciadas na historiografia no fim do século XIX. Diferentemente da forma pela qual o pensamento histórico e os textos históricos eram habitualmente investigados na década de 1970 no Brasil¹²⁹, e de modo diverso do que fez no decorrer de toda a conferência mencionada, as mudanças indicadas pelo texto de Capistrano não são entendidas, por

126 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910a, p.115.

127 RODRIGUES, José Honório. **História, corpo do tempo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976, p.161

128 RODRIGUES, José Honório. **História, corpo do tempo**. *Op. Cit.*, p.162.

129 GONTIJO, Rebeca; OLIVEIRA, Maria da Glória de. Sobre a história da historiografia brasileira: um breve panorama. **R. IHGB**, Rio de Janeiro, a. 177 (472):13-37, jul./set. 2016, p.19.

Rodrigues, pela chave da ideologia. Se a historiografia do século XIX pôde ser dividida, segundo seus termos, entre conservadora e liberal, o texto de Capistrano, em sua conferência, escapa a essas categorias. É possível perceber que Rodrigues entrevê no “Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro” o desenrolar de um movimento interno à historiografia, um deslocamento em ritmo próprio, relativamente independente dos tempos da política (institucional), da economia e da sociedade.

As mutações na experiência historiográfica do fim do século XIX são em parte provocadas por uma certa “desestabilização da ordem saquarema”¹³⁰, pelo fortalecimento de grupos políticos republicanos, pela Abolição da escravidão, pela proclamação da República. Esta dimensão não pode ser menosprezada. Também acompanhadas por uma inserção mais intensa do Brasil na modernidade¹³¹, estas transformações mais amplas, de ordem política e econômica, fizeram das primeiras décadas da República um período de estremecimento da “experiência dos homens em seu próprio tempo”, momento em que foram abaladas as certezas quanto ao papel do passado e quanto ao que o futuro poderia ser¹³².

A questão nacional convergiu em si os impasses e incertezas sobre que rumo tomaria o país a partir de então. Demandas por novas interpretações sobre o país e seus habitantes impuseram-se à historiografia na tarefa de definir a nacionalidade brasileira, um processo que, segundo Gontijo, teria sido iniciado na primeira metade do século XIX e se estendido até as primeiras décadas do século XX. Essa nova procura em dar sentido explicativo à história do Brasil é chamada pela autora de “redescoberta do Brasil”, e teria como característica um interesse pelo interior do país, por seus aspectos selvagens e naturais, e seria fundada na lógica da relação de alteridade entre o litoral e o sertão. Sobre este ponto, é significativa a extensa parte dos “Capítulos de História Colonial” de Capistrano de Abreu dedicada ao sertão e seus atores anônimos (é o maior capítulo do livro). Poderia-se pensar também em “Os Sertões” de Euclides da Cunha. Os intelectuais e homens de letras se arrogariam, nesta “redescoberta”, a missão política e social de apresentar uma explicação do país, apontar

130 ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo, Paz e Terra, 2002, p.87; MATTOS, Ilmar Rohrloff de. **O tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987.

131 Para Schwarcz, a modernidade no Brasil “se impunha menos como opção e mais como etapa obrigatória e incontornável”. Cf. SCHWARCZ, Lília Moritz. **A abertura para o mundo**: 1889-1930. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012., p.19; SEVCENKO, Nicolau. A inserção compulsória do Brasil na Belle Époque. In: **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999. MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. **Revista Tempo**. vol. 13. n. 26. jan, 2009.

132 MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca. O presente como problema historiográfico na Primeira República em dois manuais escolares. **Revista História Hoje**, v.2, nº4, 2013, p.83.

problemas, propor soluções e elaborar projetos para o futuro¹³³. Nas palavras de Gontijo, existiria uma “demanda – por parte dos intelectuais e da elite ilustrada da época – de explicações sobre as particularidades do Brasil e a especificidade de ser brasileiro”¹³⁴. É nesse sentido que Silva defende que a escrita da história e a formação da nacionalidade brasileira caminham juntas na Primeira República¹³⁵.

Por outro lado, esta seria uma maneira também de lidar com a percepção, vivenciada pelos homens de letras e intelectuais à época, de lapso e diferenças de tempo que separariam a civilização (ocidental) e a cultura (brasileira); e dirimir, de algum modo, a sensação de descompasso decorrente disto. “Escrever sobre a nação, elaborar a sua história era também uma forma complexa de ordenamento do tempo”¹³⁶, de responder à “urgência em encontrar um ritmo e uma temporalidade própria para a brasilidade”¹³⁷. Em última instância, este esforço no restabelecimento da relação entre passado, presente e futuro (que poderia ser entendido como uma entrada em cena de diversas e efervescentes “políticas de temporalidade”¹³⁸) seria uma maneira de permitir que “a história recuperasse o seu sentido”¹³⁹.

Uma das reações a esta conjuntura foi, sem dúvida, a posição estratégica que a historiografia passou a ocupar no discurso político de legitimação do novo regime, que, nesse sentido, demandou uma articulação de novos elementos na narrativa da trajetória da nação brasileira ao longo do tempo: antigas temáticas (como a das “origens do Brasil”, da presença portuguesa, da colonização, do Império) são revisitadas, novos personagens aparecem (o [indefinido termo] *povo*, e não mais somente os grandes homens, ou os varões ilustres), outros e novos eventos são elencados como centrais na história do país (a Independência e a Revolução Pernambucana de 1817, por exemplo), e outros fatores surgem como determinantes na formação do Brasil (como é o caso da natureza)¹⁴⁰. Esta transformação na

133 GONTIJO, Rebeca. O intelectual como símbolo da brasilidade: o caso Capistrano de Abreu. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). **Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.309-327.; GONTIJO, Rebeca. Manoel Bonfim, “pensador da História” na Primeira República. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 129-154 – 2003.

134 GONTIJO, Rebeca. Manoel Bonfim, “pensador da História” na Primeira República”. *Op. Cit.*, 2003.

135 SILVA, B. Os desafios para a escrita da história nacional no Brasil durante a Primeira República. **Anais do XVI Encontro Regional de História Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas**. 2014.

136 NICOLAZZI, Fernando. Orden del tiempo y escritura de la historia: consideraciones sobre el ensayo histórico em el Brasil, 1870-1940. **Prismas**, Revista de historia intelectual, n. 19, 2015, p.48.

137 VELLOSO, Monica Pimenta. **História & modernismo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. p.104.

138 LORENZ; BEVERNAGE (Eds.). **Breaking up time – Negotiating the Borders Between Present, Past and Future**. KG, Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht GmbH, 2013.

139 MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca. O presente como problema historiográfico..., *Op. Cit.*, 2013, p.83.

140 SILVA, B. Os desafios para a escrita da história nacional no Brasil durante a Primeira República. **Anais do XVI Encontro Regional de História Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas**. 2014.

esfera da política oficial engendrou uma necessidade de “reelaboração das memórias da Nação”¹⁴¹, demandando aos historiadores que as raízes da República fossem cravadas na história da América e no passado colonial brasileiro, que a monarquia passasse a ser vista como um período intermediário, e a instauração do novo regime político se transformasse no ápice inevitável desta narrativa¹⁴². Dessa forma, mediante este conjunto de novas características que assume a historiografia nacional, buscou-se romper com o passado colonial/imperial, e adequar-se a uma nova cultura cívico-patriótica.

José Oiticica pode ser entendido como um autor empenhado na construção de “um novo universo simbólico capaz de conferir legitimidade à nova nação republicana”¹⁴³, e a sua prescrição de uma história do Brasil, sem dúvida, poderia ser considerada “republicana”. Da mesma maneira que muitos políticos, publicistas e historiadores do período, ele interpreta esta história também como um avanço gradual da ideia de Liberdade (alçada como principal personagem da narrativa)¹⁴⁴. Isto fica claro no seu caso na maneira como ele compõe os capítulos desta história a ser escrita, ao estabelecer uma tensão em sua narrativa entre as imposições da metrópole portuguesa (motivadas pelo gozo de príncipes e maiores), e os desejos da sociedade brasileira nascente (concedendo centralidade a eventos como o caso de Amador Bueno, a insurreição de Agostinho de Barballho, o levante de Beckman, a conjuração mineira, e a Independência). O mesmo acontece com a “História do Brasil” de João Ribeiro. O seu capítulo sobre o Império, por exemplo, é subintitulado “Progressos da democracia (1822-1831-1888-1889)”, e a ideia que sustenta o autor durante seu texto é a de que “o Império fundou principalmente a liberdade”¹⁴⁵.

Terminado o turbulento período das Regências, e as guerras civis que teriam “ensanguentado” o país por nove anos após declarada a maioria de Dom Pedro II, o Brasil teria experimentado, para Ribeiro, “grandes e rápidos progressos, com o florescimento de todas as liberdades públicas e civis”¹⁴⁶, inclusive a “liberdade de opinião” porque a imprensa “nunca foi tão livre, entre nós”. O Imperador possuiria um caráter “democrático, simples e modesto” e, tanto na sua vida privada como pública, seria um “protótipo das virtudes sociais”. No fim de seu longo reinado, estaria em seu ânimo e em sua convicção, diz Ribeiro, “que a

141 DETONI, Piero di Cristo Carvalho. A síntese como desafio historiográfico... , *Op. Cit.* 2013, p.77-78.

142 MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca. *Op. Cit.* 2013, p.83

143 OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As Festas que a República Manda Guardar. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.4, 1989, p.172

144 MELLO, Maria Tereza Chaves de. República *versus* Monarquia: a consciência histórica da década de 1880. **História Unisinos**, 14(1):16-22, Janeiro/Abril 2010.

145 RIBEIRO, João. **História do Brasil**. *Op. Cit.*, 1953, p.398.

146 RIBEIRO, João. **História do Brasil**. *Op. Cit.*, 1953, p.396.

democracia era o único regime compatível com a vida e os costumes americanos”¹⁴⁷. Por isso estaria bem longe de suas preocupações cuidar de algo como uma restauração. Este caso também expressa o esforço conciliatório destes intelectuais e homens de letras em situar o Império no interior de uma narrativa afinada ao regime republicano vitorioso. Segundo Angela Alonso, a interpretação que atribuía ao regime imperial um caráter de transição democrática à República e que estilizava a sociedade imperial como um “reinado de temperança, de civilização, de *finesse*” foi formulada pelos próprios monarquistas no contexto de crise do Império e incorporada pela história nacional republicana. De acordo com a autora, esta versão marcou pelo menos duas gerações posteriores de “intérpretes do Brasil” e teria garantido aos monarquistas, pelo menos, uma vitória simbólica no futuro¹⁴⁸.

Entretanto, estes fatores mencionados não abrangem, de todo, o movimento de uma “geração” de historiadores em direção a uma renovação da fundamentação epistemológica da historiografia, nem esgotam, como pretensas condições de possibilidades, os textos produzidos por eles. Ainda que com elas estejam relacionadas, algo foge a estas determinações. Eles não dão conta, por exemplo, de elucidar as razões da filiação de José Otíctica à tradição leplaysiana do positivismo, seu interesse pela geografia moderna (por Ritter e Ratzel) e pela psicologia, a adoção de premissas básicas da física termodinâmica em seu modelo, ou sua reivindicação a favor de um historiador simultaneamente analítico e sintético. Mesmo que tenha tomado a proclamação da República como uma referência Angela de Castro Gomes ressalta que as mutações operadas na experiência historiográfica desse período não se limitam tão somente ao que pode ser entendido como um desejo pela construção de uma nova história do Brasil orientada por valores mais afeitos ao regime republicano há pouco proclamado mas, principalmente, como uma demanda por um novo fazer historiográfico. Nas palavras da historiadora:

o novo regime demandou uma alteração nos cânones do 'fazer história', não apenas porque a República evidenciava uma politização da disputa por aquilo que devia ser narrado (o que levava a uma nova seleção de acontecimentos e personagens), como, e principalmente, pela forma como a narrativa dessa “nova” história do Brasil e do mundo seria feita (uma seleção de hierarquias, uma adoção de interpretações).¹⁴⁹

As demandas por alteração se dão no nível das estruturas epistemológicas e

147 RIBEIRO, João. **História do Brasil**. *Op. Cit.*, 1953, p.398

148 ALONSO, Angela. Arrivistas e Decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. **Novos Estudos** – CEBRAP, n.85, 2009.

149 GOMES, Angela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p.27.

narrativas dos textos históricos, portanto, mas é preciso que se atente para os limites destas transformações. Quando Tobias Barreto defende a “necessidade de refazermos completamente a nossa cultura” ele está na verdade propondo uma “reforma para essa mentalidade”, assegura Veríssimo¹⁵⁰. É o próprio Sílvio Romero que compreende determinados pensadores da história, que estariam empenhados em adequar o edifício da história à características essenciais das “ciências propriamente ditas”¹⁵¹ (tais como seriam a matemática, astronomia e física), como “modernos reformadores da história”¹⁵². As alterações ensaiadas por eles, segundo Romero, estariam em função de retirar a escrita da história do estatuto de “quase-ciência”, elevando-a a uma condição de produtora de um conhecimento incontestavelmente científico, marcado por “verificações certíssimas e indubitáveis”. Sua avaliação é a de que, mesmo que estes reformadores tenham dado passos decisivos e importantes neste sentido, muito deveria ainda ser feito. Apostando num possível diálogo entre a história e as “aplicações novas da geologia e da fisiologia aos fatos humanos”¹⁵³, e reivindicando Spencer como o autor capaz de produzir, finalmente, estas transformações necessárias, Romero assume uma perspectiva otimista ao entrever o surgimento da história moderna e científica sobre os escombros de outra tradição.

O movimento romântico dos primeiros anos do século XIX trouxe a paixão pelo passado, e, desde a grande obra de Hallam sobre a Idade Média, apareceu na história a tendência pinturesca e representativa, contrabalançada pela que se intitulava filosófica. O certamen das duas escolas rivais já pertence por sua vez à história, que luta por adquirir novos princípios e devassar novos horizontes.¹⁵⁴

A metáfora da *reforma* apreende dimensões importantes inscritas nessas mutações pelas quais passa a experiência historiográfica situada entre fins do século XIX e início do XX no Brasil. Porque é, de um lado, como se a historiografia brasileira precisasse passar por uma

150 VERÍSSIMO, José. **Historia da literatura brasileira**. *Op. Cit.*, 1929, p. 347.

151 ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**. *Op. Cit.*, 1960, p.72.

152 ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**. *Op. Cit.*, 1960, p.72. Um esforço similar parece também ser realizado, em fins do século XIX, sobre em outras áreas do saber relativamente autonomizadas já na primeira metade do século XIX, como a geografia. O crítico literário José Veríssimo oferece um diagnóstico parecido sobre o que ocorria com essa ciência vizinha da história. Diz, em seu “A Educação Nacional”: “A geografia [...] sob a influência dos alemães e do seu grande geógrafo Ritter sofreu nesta última metade do século uma reforma radical tanto nos seus métodos como no seu espírito”. Cf. VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Belo Horizonte, MG: Puc-Minas, 2013, p.123. Ao longo deste estudo, veremos como José Oiticica considera Ritter um autor fundamental para a geografia produzida no Brasil tornar-se um saber sistematizado, científico, e de grande amplitude teórica, sem reduzir-se a procedimentos empíricos de catalogação. No decorrer das próximas páginas também a relação entre José Oiticica e José Veríssimo será mais detalhadamente abordada.

153 ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**. *Op. Cit.*, 1960, p.72.

154 ROMERO, Sílvio. **História da Literatura Brasileira**. *Op. Cit.*, 1960, p.71.

série de formatações e de atualizações para continuar ocupando um determinado lugar na ordem científica diante da emergência das ciências sociais e ao “avanço” das ciências naturais; e, de outro, é como se, apesar dessas importantes mudanças, alguns fundamentos basilares se mantivessem intactos nessas transformações, como o próprio conceito moderno de história¹⁵⁵. No entanto, essas mudanças, ainda que de natureza reformadora, parecem ter a capacidade de potencializar ainda mais esses fundamentos.

As considerações apresentadas até aqui pretendem sustentar a proposição de que o plano de escrita da história do Brasil de José Oiticica está inserido na conjuntura de crítica à tradição historiográfica romântica, de uma prática que, apesar de operar sob o signo da “história filosófica” ou da “história geral”, possui como traço marcante a manutenção de um certo equilíbrio na tensão constitutiva da prática historiográfica moderna: entre os procedimentos empíricos produtores de dados sobre o passado e as atribuições teóricas e narrativas que dotam de sentido esse material construído. A nova linguagem reivindicada por Oiticica e alguns de seus predecessores é um deslocamento dentro de limites que a mantém presa a tradição de um passado que tanto esta geração procurava romper. Se de um lado a metáfora da atualização auxilia a apreender as novidades trazidas por essa nova conjuntura e a natureza desse movimento de reformulação, a metáfora da reforma, por sua vez, aponta para a baixa carga de radicalidade das propostas desta nova geração em seu esforço de superação da tradição historiográfica romântica. Tal como pontuado em termos gerais por Alonso sobre o movimento intelectual de 1870 no que diz respeito a crítica das estruturas imperiais, as transformações demandadas no âmbito historiográfico funcionaram como uma “reforma dentro da ordem” do tempo, e que, em muitos momentos, aparentaram querer reforçar alguns aspectos da ordem anterior. Os próximos capítulos tratam destes deslocamentos historiográficos, em mudanças de ênfase e coloração, que conservam e, em certa medida, intensificam características da historiografia que a precedeu. Tendo em vista as potencializações proporcionadas pelo “olhar sinóptico” e pelos procedimentos teóricos e narrativos, analisaremos no capítulo seguinte a proposta de história nacional de José Oiticica, cientificamente sustentada, e que estabelece certas negociações com o moderno conceito de história.

155 ARENDT, Hannah. **Entre passado e futuro**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2000; KOSELLECK, Reinhart [et al]. **O conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

CAPÍTULO II

A “história-problema” de José Oiticica

As formulações de José Oiticica em seu “Como se deve escrever a história do Brasil” provocam aos olhos do nosso presente sensação de estranheza, ou de incompreensão, diante do cânone de autores, de obras e de temas que circundam a história da historiografia brasileira. Em diversos pontos José Oiticica demonstra a mesma dificuldade de autores como Capistrano de Abreu e Sílvio Romero em superar a rede interpretativa da historiografia nacional elaborada pelos românticos, dando continuidade, embora por meio de outras formas, ao desenvolvimento de tópicos muito similares aos tratados pelos historiadores que os antecederam; por outro lado, José Oiticica mobiliza um conjunto de teorias que escapa ao repertório mais ou menos consolidado em nossa memória disciplinar sobre a historiografia brasileira. Dentre elas, podem ser mencionadas a aplicação da teoria da conversão e conservação de energias oriunda da Física Termodinâmica ao estudo dos fenômenos sociais, além da reivindicação de traços de uma vertente muito particular do positivismo, centrada na Escola de Le Play, e elementos da teoria da história de Paul Lacombe, que foi apresentada por este autor em “A história considerada como ciência”, livro de 1894. Somado a isso, a vinculação do texto de José Oiticica a posturas políticas liberais e republicanas causam dissonâncias com a imagem sobrevivente do autor como um militante anarquista, levantando inclusive a dúvida se este seu texto é mesmo de sua autoria.

A recepção do texto de José Oiticica por historiadores contemporâneos, quando mencionada, foi marcada ou pela indiferença ou pela dificuldade de compreensão de suas formulações, ora percebido como um autor inconsistente teoricamente ou contraditório, ora como um autor tomado pela desrazão. No alvorecer do século XXI, o renomado historiador José Murilo de Carvalho, em uma conferência na Universidade Federal do Rio de Janeiro, quebrou um silêncio que perdurou entre os historiadores por quase todo século XX ao mencionar em sua fala o tão pouco conhecido projeto historiográfico de José Oiticica. Sua conferência tinha como objetivo delinear as tendências dos novos tempos que advinham e os traços do perfil do historiador que estava por surgir no terceiro milênio. Carvalho cita “Como se deve escrever a história do Brasil” de José Oiticica como uma forma de estabelecer o que foi a historiografia brasileira no passado, traçando um paralelo entre Von Martius, Oiticica, e Sílvio Romero, e quais seriam as novas orientações para ela no século XXI.

Na compreensão de Carvalho, a crítica radical que José Oiticica teria realizado a Von Martius seria vazia porque acabaria por adotar a mesma postura patriota do naturalista alemão, não conseguindo escapar, assim como Silvio Romero, do binômio “Estado-nação” em sua nova proposta de escrita da história. Isto seria, inclusive, uma contradição com os seus próprios princípios de “pensador anarquista”. Para o autor, a diferença marcante entre um autor e outro seria o pendor maior da proposição de Oiticica para a parcela da “nação” do referido binômio, enfatizando mais o processo de formação nacional e menos a construção e consolidação do Estado no Brasil. Ademais, diferente de Martius, Oiticica estaria envolto pelo “aparato cientificista próprio da época”, que o levaria a exigir a incorporação na historiografia da contribuição de novas disciplinas surgidas no fim do século XIX, como a psicologia e antropogeografia. A imitação das modas em vogas na Europa teriam levado também o autor a exigir a imparcialidade do historiador na sua pesquisa e escrita. O positivismo de Oiticica, que para Carvalho é sinônimo das mencionadas exigências de imparcialidade e objetividade, seria redimido pela demanda de domínio da arte da exposição. A sentença dada por Carvalho sobre Oiticica destaca, assim, a confusão que o autor supostamente estabeleceria entre teorias e demandas, restringindo o texto de Oiticica aos limites de seu próprio tempo. Diz Carvalho sobre Oiticica: “Temos aí um anarquista com visão formalmente positivista da história e com uma postura romântica diante da tarefa do historiador. Um samba de crioulo doido, típico do intelectual brasileiro da época”¹⁵⁶.

O presente capítulo propõe uma interpretação alternativa a de Carvalho sobre a concepção de história de José Oiticica ao se pretender reconstituir as “condições de inteligibilidade” do seu texto, de modo que ele possa ser compreendido em seus próprios termos, e não como fruto de uma perturbação do estado normal de consciência do autor. Se esta pode ser entendida também como a proposta geral da dissertação, neste capítulo em específico discutiremos acerca do repertório teórico e político mobilizado por Oiticica no seu novo modelo de escrita da história do Brasil, ressaltando as diferenças dele com Von Martius e sua geração. Quais instrumentos intelectuais deverão ser utilizados pelo historiador de José Oiticica – modelos explicativos que não estavam a disposição do botânico alemão na primeira metade do século XIX – para garantir a ele a autoridade para apreender, em um só golpe de vista, a totalidade da história do Brasil, discernir os acontecimentos importantes dos menos

156 A referida conferência foi transcrita e inserida em uma coletânea de textos de José Murilo de Carvalho. Cf. CARVALHO, José Murilo. O historiador às vésperas do terceiro milênio. In: CARVALHO, José Murilo. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Editora UFMG: Belo Horizonte, 1998.

importantes, mesmo quando ele não terá podido estar por todo território brasileiro, nem avaliar, na sua integralidade, todos os fatos desta história? Além de trabalhar esta questão, defenderemos a importância destes deslocamentos nas estruturas epistemológicas e narrativas na historiografia brasileira para o fortalecimento do conceito moderno de história na experiência historiográfica brasileira e experiência do tempo no Brasil.

“A história nada mais é do que um problema de termodinâmica aplicado à psicologia”¹⁵⁷

“Se em mecânica se avalia a superioridade de uma máquina pelo maior rendimento na unidade de trabalho”, pondera José Oiticica, “em história calcularemos a excelência de uma sociedade pelo maior rendimento proporcional de energia humana”¹⁵⁸. O “desperdício de energia flagrante no domínio físico, também é lei constante na energética social. Mas o degra-damento é maior ou menor conforme forem boas ou ruins as máquinas de transformação”. “O desmontamento desta máquina deve o historiador fazê-lo, apontando as peças desfalcadas ou lesadas de ferrugem”¹⁵⁹. Ele “formulará, dess'arte, um plano de administração, sistematizado e uniforme. A administração, assim aclarada pelos ensinamentos da história, será arte capaz de dirigir e criar forças, não às tontas, mas *conscientemente*”¹⁶⁰. A escrita da história seria, assim, na concepção de Oiticica, uma espécie de matemática, uma física térmico-social que analisa o “jorro elétrico”¹⁶¹ que atravessa a sociedade, as instituições, os fatos históricos, os seres humanos, a natureza com a finalidade de calcular rendimentos, avaliar os aproveitamentos e descaminhos de energias. O historiador de Oiticica se assemelha a um engenheiro que observa de perto, com sua prancheta e seu cronômetro, o desempenho de uma máquina. De seus estudos e relatórios, ele tece juízos e indica maneiras de aperfeiçoá-la, de torná-la mais eficiente. Fazendo parte do conselho dos governantes cientistas, o engenheiro

157 Paráfrase da frase de: “O Universo é um organismo mecanicamente construído e a história nada mais é do que um problema de mecânica aplicado à psicologia.”, localizada em TAINÉ, Hippolyte. *Life and Letters of H. Taine*, apud J. W. Thompson. *History of historical writing*. New York: P. Smith, 1969, p.447, citada por WEHLING, Arno. **A invenção da história**, Op. Cit., p.171, que via nela a síntese de uma crença na cognoscibilidade do universo por meio de aparatos científicos; nela também é perceptível a ideia de que a linguagem da ciência é a linguagem da natureza. A citação também é interessante por evidenciar as tentativas de aproximação ou oclusão da historiografia com as ciências naturais, notadamente a física. Segundo Donald Kelley: “Hippolyte Taine adopted the model of physical science rather than philology and took chemistry and biology more seriously than the other two”. KELLEY, Donald R. **Fortunes of history: historical inquiry from Herder to Huizinga**. Yale University Press; New Haven & London, 2003, p.215.

158 OITICICA, José. Como se deve escrever a história do Brasil. *Op. Cit.*, 1910d, p.186.

159 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.196.

160 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.198.

161 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.202.

do “dinamismo histórico”¹⁶² ao recomendar “Como se deve escrever a história do Brasil” está também sugerindo “Como se deve administrar a nação brasileira”. Que pressupostos, conceitos e ideias sustentam uma concepção de história como esta?

Nas “bases gerais” da teoria da história do Brasil de José Oiticica está uma filosofia da natureza ou uma cosmologia, inspirada em obras de fundadores da física termodinâmica, apriorística e aplicável a toda e qualquer circunstância no tempo e no espaço. Elas constituiriam, nas palavras de Oiticica, “os fundamentos da ciência da história”. Ao discorrer de relance sobre estas suas ideias, que, de acordo com o autor, serão melhores desenvolvidas em seu “Sistema da história” (até onde se sabe, não publicado), Oiticica postula serem os fenômenos históricos manifestações de “forças cósmicas”, mas, sobretudo, “manifestação de uma energia especial”, porque são “corpos orgânicos”, e não somente “corpos brutos”, os que compõem a “dinâmica social”. Adicionariam-se às energias “mecânica, térmica, química, elétrica, intra-atômica”, próprias dos “corpos brutos”, a “energia vital, ainda indefinida, e a energia física”, próprias dos “corpos orgânicos”. Nas sociedades, compostas tanto por corpos orgânicos quanto por brutos, as energias se manifestariam sobre outras feições, tais como “energia física, energia mental, energia moral, energia prática e energia social”: para além desta divisão quántupla, elas são, em síntese, “a força humana”¹⁶³.

Assim, para Oiticica, a história seria o grande fluxo destas diversas energias em interação, e o historiador seria um estudioso destes movimentos e das transformações de energias em outras de diferente natureza. Contudo, o curso das energias em profusão nas sociedades não é, na compreensão de Oiticica, arbitrário. Os seres humanos, tanto em sua vida individual como coletiva, buscariam, de acordo com o autor, sempre tirar melhor proveito delas, convertendo aquelas que pertencem ao domínio da natureza (mas não só¹⁶⁴) em forças humanas, acumulando-as. Quanto maior o seu acúmulo maior seria a capacidade da sociedade satisfazer as suas necessidades

Este sistema teórico é encontrado, sem grandes alterações, nos textos posteriores de teoria anarquista de Oiticica, estudados com mais afinco por seus biógrafos¹⁶⁵. Para eles, é

162 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.200.

163 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910a, p.114.

164 As energias sociais, para o autor, também podem ser mal aproveitadas. Este é o seu diagnóstico da situação das mulheres na sociedade, e é por esta razão que ele acredita ser o feminismo um movimento social legítimo. Para ele, “sendo a mulher um reservatório notável de força humana até agora mal aproveitado e constituindo o feminismo a entrada em ação desse acúmulo de força, [o feminismo é justificável porque] virá aumentar a quantidade de força humana igual.” OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910a, p.116.

165 LAMOUNIER, Aden Assunção. **José Oiticica**: itinerário de um militante anarquista (1912-1919).

possível perceber, em textos como “Princípios e Fins do Programa Anarquista-Comunista”, de 1919, e em “A doutrina anarquista ao alcance de todos”, de 1924¹⁶⁶, que suas análises remetem implicitamente à “Teoria de Conservação de Energia” de Julius Robert von Mayer (1814-1878) e também à “Teoria da Queda de Energia”, de Nicolas Léonard Sadi Carnot (1796-1832)¹⁶⁷. Lamounier¹⁶⁸ defende que provavelmente José Oiticica teve contato com estas ideias no período em que esteve matriculado no curso de Medicina, após se formar, em 1902, em ciências jurídicas. É bem verdade que a leitura e aplicação que Oiticica fez das teorias do recente campo da física-termodinâmica não são rigorosas conceitualmente. Se o que difere os campos da mecânica e da termodinâmica na Física é a distinção entre os conceitos de *força* e *energia*¹⁶⁹, Oiticica não se preocupa em nenhum momento, como veremos no decorrer do

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina – UEL, área de concentração Territórios do Político, sob orientação da Prof^a. Dr.^a Isabel Aparecida Bilhão, 2011.

- 166 OITICICA, José. Princípios e Fins do Programa Anarquista-Comunista. **Spartacus**, Rio de Janeiro, ano I, nº 03, 16-08-1919; OITICICA, José. **A doutrina anarquista ao alcance de todos**. 2.ed. São Paulo: Econômica Ed., 1983. As formulações entre um e outro texto são praticamente as mesmas e é possível entrever ideias muito similares com o texto de crítica historiográfica de 1910: “O mundo é um jorro de energias. Essas energias manifestam-se sob vários aspectos [...] em sua existência social, essas energias [se manifestam] sob quintuplo aspecto: energias físicas, mentais, morais, práticas e sociais” (1983, p. 7-8).
- 167 O conceito de energia e o princípio da conservação surgiram no debate científico europeu na primeira metade do século XIX e estiveram estreitamente relacionados com o desenvolvimento tecnológico que se seguiu à revolução industrial. Entre o período de 1842 a 1847 diversos cientistas e engenheiros europeus, incluindo Mayer, lançaram publicamente a hipótese da conservação de energia, cujo postulado é de que em todas as transformações energéticas que ocorrem em um sistema isolado transforma-se a forma na qual a energia se apresenta mas a quantidade total de energia não muda, que existe uma quantidade numérica que não varia quando alguma coisa acontece na natureza, e que esta “coisa” é chamada de energia. Para Thomas Kuhn este seria um caso privilegiado na história da ciência de uma “descoberta simultânea”, em que um grupo de cientistas, sem total conhecimento das pesquisas de cada um, pesquisando de maneira isolada, vieram a anunciar no mesmo momento ideias relativamente similares. Para este autor, três fatores se constituíram como as condições de possibilidade para a emergência dessas teorias: a disponibilidade dos processos de conversão, a preocupação com motores e a filosofia da natureza. A obra de Sadi Carnot foi anterior às formulações destas cientistas, fazendo com que ele fique de fora do grupo de “descobridores”, mas, segundo Roberto Martins, uma série de anotações suas, redigidas antes de sua morte em 1812, anteciparam, de alguma forma, o princípio da conservação da energia e da entropia. Para Martins, se Carnot as tivesse publicado em vida ele poderia ter sido considerado o “pai” de toda a termodinâmica. PRAXEDES; JACQUES. O princípio de conservação de energia: a convergência dos diferentes sentidos. **VII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências** (Enpec). Florianópolis, 8 de novembro, 2009. MARTINS, Roberto de Andrade. Mayer e a conservação da energia. **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**, v.6, p.63-95.1984. MOREIRA, Marco Antonio. Energia, entropia e irreversibilidade. Textos de apoio ao professor de física. Porto Alegre: Instituto de Física - UFRGS, 1998. BUCUSSI, Alessandro A. **Introdução ao conceito de energia**. Produto do trabalho de conclusão do Mestrado Profissional em Ensino de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Física, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Física, 2007. SILVA, Ana Paula Bispo; SILVA, Jamly Alves da. A influência da Naturphilosophie nas ciências do século XIX: eletromagnetismo e energia. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.24, n.3, jul.-set. 2017, p.687-705.
- 168 LAMOUNIER, Aden Assunção. **José Oiticica**: itinerário de um militante anarquista (1912-1919), *Op. Cit.*, 2011, p.63.
- 169 ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 332; BUCUSSI, Alessandro A. **Introdução ao conceito de energia**. *Op. Cit.*, 2007. De acordo com Bucussi, a associação entre os termos energia e força é incorreta porque a primeira seria um estado (“eu tenho energia”) enquanto

capítulo, em diferenciá-los, utilizando um termo e outro como sinônimos¹⁷⁰. A própria distinção entre as várias formas de energia, sintetizadas em três formas básicas, energia cinética, potencial e de massa¹⁷¹, assume nas formulações de Oiticica designações e significados muito próprios. Seu uso, portanto, é mais metafórico e criativo, e atém-se mais aos princípios filosóficos, de cunho metafísico, que ancoram a física termodinâmica, oriundos da filosofia da natureza (*Naturphilosophie*) alemã do século XIX. Reside em seu sistema da história a premissa da existência de um princípio único que conectaria os mais diversos fenômenos da história, uma única “força” de caráter indestrutível que se conservaria independente das transformações de ordem social ou histórica, e que apareceria sob diversas formas, mantendo-se a quantidade total de energia antes da transformação.

É claro que estes princípios apriorísticos adotados por Oiticica não são uma inteira novidade da *Naturphilosophie* ou da física termodinâmica, e podem ser verificados, de algum modo, desde a Antiguidade¹⁷². A concepção de José Oiticica de que a sociedade é composta por tipos especiais de energia (física, mental, moral, prática e social), que seriam o resultado da conversão de energias cósmicas dispersas no universo, sintetizadas em “força humana”, remetem a corrente e vulgar ideia de um princípio que unificaria todos os demais fenômenos. No caso de Oiticica, contudo, este organicismo (que passa a ser a metáfora fundamental) encontra no conceito de força e energia o fator unificador que entrelaçaria os fenômenos químicos, físicos, elétricos com os fenômenos sociais. Ao subentender que a história conduz a si mesma através do turbilhão de energias desencadeados por esta força, prescindindo de causas exteriores para que ela se movimentasse, a formulação de Oiticica choca-se com o paradigma newtoniano mecanicista vigente desde o século XVII ou o desenvolve de outro modo. Ocorrendo de forma parecida com as ideias de força e energia, as distinções para Oiticica entre organismo e máquina, como veremos no decorrer do capítulo, são vagas e em alguns momentos se sobrepõem.

Do substrato filosófico da física termodinâmica aparece também no texto de Oiticica

a última seria uma ação (“eu fiz força”). Seriam, portanto, grandezas físicas diferentes.

170 A indistinção no uso desses dois termos era recorrente entre os próprios cientistas envolvidos com o estudo dos fenômenos físicos no início do século XIX antes do estabelecimento e consolidação do “princípio de conservação de energia”. Julius Robert Mayer era um destes autores que tratando da formulação das leis da termodinâmica utilizava o termo “força”. Um conhecido excerto de Mayer dá provas disso. Diz o autor: “[...] a força, uma vez existindo, não pode ser aniquilada; pode apenas mudar de forma”. MARTINS, Roberto de Andrade. Mayer e a conservação da energia. *Op. Cit.*, 1984.

171 BUCUSSI, Alessandro A. **Introdução ao conceito de energia**. *Op. Cit.*, 2007, p.23.

172 MARTINS, Roberto de Andrade. Mayer e a conservação da energia. *Op. Cit.*, 1984, p.67-68; GONÇALVES, Márcia. **Filosofia da Natureza**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2006.

a ideia de que esta força única condutora da história, na verdade, se divide em duas forças opostas¹⁷³. Para o republicano brasileiro, “o desenvolvimento da força humana, fim essencial da sociedade, só se opera pela dominação das *forças naturais oponentes* e aproveitamento das *forças naturais concorrentes*”. O exemplo utilizado pelo autor é a vitória dos seres humanos, através da viação, diante da força natural oponente ao aumento da força humana que é a “distância entre os núcleos humanos”. Durante o trabalho de construção de vias, de abertura de estradas, diversas outras forças oponentes podem vir a se apresentar, mas também forças concorrentes. Para Oiticica, a viação aérea seria um dos melhores exemplos de aproveitamento de forças naturais que concorrem para o desenvolvimento da força humana. Quando estas forças, “que são, note-se, expressão do meio, da tradição, do tipo social”,¹⁷⁴ entram em confronto, por exemplo, quando se estabelece uma tensão entre o “cultivo do solo”, a “ruindade da terra” ou a “falta de braços”, e que se apresentam forças concorrentes como a “ciência” e a “emigração”, esta luta e mescla entre forças é denominada por Oiticica de “problema”. Para ele,

Toda a nossa vida individual consiste na resolução de pequenos problemas em cada um dos quais há forças oponentes e forças concorrentes, cumprindo-nos dominar umas por meio das outras para aumentar a nossa própria força (riqueza, saúde, consideração, condição social) [...] As sociedades tem de igual forma os seus problemas a regular.¹⁷⁵

Os problemas são os momentos cruciais de conversão de energia. Eles são “resolvidos” caso o uso das forças favoráveis seja suficiente para anular ou dominar as forças contrárias, possibilitando que o impulso primeiro siga seu livre curso, ou que incorpore energias estranhas a si. O mau uso das forças concorrentes resultaria em um desperdício de energia, um menor rendimento, numa perda de eficácia, em um prejuízo que contribuiria para a diminuição da força humana. Os “princípios em torno dos quais giram os fatos da sociedade”¹⁷⁶ seguiriam a ideia de que “levado pelas necessidades (*móveis*), o homem se serve das forças concorrentes (*meios*) para vencer as forças oponentes (*problema*) no intuito de obter os elementos de satisfação (*fim*)”¹⁷⁷. As implicações destas suas premissas encaminham um sentido para a história, que, de acordo com seu raciocínio, seria uma sociedade de máximo

173 SILVA, Ana Paula Bispo; SILVA, Jamily Alves da. A influência da Naturphilosophie nas ciências do século XIX: eletromagnetismo e energia. *Op. Cit.*, 2017, p.694.

174 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910a, p.115-116.

175 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910a, p.115-116.

176 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.192.

177 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.192.

rendimento, na qual os “problemas”, em sua acepção, estariam regulados por meios eficientes, criando condições para que as energias humanas fossem acumuladas e, assim, as necessidades humanas, muito grandes mas finitas, fossem satisfeitas por completo. No futuro, portanto, a sociedade idealizada por Oiticica chegaria a um estágio de estabilidade permanente. As energias em fluxo tenderiam, no fim de uma longa marcha, ao equilíbrio. A analogia entre a dinâmica energética do mundo da natureza e da sociedade também poderia, neste ponto, ser identificada com alguns princípios da física termodinâmica. O físico Roberto de Andrade Martins, tomando o caso de necessária transferência de calor na natureza entre corpos mais quentes para corpos mais frios, diz que “a segunda lei da termodinâmica terá [...] diferentes enunciados, todos tentando expressar o fato de que na natureza há uma busca pelo equilíbrio térmico e que este movimento estabelece um certo sentido temporal para a ocorrência dos fenômenos”¹⁷⁸.

A *educação* se apresenta no sistema da história de Oiticica como um potencializador das capacidades dos povos converterem energias cósmicas em energias sociais, de atingirem o estágio de equilíbrio térmico. Porque, para o autor, a educação é a “ciência e a arte de desenvolver energia humana” e, assim, seria ela indispensável para o “engrandecimento nacional”¹⁷⁹. As forças individuais e sociais apenas poderiam ampliar a sua capacidade de manipular as forças cósmicas, transformando-as em força humana, pelo avigoreamento proporcionado exclusivamente pela educação. Não seria forçoso dizer que, para Oiticica, a educação seria o recurso de mediação entre as energias cósmicas e o fim da história.

A partir deste seu sistema seria possível classificar as sociedades (como se classificam máquinas), e escaloná-las no tempo, de acordo com o coeficiente de aproveitamento de energias e o nível de aperfeiçoamento dos meios capazes de satisfazer necessidades. A partir dele seria possível também deduzir a correta medida para se realizar juízos valorativos sobre o passado, supostamente sem provocar grandes controvérsias, e para se orientarem as políticas do governo de uma determinada nação. Corroborando a ideia de que o aproveitamento máximo de energias é “condição fundamental para o progresso histórico”¹⁸⁰, Oiticica diz, em suas próprias palavras, que

a sociedade *progride* quando há aumento da força humana, *regressa* quando há diminuição, *estaciona* quando não há aumento nem diminuição sensíveis. Daí temos

178 BUCUSSI, Alessandro A. **Introdução ao conceito de energia**. *Op. Cit.*, 2007, p.14.

179 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.195.

180 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d p.186.

nós um critério seguro para julgar das ações individuais e dos episódios sociais. Se uma ação ou um episódio contribuiu para o *aumento* da força humana é *bom*. Se para a diminuição, é *mau*. Daí também o critério certo de administração. Devem ser levados a efeito os atos administrativos que promovem o *aumento* da força e evitados os que ocasionam *diminuição*. As grandes reformas e os movimentos sociais acham nessa concepção fácil meio de avaliar a sua oportunidade e dirigir a sua propaganda¹⁸¹.

É com base nestas considerações, algumas derivadas da termodinâmica, que José Oiticica acredita ter ultrapassado tanto Martius, como a escola de Le Play, a qual ele se filia criticamente, sugerindo complementos “de cunho filosófico” ao método social desenvolvido por ela, um método “demasiadamente dedutivo”, ainda que seja, “sem dúvida, o que há de melhor em ciência social”¹⁸². A “falta de critério sistemático” seria uma constante, em seu entendimento, na grande maioria de pensadores da história, “por mais geniais que tenham sido as tentativas de formulá-lo desde Vico até Lacombe, ou até Azambuja, nos seus ensaios de aplicação do método social de Tourville à história”¹⁸³. Por mais que José Oiticica constate a insuficiência de Paul Lacombe para a formulação de um sistema da história teórico e apriorístico, a seu ver, imprescindível para a constituição da história enquanto ciência, o plano de escrita da história do Brasil do republicano brasileiro em muitos momentos acusa o seu débito com este pensador francês. Em nota de rodapé, Oiticica afirma que “A história considerada como ciência”, de Lacombe¹⁸⁴, “é para mim a melhor contribuição para a ciência da história”¹⁸⁵. O “complemento filosófico” que Oiticica imprime ao método da ciência social da Escola de Le Play aparenta possuir estreitas relações com ideias centrais da teoria da história elaborada por este francês. O complemento não é outra coisa senão a adição do simples postulado de que são as necessidades a causa das ações humanas, os móveis da sociedade através do tempo, que são elas, em suma, o “motor” da história.

181 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910a, p.116.

182 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.190.

183 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910a, p.113.

184 Utilizamos a edição espanhola da obra, publicada em 1948, e a versão original francesa, de 1894, disponível pelo acervo digital da Biblioteca Nacional Francesa: LACOMBE, Pierre [sic]. **La historia considerada como ciencia**. Buenos Aires: Editora Espasa – Calpe, 1948; LACOMBE, Paul. **De l'histoire considérée comme science**. Paris: Libraire Hachette, 1894. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k107900w/f6.image.texteImage>>. Acessado em: 16/05/2019. Também consultamos os excertos do capítulo 1 traduzidos para o português para a coletânea MALERBA, Juradir. **Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. Além desta obra de Paul Lacombe (1834 – 1919), cuja importância também é reconhecida para a reflexão sobre a construção das ciências sociais no contexto europeu, o pensador produziu pelo menos outras duas importantes obras, “O casamento livre” (1867) e “A família na sociedade romana” (1889), que legaram a ele a alcunha de “intelectual polemista”, uma vez que nelas defende posicionamentos que se chocariam com os preconceitos dos intelectuais de sua época. Cf. CORDEIRO JR, Raimundo Barroso. Paul Lacombe. In: MALERBA, Juradir. **Lições de história**, *Op. Cit.*, 2010.

185 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910a, p.113.

Também Paul Lacombe está preocupado com a questão da cientificidade do saber histórico e com a definição do campo de atuação da história diante da nascente sociologia. Lacombe está situado em um debate similar na França em que se posicionam, de um lado, historiadores mais ortodoxos, como Charles Langlois e Charles Seignobos, e, de outro, pensadores da história e sociólogos, como Durkheim e François Simiand¹⁸⁶. Localizado neste último espectro do debate, que rejeita um suposto “empiricismo irrefletido” em nome da busca por leis históricas, regularidades e conexões causais, Lacombe é, assim como Oiticica, uma figura relativamente ausente nos manuais de história da historiografia, uma presença um pouco apagada, quando não legada ao esquecimento em nossa memória disciplinar.

De acordo com Cordeiro Júnior, seu projeto de fundamentação da cientificidade da história foi descontinuado em detrimento de propostas como as de François Simiand, ainda que apropriada a seu modo pela Escola dos Annales, o grupo que, acima de todos, teria triunfado nos debates franceses sobre a relação da historiografia com as ciências sociais, e que teria enfrentado, na década de 1950, a sua principal ameaça, o estruturalismo. O livro de 1894 de Lacombe, quando muito, é lembrado por traçar um caminho similar a François Simiand, que em seu artigo “O método histórico e as ciências sociais”, de 1903, teria advogando pela ênfase nas regularidades, e pela exclusão dos fatos únicos, eliminando o individual e visando o estudo de movimentos coletivos e sociais como forma de alçar a história à condição de ciência. Ambos são advogados da estrutura e inimigos do evento¹⁸⁷, e ambos são defensores de uma mudança de foco da historiografia das ações individuais para o comportamento coletivo¹⁸⁸. Porém, uma diferença significativa entre estes autores seria a sugestão de Lacombe por uma vinculação ou dependência necessária entre a historiografia e o campo em formação da psicologia. Alguns autores creditam a uma suposta inconsistência teórica e conceitual ou fragilidade lógica dos argumentos o abandono das contribuições de Lacombe e outros reforçam as opções mais táticas do que teóricas, relacionadas à política acadêmico-institucional francesa, dos *Annales* na conjuntura de defesa das fronteiras disciplinares e institucionais da historiografia diante do fortalecimento da antropologia estrutural e do estruturalismo de um modo geral¹⁸⁹.

186 KELLEY, Donald R. **Fortunes of history**: historical inquiry from Herder to Huizinga. *Op. Cit.*, 2003, p.214; KELLEY, Donald R. **Frontiers of history**: historical inquiry in the twentieth century. Yale University Press; New Haven & London, 2006, p.25.

187 PEREIRA, Mateus. A história entre os inimigos do evento e os advogados da estrutura. Lisboa. **Ler História**, v. 57, p. 82-107, 2009.

188 KELLEY, Donald R. **Fortunes of history**, *Op. Cit.*, p.214.

189 A retomada de interesse pelo autor no meio acadêmico francês pode ser constatada pela organização de um colóquio sobre a obra de Paul Lacombe, em 2009, que resultou em uma publicação colaborativa de um

De todo modo, é sugestivo atentar que as formulações de Lacombe foram apropriadas no início do século XX pela historiografia brasileira, também ela envolvida pelo debate sobre a natureza da escrita da história e as condições de possibilidade de seu estatuto científico, notadamente por uma figura que propôs um projeto de historiografia também interrompido. Talvez ele tenha atraído José Oiticica por sugerir uma saída para a questão da possibilidade da constituição da historiografia enquanto ciência que apostava, para tanto, no reforço da dimensão teórica do conhecimento histórico, que ia mais além não só de Von Martius, como já mencionado, mas também da Escola de Le Play nas capacidades de atribuir um sentido para a história do Brasil. É verdade que ele constata a insuficiência também de Lacombe mas o seu complemento, em grande medida, é um aprofundamento de algumas premissas propostas por este autor francês.

A estratégia mobilizada pelos dois autores é, na sua essência, a mesma. Paul Lacombe apresenta um sistema teórico que alçaria a história à condição de ciência, enquadrando-a em um terreno comum de características compartilhadas com as demais ciências já constituídas, como a Física, por exemplo. Para este autor, o que haveria de comum entre todas as ciências seria a capacidade de explicarem os fenômenos por meio de suas causas, indo além de apenas constatar semelhanças constantes entre os fenômenos. “Para que a semelhança ascenda à categoria de verdade, é necessária uma nova condição”¹⁹⁰, diz Lacombe. O deslocamento do estatuto dos enunciados, entre aqueles que indicam regularidades, no máximo oriundos do âmbito da erudição, para aqueles que explicam a razão das semelhanças, e por isso seriam científicos, deveria passar, segundo Lacombe, pelo acionamento de uma teoria, considerada enquanto uma “base científica”. No seu caso, o autor sugere uma teoria da história que advoga a existência de uma tripla temporalidade constituinte do ser humano. A premissa que tornaria a história uma ciência seria a de que “todo ser

conjunto diverso de pesquisadores (antropólogos, sociólogos e historiadores). A coletânea “Histoire et anthropologie de la parenté: Autour de Paul Lacombe (1834-1919)”, lançada em 2012 e ainda sem tradução para o português, aborda vários aspectos de sua produção. Ela se preocupa também em explicar o motivo do silêncio sobre destacando as contribuições específicas do autor no meio acadêmico. Além do mencionado engajamento político pautado na crítica de Lacombe a alguns elementos da cultura de seu tempo, sobre a posição subalterna das mulheres na sociedade, sobre direitos civis e sobre o casamento, é elencada como possível motivação a dificuldade de assimilação de uma obra marcada pela interdisciplinaridade, pela fluidez dos posicionamentos políticos, e pela dispersão temática e disciplinar. BIGOSSI, Fabiela. Resenha de FINE, Agnès; ADELL, Nicolas (Dir.). Histoire et anthropologie de la parenté: autour de Paul Lacombe (1834-1919). Paris: Éditions du CTHS, 2012. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 19, n. 39, p. 465-469, jan./jun. 2013

190 LACOMBE, Paul. O domínio da ciência da história e seus limites. In: MALERBA, Juradir. **Lições de história**. *Op. Cit.*, 2010, p. 400. Original em francês: “Pour que la similitude monte au rang de vérité, il faut une nouvelle condition.” LACOMBE, Paul. **De l'histoire considérée comme science**, *Op. Cit.*, 1894, p.2.

humano contém ao mesmo tempo um homem universal, um homem temporário e um indivíduo singular. E cada um dos seus atos está marcado por essa triplicidade”¹⁹¹. “A causa em história, entendida cientificamente, não pode ser senão o homem universal ou temporal. O individual não pode ser uma causa”¹⁹².

O sistema teórico de Lacombe, assim como o de Oiticica, forneceria elementos para organizar e, o quanto possível, reduzir o número imenso de materiais, dados e fatos que os historiadores deveriam enfrentar em seu ofício através de uma seleção amparada nos critérios científicos derivados de suas teorias da história. De acordo com Lacombe, primeiro os dados empíricos deveriam ser separados por semelhanças, e as particularidades excluídas. A segunda operação seria a da investigação das causas, marca essencial da ciência para o autor, e a etapa mais importante do processo de produção do conhecimento em bases científicas. Como um imperativo de seu tempo, a constituição da história enquanto ciência, para Lacombe, seria, assim, uma forma de libertação do “fardo da história” que oprimiria a sua geração¹⁹³. Segundo ele “há urgência em aliviar o espírito humano de uma carga que chega a ser esmagadora. Não se diminui o peso dos fenômenos recolhidos pelo espírito senão ligando-os; e esse laço só pode ser uma generalização científica”¹⁹⁴. No caso de Oiticica, a urgência por sentido se justifica por considerações de ordem científica, alegando a mau uso dos dados pelos historiadores de seu tempo, mas é perceptível também, implicitamente, a necessidade de reordenação da narrativa sobre o passado brasileiro como condição para a construção de um novo projeto de nação.

Possibilitando a síntese da empiria, a explicação das causas das ações humanas, para Lacombe, seriam exclusivamente encontradas ou no homem universal ou no homem temporal, dimensões em que seriam reveladas as motivações mais autênticas dos agentes históricos. Recorrendo aos desenvolvimentos no campo da psicologia pelo filósofo Alexander

191 LACOMBE, Paul. O domínio da ciência da história e seus limites. In: MALERBA, Juradir. **Lições de história**. *Op. Cit.*, 2010, p.399-400. Original em francês: “Tout homme ressemble aux autres hommes et en diffère aussi. Tout être humain contient. Il la fois un homme général, un homme lemporaire et un individu singulier. Et chacun de ses actes est marqué au coin de cette triplicité.” LACOMBE, Paul. **De l'histoire considérée comme science**, *Op. Cit.*, 1894, p.1.

192 LACOMBE, Paul. O domínio da ciência da história e seus limites. In: MALERBA, Juradir. **Lições de história**. *Op. Cit.*, 2010, p.407. Original em francês: “La cause, entendue scientifiquement, ne peut être en histoire que l'homme général ou temporaire. L'individuel ne peut être une cause.” LACOMBE, Paul. **De l'histoire considérée comme science**, *Op. Cit.*, 1894, p.11.

193 WHITE, Hayden. O fardo da história. In: _____. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 1994, p. 39-64.

194 LACOMBE, Pierre [sic]. **La historia considerada como ciencia**. *Op. Cit.*, 1948, p.10. Original em francês: “[...] il y a surtout urgence il allége l'esprit humain d'un faix qui devient écrasant. On ne diminue le poids des phénomènes recueillis dans l'esprit qu'en les liant, et ce lien ne peut être qu'une généralisation scientifique.” LACOMBE, Paul. **De l'histoire considérée comme science**, *Op. Cit.*, 1894, p.XI.

Bain, o autor defende existir um ser psicológico no interior de todos os seres humanos, submetidos a qualquer determinação espacial e temporal – o homem universal ou geral. Para ele, seria esse substrato psicológico comum que impulsionaria os seres humanos em direção a um determinado fim. A história da humanidade seria, deste modo, conduzida por “móveis” de caráter universal e constante. Todos os seres humanos precisariam responder a solicitações do “homem geral” que habitaria o seu interior. Lacombe fornece uma classificação dos impulsos básicos que governariam o ser humano, denominando-os de necessidades ou móveis. Em ordem decrescente de urgência, Lacombe os classifica como: móvel econômico, genésico, simpático, honorífico, artístico, científico, e, por fim, uma vez que toda a emoção tende a diminuir em vivacidade a medida que se repete e se prolonga até não ser mais sentida, a necessidade de mudança. Tendo em vista estes pressupostos, Cordeiro Júnior defende que para Lacombe a “psicologia seria o fundamento ontológico e epistemológico do estudo das regularidades da história”¹⁹⁵. Também essa é a visão de Donald Kelley, para quem Lacombe encontrou na psicologia a chave para a formulação da ciência da história¹⁹⁶.

Posto que todos os seres humanos seriam movidos pelas mesmas necessidades, a diversidade da história seria garantida, por sua vez, pela diversidade de circunstâncias nas quais o homem geral se veria inserido. Levando em consideração as necessidades universais classificadas por ele, Lacombe afirma que “mediante o influxo de um destes desígnios o homem se dirige em direção a um fim, através de um meio natural que retém ao mesmo tempo os recursos e os obstáculos; através de um meio social que, ao mesmo tempo, oferece assistência e resistência”¹⁹⁷.

O homem temporal ou histórico seria o homem geral afetado em sua sensibilidade de uma maneira especial, de acordo com as suas determinações próprias de tempo e lugar. As circunstâncias ofereceriam meios de assistência e resistência aos seres humanos em busca da satisfação de suas necessidades, podendo se manifestar no conflito do ser humano com a natureza, no do conflito do ser humano com seus semelhantes, e na psicologia de um único ser humano, quando vontades diferentes disputam entre si, em seu interior, a posição de prioridade ou urgência. Se a história é, para o autor, a perseguição da satisfação das

195 CORDEIRO JR, Raimundo Barroso. Paul Lacombe. In: MALERBA, Juradir. **Lições de história**, *Op. Cit.*, 2010, p.396.

196 KELLEY, Donald R. **Frontiers of history**, *Op. Cit.*, p.25.

197 LACOMBE, Pierre [sic]. **La historia considerada como ciencia**. *Op. Cit.*, 1948, p.45-46. Original em francês: “Sous l'ascendant d'une de ces visées, l'homme se dirige vers un but, à travers un milieu naturel, qui détient à la fois les ressources et les obstacles; à travers un milieu social, qui de même offre assistance et résistance à la fois.” LACOMBE, Paul. **De l'histoire considérée comme science**, *Op. Cit.*, 1894, p.42

necessidades, a qual resultaria na produção de “emoções agradáveis”, os seres humanos, considerando que o que seria válido para a vida individual também seria válido para a sociedade, empregariam certos meios para atingirem seus fins, e encontrariam inevitáveis resistências, fazendo do conflito, de acordo com Lacombe, a única lei universal da história. Para o autor, nenhum desses conflitos, com exceção o da disputa com a natureza, poderá em algum momento cessar, principalmente o conflito interior da psicologia humana, este, sim, permanente. Note-se aqui as aproximações desta noção conflitiva, e, em alguns casos, agonística, de história de Oiticica, que também a percebe como um contínuo combate entre vetores em disputa, sendo que para Lacombe o que são “meios de assistência e resistência” para Oiticica são as equivalentes “forças concorrentes e oponentes”.

Segundo a teoria da história de Lacombe, para cada necessidade latente no interior do ser humano uma instituição correspondente se manifestaria no mundo social. Nas palavras do autor, “toda instituição é o efeito de uma constituição de forças psíquicas”¹⁹⁸, “o resultado de muitas forças psíquicas postas em combinação”¹⁹⁹. As instituições seriam meios empregados para alcançar um fim geral²⁰⁰ e o autor estabelece uma longa enumeração das instituições geradas pela combinação de certos móveis psíquicos, seguindo a correspondente enumeração das necessidades. José Oiticica reconhece o esforço do pensador francês mas, mais uma vez, constata sua insuficiência. Diz o republicano brasileiro que “Lacombe tentou uma classificação das necessidades, mas evidentemente incompleta”²⁰¹. Apesar disso, Oiticica continua operar pelos mesmos pressupostos ao afirmar que a única maneira de se chegar ao conhecimento da mecânica social é classificando as necessidades e as forças. A psicologia é uma das duas ciências que Oiticica aconselha o historiador a estudar a fundo porque, para ele, a alma humana “é a fonte viva de energia humana”, em que necessidades e forças agitam-se em um turbilhão. Assim, uma vez que ela ofereceria o acesso a “esse mundo de instintos, emoções, ideias, vontades, consciência”, do qual surgem as motivações das ações humanas, no entender de Oiticica “a psicologia fornecerá dados de primeira ordem”, e será “a chave de toda a sociologia”²⁰². Seria forçoso avaliar como de mesmo peso a relevância que Lacombe e

198 LACOMBE, Pierre [sic]. **La historia considerada como ciencia**. *Op. Cit.*, 1948, p.115. Original em francês: “[...] toute institution est l'effet d'une composition de forces psychiques.” LACOMBE, Paul. **De l'histoire considérée comme science**, *Op. Cit.*, 1894, p.132.

199 LACOMBE, Pierre [sic]. **La historia considerada como ciencia**. *Op. Cit.*, 1948, p.64. Original em francês: “[...] le résultat de plusieurs forces psychiques, entrées em combinaison” LACOMBE, Paul. **De l'histoire considérée comme science**, *Op. Cit.*, 1894, p.66.

200 LACOMBE, Pierre [sic]. **La historia considerada como ciencia**. *Op. Cit.*, 1948, p.219.

201 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.192.

202 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.202.

Oiticica concede a psicologia enquanto fundamento da ciência da história, mas não deixa de ser significativa a posição que o republicano brasileiro situa esta disciplina no conjunto de saberes auxiliares ao trabalho do historiador. Tanto porque, assim como em Lacombe, ela é de capital importância em sua filosofia da história, uma vez que nela se encontra a explicação do movimento da história. Para ambos os autores os seres humanos convergem suas ações particulares na busca de elementos de satisfação de suas necessidades. Para Oiticica, este movimento significa necessariamente acumular energias.

Tecendo ainda as afinidades entre os autores, Oiticica estabelece o mesmo vínculo entre necessidade e instituição, tal como faz Lacombe, em sua definição de “problema”: “ora, sendo um problema a aplicação de forças concorrentes a elementos de consecução de satisfação das necessidades, quantos forem os problemas, todos determinarão o aparecimento de uma ou mais instituições especiais”. Para Oiticica, “as instituições são *necessidade*, necessidade social coletiva e aí as inclui na minha classificação geral das necessidades humanas”²⁰³ e servem ao desenvolvimento e administração das forças concorrentes e à dominação das forças oponentes, se manifestando como instituições que lidam com as forças cósmicas (gerando instituições agrícolas, industriais, geológicas), individuais (gerando instituições policiais, pedagógicas) e sociais (gerando instituições militares, diplomáticas).

As semelhanças entre a teoria da história de Paul Lacombe e as ideias esboçadas por José Oiticica em seu plano se encontram também na maneira como compreendem a ideia de progresso na história. Tanto um como o outro acreditam em “leis do desenvolvimento histórico”; contudo seria um erro, para estes autores, entender como sinônimos evolução e progresso necessário²⁰⁴. Lacombe reconhece os aperfeiçoamentos consideráveis que foram realizados em todos os âmbitos da vida na sociedade do seu tempo mas reforça sua desconfiança com a garantia de que estas conquistas são perenes e de que seriam, com efeito, tão vantajosas quanto se proclama. No seu modo de ver, existem duas formas específicas de progresso: uma através da acumulação de riquezas e conhecimento, cuja existência seria inegável mas não por isso menos digna de suspeita e reflexão; e o progresso em forma de equilíbrio, para ele, o mais importante porque seria o único que oferecia a possibilidade de se mensurar o quão mais feliz um povo é em relação aos seus antepassados. Os estágios ou graus de civilização de um povo, de acordo com o raciocínio de Lacombe, só podem ser medidos

203 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.194.

204 CORDEIRO JR, Raimundo Barroso. Paul Lacombe. In: MALERBA, Juradir. **Lições de história**, *Op. Cit.*, 2010, p.396

pela sua potência de satisfazer as necessidades do homem geral. Se a riqueza é tomada como indício da inferioridade ou superioridade de um povo não é no sentido estritamente material que ela será compreendida mas nos efeitos psíquicos que ela pode produzir. Isto porque uma sociedade, para Lacombe, pode ter aumentado sua quantidade de riqueza mas a felicidade ou o bem-estar tenha se mantido igual ou diminuído. Já foi mencionado anteriormente que, para Oiticica, o critério para mensurar o progresso ou o retrocesso de um povo é o seu estoque de “força humana”, ou sua tendência para ampliá-la cada vez mais, posto que seria através dela que as necessidades humanas poderiam contempladas. A mesma lógica é aplicada por Oiticica para qualificar os governos e a sua concepção de riqueza se aproxima muito da utilizada por Lacombe. Caso se queira avaliar a qualidade dos governos, destaca o autor,

revela não perder de vista nunca a *distribuição* das riquezas. É pela boa distribuição que se revela o governo bom. A má repartição delata o mau governo. Boa é a repartição que aumenta a força humana, que satisfaz o maior número de necessidades urgentes ou dispõe os serviços de melhor satisfação futura.²⁰⁵

A metáfora que Paul Lacombe prefere servir-se para apreender o sentido da história não é a de uma flecha ascendente mas a de um movimento oscilante ao redor de um ponto em mira, tal como uma balança em busca de equilíbrio. Lacombe entende que a satisfação de algumas necessidades podem acabar por trazer desvantagens nas formas de obter a satisfação de algumas outras necessidades. O exemplo utilizado pelo autor é o da divisão social do trabalho, que, de um lado, contribui para a satisfação das necessidades econômicas porque cria condições nunca antes vistas de aumento de produtividade. A maior capacidade de produzir certas riquezas oferecida por ela seria contrabalançada, por outro lado, pela redução das capacidades de satisfação das necessidades mentais e morais dos seres humanos, dado que o trabalhador inserido nesse sistema seria dispensado do esforço intelectual, da alegria profissional e do amor-próprio, sendo reduzido a uma mera máquina. Para o autor, o caminho a ser seguido para a solução de situações como esta seria uma reconciliação que tentasse conservar os benefícios alcançados de um lado mas que conseguisse uma alteração no outro, restaurando a posição de equilíbrio da balança. Residiria aí, mais uma vez, a lei universal do conflito, que demandaria uma constante e permanente readequação dos pontos em disputa. Curiosamente, Lacombe afirma que esta “lei suprema do conflito ou da luta pela vida” que se efetiva através da tripla fórmula (natureza, sociedade, psicologia) “em história parece não ser

205 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.196.

senão um caso particular da conservação de força²⁰⁶, uma manifestação humana, uma tradução psicológica “da lei natural mais alta que se comprovou até aqui, a da conservação da força, a que se transforma mas não pode aumentar nem diminuir²⁰⁷. Analogia entre a lei da termodinâmica e a balança faz o autor abandonar a ideia de progresso necessário porque, a seu ver, a história seria mais um fluxo de transformações em que não há acúmulos significativos, apenas mudanças de formas que ora beneficiam um âmbito da vida, ora beneficiam outro, num eterno jogo de “perde e ganha”, em que, no máximo, se busca que um lado ceda um pouco para que o outro possa atender as necessidades humanas desassistidas.

Os princípios que organizam a filosofia da história de José Oiticica, aparentemente inspirados em postulados da física termodinâmica e alguns elementos da teoria da história de Paul Lacombe, são os de que os móveis gerais da história são as necessidades humanas, que o fim das suas ações são a obtenção de elementos de satisfação das necessidades, os meios reivindicados para atingir esses fins são para o autor as forças concorrentes, e os problemas se formam a partir do momento em que forças oponentes se chocam com estes meios empregados²⁰⁸. Neste quesito, José Oiticica escapa à atribuição de “positivista” conferida a seu plano por José Murilo de Carvalho. Contrariando o caráter antimetafísico da filosofia positiva de Comte, que recusa a possibilidade das faculdades humanas apreenderem as causas primeiras e últimas dos fenômenos²⁰⁹, José Oiticica define a “*origem*, o processo de suas transformações e a *finalidade* dos atos humanos”, e crê ter construído “o pensamento fundamental explicativo da sociedade²¹⁰. Projetando-se num debate, desta vez, europeu, surge José Oiticica com o seu método, na sua própria maneira de ver, de bases gerais “simplíssimas²¹¹, mas capaz, a seu ver, de elevar a história à condição de ciência.

206 LACOMBE, Pierre [sic]. **La historia considerada como ciencia**. *Op. Cit.*, 1948, p.224. Original em francês: “Loi suprême du conflit, ou de la lutte pour la vie sous une triple forme. Cette loi, universelle en histoire, semble n'être elle-même qu'un cas de la conservation de la force.” LACOMBE, Paul. **De l'histoire considérée comme science**, *Op. Cit.*, 1894, p.267.

207 LACOMBE, Pierre [sic]. **La historia considerada como ciencia**. *Op. Cit.*, 1948, p.229. Original em francês: “Le conflit intérieur que chaque homme apporte avec soi semble être la manifestation humaine, 'la traduction psychique de la loi naturelle la plus haute qu'on ait constatée jusqu'ici, celle de la conservation de la force, qui se transforme, mais ne peut pas plus augmenter que diminuer.” LACOMBE, Paul. **De l'histoire considérée comme science**, *Op. Cit.*, 1894, p.237.

208 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.192.

209 RIBEIRO JÚNIOR, João. **Augusto Comte e o positivismo**. Campinas: Edicamp, 2003, p.15.

210 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.190

211 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910a, p.116.

O método histórico de José Oiticica

Sustentado pelo pressuposto de que “os fenômenos andam todos relacionados uns aos outros”²¹², as elaborações de Oiticica sobre o Universo e a natureza constituem um arcabouço para ele repousar uma certa filosofia da história. Firmando um solo comum entre elas, qualquer ciência social possível, incluindo a ciência da história, deveria levar em consideração os “princípios capitais” da Física, da Química, da Biologia, e assentá-la em um terreno formado pelas leis científicas destas ciências anteriores. Aí está posta uma concepção de ciência, em grande medida, inspirada na filosofia positiva de Augusto Comte, e no princípio da complexidade crescente dos fenômenos que ordena a hierarquia entre as ciências particulares correspondentes²¹³. Tanto para Comte como para Oiticica os diversos conhecimentos são entendidos como diferentes ramos de um tronco único, coordenados de uma forma lógica e cronológica, e divididos entre os que correspondem a fenômenos de corpos brutos e corpos organizados. De acordo com a hierarquia das ciências de Comte, a sociologia seria a última área do saber a se constituir enquanto ciência devido à complexidade do seu objeto, submetido tanto a leis próprias, como a leis da vida orgânica e do mundo físico somente através das quais a sociedade poderia ter se desenvolvido. O “atraso” da sociologia seria explicado pela necessidade da elucidação dos fenômenos naturais que a precedem e dos quais os fenômenos sociais dependem para existir.

Assim, a ordem dos fenômenos e suas respectivas ciências seria baseada em um grau crescente de simplicidade, generalidade e estranheza ao ser humano, em que situariam ciências como a astronomia e a física, até atingirem estágios mais altos de complexidade, especificidade, familiaridade e dependência, caso da biologia e da sociologia. Sílvio Romero, expondo o programa de um curso elementar de propedêutica das ciências oferecido na década de 1890, faz uso de uma classificação geral das ciências muito similar, inclusive inserindo nela “a termodinâmica ou o monismo físico-químico”²¹⁴. Se, por um lado, José Oiticica recusa a modesta concepção de ciência de Comte (que busca, apenas, reconhecer as relações de sucessão e simultaneidade dos fenômenos, e não suas causas últimas), e não reivindica para a sua filosofia da história a “teoria dos três estados”, por sua vez, ela constrói a sua própria classificação das ciências inspirando-se nas ideias do filósofo francês, que parecem ser

212 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.201.

213 RIBEIRO JÚNIOR, João. **Augusto Comte e o positivismo**, *Op. Cit.*, 2003, p.21.

214 ROMERO, Sílvio. O Sr. Arthur Guimarães e o seu novo livro. In: ROMERO, Sílvio. **Brasil Social e outros estudos sociológicos**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

correntes em seu tempo, inserindo tanto a ciência da história no interior desse universo conceitual como demandando do seu historiador ideal uma sólida formação científica e preparo enciclopédico de modo que fosse apto a escrever a história do Brasil. Enfatizando a necessidade do estudo de generalidades científicas, Oiticica diz que

A ciência do historiador tem de ser enciclopédica. Não se objete que na atualidade com o desdobramento da ciência o enciclopedismo é quimera. Não há tal. A ciência não é tão vasta quanto se propala. O que lhe dá uns ares de complexidade inextrincável é a *técnica* científica. Já Buffon dizia que a ciência é simples e os homens a tornam complicada. Evidentemente que não se vai exigir do historiador que seja especialista em todas as ciências. Augusto Comte dava mesmo como causa da anarquia intelectual esse vezo de especialização que é mal se ela não se assenta em um estudo geral do Universo [...] A vaidade de alguns parvos é que confunde ciência com técnica.²¹⁵

Com a sociologia a história deveria compartilhar não apenas um conjunto de leis sobre os fenômenos sociais mas também pressupostos teóricos, de maneira que a diferença entre elas residisse apenas em uma divisão de tarefas. Inscrevendo-a no mesmo universo conceitual da filosofia positiva de Comte, Oiticica define que competiria à história exclusivamente o estudo do “modo de ser” da dinâmica social. Contudo, “as suas bases se prendem intimamente às bases mesmas da estática social”²¹⁶, e ambas deveriam empregar um mesmo “método geral de análise do estudo da sociedade”²¹⁷. A divisão feita por Comte para o estudo da sociedade, inspirada nos desenvolvimentos da anatomia e da fisiologia no interior da Biologia²¹⁸, é pautada pelo pressuposto de que os fenômenos sociais serão melhor compreendidos caso sejam estudados a partir de duas óticas distintas, cada uma podendo esclarecer o caráter próprio das leis que regem a sociedade.

A decomposição do estudo do homem e da sociedade em um dualismo, que seria artificial e possuiria somente uma finalidade prática de estudo, faria parte do ramo da “sociologia abstrata”, designando para o estudo da “estática social” as leis de coexistência e similitude entre os fenômenos, e para o estudo da “dinâmica social” as leis de sucessão. No primeiro ramo o estudo das condições de existência, no segundo o estudo das leis da evolução, sendo que a cada um deles corresponderia uma teoria da ordem e a uma teoria do progresso²¹⁹. José Oiticica mobiliza esta base epistemológica para fundar a sua ciência da

215 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.201.

216 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.189.

217 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.190.

218 COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva** (Os pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1978, p,13.

219 RIBEIRO JÚNIOR, João. **Augusto Comte e o positivismo**, *Op. Cit.*, 2003, p.280.

história mas inova ao inseri-la no campo da dinâmica social porque Comte apenas teria encontrado um lugar para a “história propriamente dita”, na sua hierarquia das ciências, no campo da “sociologia concreta”, onde ela conviveria com a linguística, ciências das religiões, a arqueologia²²⁰. Dessa forma, a historiografia, no sistema de Oiticica, teria seu estatuto de saber elevado a uma posição superior, estando em pé de igualdade com a sociologia, ambas fazendo parte da “ciência social”. A formulação de Comte sobre a finalidade do estudo da dinâmica social também se mantém, o “estudo das leis de evolução”, mas a ela é acrescentada a teoria das energias desenvolvida por Oiticica, de modo que a evolução assume uma qualidade específica, que é a evolução da “força humana”. Sendo assim, a base epistemológica da ciência da história de Oiticica pode ter sido inspirada nos fundamentos da física social de Comte, mas ela adquire características específicas.

No interior do sistema próprio de Oiticica, a sociologia se ocuparia com a *posição* (limites territoriais, vizinhança, zona, regiões), com a *forma* (Estado, província, distrito...), e com as *funções* (físicas, econômicas, intelectuais, morais...) dos seres. Já a história concentraria seus esforços no estudo da *origem* (heranças dos antepassados, forças aproveitáveis), das *transformações* (problemas) e *finalidade* (aproveitamento das forças, equilíbrio das forças...) dos seres. A investigação histórica deveria seguir as etapas de um método histórico de caráter universal, aplicável a qualquer experiência ao longo do tempo. Seriam elas: **(I)** identificar as necessidades e as forças, **(II)** assentar os problemas, **(III)** classificar os fatos históricos de acordo com os problemas (que são as “bases de classificação”²²¹), agrupá-los, e, posteriormente, **(IV)** comparar as diversas classes a fim de se distinguir semelhanças e diferenças. Oiticica defende, por um lado, serem estas últimas etapas (classificação e comparação) essenciais para a estruturação do texto histórico porque “pela classificação [o historiador] será levado a traçar capítulos”²²². Estes capítulos, ressalta Oiticica, deverão apenas conter aquilo que corresponde a seu problema em específico, mesmo que o grupo social, período de tempo, o espaço, e o processo em questão seja enfeixado por outros problemas. Se atendo no “efeito particular que tem em mira”, a “classificação dos fatos será feita em quadros separados consoantes os problemas a que se referem”²²³. O exemplo utilizado por Oiticica para demonstrar esta operação parece implicar “idas e vindas” no tempo ao longo do texto, ou melhor, parece exigir que cada capítulo remonte a um “marco zero” para

220 RIBEIRO JÚNIOR, João. **Augusto Comte e o positivismo**, *Op. Cit.*, 2003, p.80.

221 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910a, p.113.

222 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.197.

223 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.183.

contar a história do Brasil a partir do problema específico em foco.

Relativamente às missões, por exemplo, ao descrever a colaboração delas na conquista da terra [o historiador] não analisará a sua influência em outros problemas capitais. Não entrará, *verbi gratia*, na apreciação do papel representado pelos jesuítas na constituição da sociedade brasileira, nem na luta contra os senhores do engenho a propósito da escravização do índio.²²⁴

O método histórico de José Oiticica é baseado numa combinação entre elementos da teoria da história de Paul Lacombe, apresentados na seção anterior, e um desenvolvimento particular do positivismo, a já referida tradição da Escola de Le Play. Tido como uma alternativa ao positivismo triunfante de feição laica, e por ter elaborado uma versão católica e (mais) conservadora do positivismo²²⁵, Frédéric Le Play foi um defensor da tradição porém sem deixar de ter um grande apreço pelo progresso e pelas formas modernas de investigação. Contrário a ideias revolucionárias e ao socialismo, as posições do autor não reivindicam uma restauração de instituições antigas (pré-Revolução Francesa), mas, tendo em vista um suposto descompasso entre o progresso material e o progresso moral, ele defende uma conciliação entre modernidade e tradição através de um projeto de modernização conservadora. O progresso material e transformações neste sentido são regra para ele, mas o progresso moral deve ser estacionário, guiando-se pelo passado (e pelas regras essenciais do Decálogo) e rejeitando toda inovação no âmbito moral, vistas como corrupção ou desvio²²⁶. Assim, advoga pela necessidade de reformas sociais parciais baseadas na experiência.

Para além destes seus posicionamentos, a importância de sua obra, segundo sociólogos contemporâneos, está em ter fundado um método de pesquisa da sociedade de caráter universal, padronizado, suscetível de ser repetido e controlado. A elaboração deste método o converteu, segundo o seu biógrafo José Ignacio Monerri, “em uma figura chave no processo de formação das ciências sociais”²²⁷. O método se caracteriza pelo estudo monográfico de famílias e pela observação direta. Há também em sua obra uma perspectiva de análise que toma como pressuposto a ideia de que o todo da sociedade pode ser apreendido

224 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.183.

225 MARTINS, Ana Maria de Castro. A escola da ciência social de Le Play na construção do conhecimento do serviço social português. **Intervenção social**, Lisboa, 1993.

226 BAUDIN, Louis. (Préface) **Frédéric Le Play** (1806-1882). Paris: Dalloz, 1947.

227 MONERRIS, José Ignacio Garrigós. Frédéric Le Play o la construcción de un método para las ciencias sociales. **Bataria. Revista Castellano-Manchega de Ciencias Sociales**, n. 5, 2002, p.180. Para uma análise mais extensa da vida e obra de Le Play ver a tese de doutorado de Monerri: MONERRIS, José Ignacio Garrigós. Pierre Guillaume-Frédéric Le Play (1806-1882): Biografía intelectual, metodología e investigaciones sociológicas. **Tesis de Doctorado**, Universidad de Alicante, Facultad: Económicas, Director: Dr. Octavio Uña Juárez, 2001.

pelo estudo de suas partes menores, e Le Play, inovando à época, escolhe a família operária como o ponto de observação específico, por considerá-la a unidade básica da sociedade. As monografias deveriam seguir um modelo, dividido em três partes: 1) citar a profissão do trabalhador, tratar a hierarquia ocupada por ele na profissão, e a maneira que se vincula aos “chefes desta classe”; 2) a monografia propriamente dita, com a descrição dos orçamentos familiares de receitas e despesas; 3) considerações sobre a história da família, a sociedade que está inserida, e os constrangimentos sociais sofridos passivamente por ela. Seu método social é inspirado no método de observação das ciências naturais de seu tempo, das quais ele também foi um praticante na sua carreira como engenheiro. De acordo com Monerris, “Le Play, depois de trabalhar na elaboração da ciência metalúrgica, pretende transpor o mesmo método utilizado aos fatos sociais para, da mesma forma, chegar à ciência da sociedade”²²⁸. Munido destas suas experiências, Le Play declara, em tom pessoal: “eu apliquei no estudo das sociedades humanas regras análogas àquelas que meu espírito utilizava na observação de minerais e plantas, construí um mecanismo científico”²²⁹. O autor dedicou boa parte da sua vida na propaganda do seu método e angariou alguns seguidores.

Organizados no entorno da Revista “La science sociale”, seus discípulos orgulhavam-se por terem ido além do seu mestre. Eles teriam aperfeiçoado o método de Le Play, e percebiam isso não como uma deturpação mas como fidelidade as ideias dele de que a ciência está em um contínuo progresso. Henri de Tourville e Edmond Demolins figuram como os fundadores desta escola, e foram responsáveis por inaugurar diversos desenvolvimentos do método de estudo das sociedades legado por Le Play. O crítico literário Sílvio Romero, um “precursor na introdução das ideias de Le Play, Tourville e Demolins na análise da realidade brasileira”²³⁰, distingue as contribuições de cada um destes pensadores:

228 MONERRIS, José Ignacio Garrigós. Frédéric Le Play o la construcción de un método para las ciencias sociales, *Op. Cit.*, p.181.

229 LE PLAY, Frédéric. **Les ouvriers européens**. 1887-79, I, Avant-propos, p.X *apud* MONERRIS, José Ignacio Garrigós. Frédéric Le Play o la construcción de un método para las ciencias sociales, *Op. Cit.*, p.184.

230 DINIZ, Aires Antunes. A Escola Nova de Edmond Demolins segundo Sílvio Romero. **Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação**, *Op. Cit.*, p.5. Segundo Lia Machado, Sílvio Romero foi o intelectual brasileiro pioneiro e com maior responsabilidade na difusão do modelo de pensamento geográfico baseado nas ideias da Escola de Le Play: “As ideias geográficas de Frédéric Le Play e de seu discípulo, Edmond Demolins, ambos entusiastas do método positivista, foram primeiro aplicadas à situação brasileira por um dos mais influentes intelectuais da época, Sílvio Romero (1851-1914)”. Sua adesão, no entanto, não era absoluta e acrítica. Diz Romero: “Desta escola não aceito as ideias católicas dum ou doutro de seus membros. Sigo os processos, as ideias econômicas, sociais e políticas”. Por sua parte, as ideias desta Escola também foram incorporadas na obra de Romero a um universo de referências já estabelecido, sendo combinadas com outras doutrinas, como o spencerianismo: “os processos da escola de Le Play fizeram-me penetrar mais fundo na trama interna das formações sociais e completar as observações exteriores do ensino spenceriano”. MACHADO, Lia Osório. As ideias no lugar: O desenvolvimento do pensamento geográfico

A Le Play deve-se o *método* de observação pelas monografias de famílias e os primeiros esboços de classificação destas; a Henri de Tourville o alargamento do método com a *nomenclatura dos elementos sociais* e com o sistema das viagens e a observação variada em sítios variados [...] a Demolins somos devedores do curioso processo das *repercussões sociais* e de uma mais perfeita classificação dos tipos de sociedades²³¹.

Os seguidores de Le Play reconhecem as limitações do método proposto por seu mestre, e pretendem sanar suas lacunas com inovações teóricas e metodológicas; acreditavam ter aperfeiçoado este método ao expandir seu escopo de investigação para a escala da sociedade e por combiná-lo com uma classificação dos fatos sociais. A nomenclatura dos elementos sociais a que Romero se refere é um sistema teórico, elaborado por Tourville, que estabelece uma hierarquia sobre os fatores mais determinantes na formação das sociedades. É uma classificação de 25 fatos sociais²³², entre os quais estão o “lugar”, o “trabalho”, a “família”, a “religião” e a “cidade”, que permitiriam uma melhor ordenação dos dados produzidos pelo método de observação de Le Play, considerado muito descritivo²³³. Ele não possibilitaria nada muito além de uma forma de coletar e empilhar informações. Já o “novo método” de Tourville permitiria observar as relações e nexos entre eles. Preservando a observação direta e quase etnográfica dos fenômenos, e o pressuposto de que a família é a unidade básica de análise, por ser ela, de acordo com os leplaysianos, o grupo humano mais simples e elementar, abaixo do qual não existe vida social, e onde todos os fenômenos sociais se agarram, Tourville injetava cargas de teoria no método de seu predecessor para tornar possível, ou mais claro para os membros da Escola, como se deveria fazer o movimento de

no Brasil no início do século XX. **Terra Brasilis**, Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, 2, 2000, p. 4; ROMERO, Sílvio. A Escola de Le Play no Brasil (Carta ao Il.mo Sr. Dr. José Oiticica). In: _____. **Brasil Social e outros estudos sociológicos**. Op. Cit., 2001, p. 45; _____. O Brasil social e os elementos que o plasmaram. In: _____. **História da Literatura Brasileira**, Op. Cit., 1960, p.189; CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A “Geografia Social” de Sílvio Romero. **Terra Brasilis**, Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, 2, 2000.

231 ROMERO, Sílvio. Edmond Demolins. In: **Provocações e debates**. Rio de Janeiro: Livraria Chardon; Porto (Lisboa): Imprensa Moderna, 1910, p.83.

232 Nem os integrantes da Escola de Le Play, e nem mesmo José Oiticica, chegam a definir o que entendem por “fatos sociais”, fazendo, portanto, um uso vago do termo. Em 1895, Emile Durkheim, endereçando sua crítica aos leplaysianos ou não, identificava o que considerava um descuido conceitual entre os sociólogos de seu tempo: “Antes de procurar qual método convém ao estudo dos fatos sociais, importa saber quais fatos se chamam assim. A questão é ainda mais necessária porque se utiliza essa qualificação sem muita precisão. Ela é empregada correntemente para designar mais ou menos todos os fenômenos que se dão no interior da sociedade, por menos que apresentem, com uma certa generalidade, algum interesse social [...] Portanto, se esses fatos fossem sociais, a sociologia não teria objeto próprio, e seu domínio se confundiria com o da biologia e da psicologia”. DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p.1.

233 TOURVILLE, Henri. **La nomenclature sociale**, d'après F. Le Play: la science sociale est-elle une science? Paris: Librairie de Firmin-Didot, 1887.

concluir do conhecimento de uma família o conhecimento da sociedade, de um país ou região. Desse modo, a “Nomenclatura” serviria de guia para as pesquisas monográficas.

Já o conceito de *repercussão*, desenvolvido por Demolins, procura apreender, nas palavras do próprio José Oiticica, as significações múltiplas que um mesmo fato pode ter, as formas em que pode “*repercutir-se* em vários sentidos, cumprindo ao método científico indicar o meio de pôr em evidência essa variedade de atuação”²³⁴. Um bom exemplo destes fenômenos na história do Brasil seria, para o autor, a “pesquisa dos veeiros”, que teria contribuído, sem ser seu objetivo inicial, para a “conquista da terra”, demonstrando “como se *repercutem* os fenômenos sociais, ocasionando uns nos outros mudanças de tendências ou, às vezes, renovações completas”. Para Demolins, a família seria o núcleo especial em que todos os fenômenos sociais se repercutiriam, uma vez que ela é, para o autor, o elemento em proveito do qual todo o organismo social opera.

Há uma necessidade entre os proponentes deste novo método em se diferenciar tanto dos “teoricistas” quanto dos “eruditos”. Inspirando-se em procedimentos das ciências naturais, os leplaysianos se definem como aqueles que nem desdenham dos fatos, operando por sistemas teóricos apriorísticos, nem desdenham das teorias, mas que atuam como cientistas, raciocinando a fundo sobre um pequeno número de fatos, em escala reduzida, para chegar ao estabelecimento de leis gerais sobre os fenômenos sociais. Edmond Demolins, no texto “Como analisar e como classificar os tipos sociais”²³⁵, dedicado aos membros da Sociedade de Ciência Social para auxiliá-los no estudo de suas regiões, a que Oiticica se refere ao enviar sua carta a Silvio Romero, propõe um método triplo para o estudo da sociedade. Fazendo uso da “Nomenclatura” formulada por Tourville como uma espécie de peneira, a primeira operação do método seria decompor os fenômenos, separando o que é mais grosso (mais importante) do que é mais fino (menos importante), reduzindo, assim, os fenômenos a seu estado elementar. Este, para os autores, seria um procedimento básico de qualquer ciência, ou seja, reduzir os fenômenos em sua maior simplicidade para poder estudá-los em si mesmos. Feita a decomposição, do simples ao complexo, os fenômenos deveriam ser comparados a fim de que fossem agrupados por semelhanças e diferenças. O terceiro e último processo da ciência social seria a classificação, orientada pela taxonomia da sociedade

234 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910a, p.113.

235 DEMOLINS, Edmond. Comment on analyse et comment on classe les types sociaux. In: DEMOLINS, Edmond; PINOT, Robert; ROUSIERS, Paul de. *La methode sociale: ses procédés et ses applications. La science sociale suivant la methode d'observation*. 19 Anné, Deuxième Période, 1 Fascicule. Paris: Bureaux de La Revue, 1904.

elaborada por Tourville. A comparação entre os fenômenos faria ver um mesmo caráter entre eles e estes fatos similares deveriam, segundo Demolins, serem organizados sob uma mesma denominação (“determinação”) e depois deveriam ser dispostos em uma ordem que demonstrasse como estão uns relacionados com os outros (“coordenação”). Seguindo procedimentos aparentados com o funcionamento das ciências da botânica, da zoologia, e com um instrumento análogo a taxonomia biológica, a Escola de Le Play crê ter construído um método capaz de tornar científica qualquer observação ou investigação dos fatos sociais, desde que nelas se apliquem as etapas da Análise, Comparação e Classificação.

O método histórico de José Oiticica segue, em alguma medida, o método triplo proposto pela Escola de Le Play. Certamente não adota a observação direta como forma de produzir dados sobre a realidade em questão, e também não é orientado pelo pressuposto da família como o ponto de observação privilegiado para se compreender a sociedade em sua totalidade. A sua maneira de “fazer ver” o passado nacional ausente não é microscópica (a “família” na sociedade seria análoga a “célula” num corpo biológico); ela é sinóptica, do início ao fim. As etapas do seu método, entretanto, seguem pelo menos o mesmo vocabulário e atribui a elas uma importância capital. Oiticica, também traçando analogias com a taxonomia com a qual um zoologista, como Martius, procederia, defende que as etapas da classificação e comparação são imprescindíveis para a constituição da história enquanto ciência e, de modo mais amplo, para que qualquer área do saber possa progredir no estudo de suas leis respectivas. Para ele “não houve ciência que se formasse abstendo-se deste poderoso meio de estudo, nenhuma avançou a marcha para a pesquisa de suas leis sem discriminar previamente os fenômenos característicos”²³⁶. É claro que para o autor estas etapas assumem características diferente porque ele não lança mão, em sua integralidade, da “Nomenclatura” proposta por Tourville. Diz ele que “é de rigor seguir o método da moderna escola de ciência social de Le Play e Tourville, embora com as modificações complementares exigidas, ao meu ver, na *nomenclatura* deste último autor”²³⁷. Ao se referir de modo geral sobre o método da ciência social elaborada pela Escola de Le Play, diz Oiticica:

O defeito capital desse método é ser demasiadamente dedutivo, partindo sempre dos facies geográfico para dele derivar o caráter da sociedade. Não discrimina bem os dois aspectos essenciais sob os quais somos obrigados a considerar todas as coisas, objetos, organismos, instituições: o *estático* e o *dinâmico*. Por isso, conquanto se refira a *história da raça*, ao *futuro da raça*, etc. não nos fornece os meios de estudar

236 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910a, p.117.

237 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910b, p. 299.

com ordem as *variações históricas*, nem o *papel atual da raça no mundo*.²³⁸

Talvez José Oiticica fosse criticado pelos leplaysianos por ser demasiado “teoricista”. A crítica de José Oiticica ao método dos leplaysianos não está tanto em seu suposto determinismo geográfico mas na ausência de um sistema que explique os fenômenos sociais em sua totalidade. Por isso que oferece um “complemento filosófico” ao método social da Escola de Le Play, a fim de torná-lo mais indutivo, mais amplo, e que possibilite a apreensão da história do Brasil a um só tempo. Para isso, lança mão da sua “teoria das energias”, deslocando a predileção da Escola pelo meio geográfico e a hierarquia de determinações fixada pela “Nomenclatura” de Tourville, que postula a preeminência do meio, com a atividade do trabalho que se coloca sobre ele, como os meios de existência que demarcam as formas possíveis de família, que, por sua vez, definem um tipo de sociedade. O autor, assim, conjuga um sistema teórico de formulação muito particular com alguns conceitos e operações metodológicas da Escola, percebidas como necessárias para tornar científica qualquer investigação sobre o passado. Ao empregar este “*método geral* de análise ao estudo da sociedade ele nos dará forçosamente o conhecimento completo do seu *modo de ser*”²³⁹. Em tom de síntese, Oiticica concentra as ideias sobre seu método histórico em um parágrafo:

para escrever a nossa história devemos antes de tudo verificar as forças naturais favoráveis ao desenvolvimento da força humana que aqui veio achar campo de crescimento e quais as forças oponentes; determinar os problemas que surgiram e, de acordo com eles, classificar os fatos para, em seguida compará-los e descobrir como foram esses problemas resolvidos, onde os erros, onde os acertos. Finalmente, indagar quais as tendências atuais da nossa sociedade e quais os problemas urgentes a resolver para o desenvolvimento da nação. A história será, nesse caso, legitimamente, a *mestra da vida*.²⁴⁰

As primeiras duas etapas do método, verificar as forças e discriminar os problemas, seria parte das operações de síntese, que, para o autor, são o trabalho de “concepção dos problemas históricos e sua evolução”. As etapas da classificação e comparação fariam parte do trabalho de análise, que, para o autor, não seria o mesmo que “pesquisa minuciosa de fatos”, tarefa reservada exclusivamente aos eruditos. O termo análise utilizado por Oiticica, ainda que possa aparentar se referir ao trato com documentos e sua respectiva crítica, em seu caso, faz parte, contudo, do domínio das faculdades mentais de atribuição de sentido. Ela seria

238 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.190.

239 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910b, p. 299.

240 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910b, p. 299.

o “estudo comparativo dos fatos para determinar o valor de cada qual, a sua significação, a sua extensão, e sua intensidade”. Oiticica demanda que estas duas virtudes, a análise e a síntese, atuem simultaneamente na prática do historiador, porque, para o autor, o “estudo da sociedade” é “obra de análise, mas seu fim para a história uma vasta síntese”. Referindo-se a estudos de psicologia que dividem “as mentalidades em indutivas puras, dedutivas puras e mistas”, Oiticica afirma que somente um historiador dotado de um espírito sintético e analítico, acumulando em si dois dons, “logrará ser um *historia conditor*²⁴¹”. E como se vê, para Oiticica, estas duas operações intelectuais necessárias para a execução dessa obra coexistem mas não de maneira simétrica: uma está a serviço da outra.

O historiador moderno, no entendimento de Oiticica, seria identificado pela realização do trabalho teórico, relegando a praticantes de saberes vistos como inferiores tarefas manuais de encontrar e coligir documentos, e de atestar sua autenticidade (a principal contribuição, segundo Capistrano de Abreu, de toda a obra de Varnhagen). Para Oiticica, “o historiador filósofo maneja os elementos definitivamente assentados pela erudição paleográfica e, onde minguam eles, releva indicar a falha para a suprimirem os eruditos”²⁴². José Oiticica concorda com o diagnóstico de Alexandre Herculano sobre o estado da historiografia do seu tempo, que atribuía sua pobreza não à incompetência dos homens de letra da sua terra mas a um hábito de demandar deles um esforço duplo: coligir dados, verificar a autenticidade dos fatos, e determinar um sentido para eles. A culpa, para Herculano e Oiticica, está em quem não respeita esta divisão do trabalho do historiador, em “em quem pretende que o arquiteto dê o traço do edifício e carreie para ele a pedra e o cimento”²⁴³.

Deste modo, o historiador não deveria se preocupar com o estudo de processos muito específicos ou restritos temporal e espacialmente. Seriam estes mesmos eruditos os encarregados deste tipo de pesquisa, da qual o historiador seria apenas o leitor, tomando-as como dados brutos a serem manipulados na produção da síntese. Verificar os “sucessos de incorporação dos íncolas brasileiros à sociedade” por meio da catequese, das entradas ou das bandeiras, seria, por exemplo, o “trabalho de monografias preliminares de que tanto carecemos”²⁴⁴. A erudição passa, assim, a ocupar um lugar secundário na configuração de saberes imaginada por Oiticica, mas ela continua sendo imprescindível para o trabalho do historiador. Para o autor, “a síntese científica depende, absolutamente, da erudição”. É da

241 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.199.

242 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.185.

243 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910b, p.299.

244 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.185.

“ação esgaravatadora dessa, do seu trabalho miúdo e de reconstituição dos sucessos que o filósofo apanha os seus materiais, os classifica e coordena até abraçá-los num golpe de vista geral e exato”²⁴⁵.

O historiador moderno de José Oiticica também assume uma postura em particular em relação ao presente. Como indica o excerto anterior, ele deve estar comprometido com os problemas urgentes e tendências de seu próprio tempo e o seu trabalho enquanto historiador deve agir sobre sua própria época, contribuindo para o desenvolvimento de sua nação. É como se Oiticica manejasse algumas ideias que retrospectivamente identificamos como caras a concepção de “história-problema” da tradição historiográfica francesa dos *Annales*, para quem o trabalho do historiador é produto de um jogo recíproco entre passado e presente²⁴⁶: tanto porque seria inevitável, posto que, mesmo que inconscientemente, um “questionário” originado pelas angústias do historiador imerso em seu presente precederia qualquer narrativa sobre o passado²⁴⁷, mas também porque deveria partir do historiador a intenção de fornecer, através de seu ofício, “os mais ricos elementos de solução para os problemas que perturbam os homens em seu tempo”²⁴⁸. Também Paul Lacombe, em seu “A história considerada como ciência”, define o trabalho do historiador como resolução de “problemas históricos”. Um capítulo de seu livro é dedicado a demonstrar, por exemplos, como os historiadores poderiam aplicar nestes problemas as suas ideias sobre as verdadeiras causas históricas e quais os métodos seriam adequados para discerni-las. Uma das frentes de trabalho do historiador, para Lacombe, que o diferenciaria do sociólogo, seria formular e trabalhar interrogações que tematizam quais foram as causas de mudanças em uma determinada instituição. Na sua perspectiva não há, no entanto, uma demanda manifesta de um historiador comprometido com o seu presente, apesar de o grau de generalidade das perguntas sugeridas por Lacombe apontar para isso²⁴⁹.

245 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910b, p.298.

246 HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, p. 145.

247 BLOCH, Marc. **Apologia da história**, ou, O ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p.78.

248 FEBVRE, Lucien. Contra o vento: manifesto dos novos *Annales*. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogerio Forastieri da. **Nova história em perspectiva**. Vol 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p.84.

249 Para tornar mais clara a proposta de Paul Lacombe talvez seja necessário apontar alguns exemplos de “problemas históricos” sugeridos pelo autor. São questões que se perguntam sobre a existência de certas configurações políticas. O primeiro deles é: “as nações cuja área geográfica é grande estão mais determinadas que as pequenas a ter um governo despótico, como parecem indicar os fatos históricos?”. O segundo: “a constituição do chamado governo parlamentar, que tem sido específico da Inglaterra, é um resultado devido ao gênio da raça, a uma imanência qualquer que seria comum a todos os ingleses ou o resultado das circunstâncias?”. É comum também, ao longo da exposição da sua concepção de história, surgirem exemplos de perguntas que tematizam a causa dos fenômenos. O exemplo da interrogação sobre a causa da invenção da imprensa ilustra bem a delimitação de Lacombe do trabalho do historiador: aquele que

A concepção de história de José Oiticica poderia ser entendida como uma “história-problema” mas a seu próprio modo. É certo que o autor exige do historiador uma atenção aos problemas do seu tempo, e, em certa medida, o presente está como um ponto a partir do qual emergem as questões que orientam a escrita da nação. A sua concepção de “problema”, contudo, é aquela bem particular oriunda da sua “teoria das energias”. Nesse sentido, “problemas” não são questões ou dilemas de ordem social vivenciadas pelo historiador em seu presente – como no caso dos *Annales* – ou perguntas sobre processos históricos – como no caso de Lacombe. “Problemas”, para Oiticica, são os momentos decisivos do processo de formação do Estado-nação moderno no Brasil. São pontos fulcrais que se encontram tanto no passado como no presente, e que são também avistados no futuro. O “problema da hegemonia”, por exemplo, do qual se falará mais detidamente em breve, é previsto por Oiticica como uma passagem necessária a ser percorrida pelo Brasil, assim que a nação estiver, de algum modo, consolidada no país, caso ele queira pertencer ao conjunto das nações modernas. A fórmula “história-problema” pode ser útil para captar o aparato teórico mobilizado pelo autor, articulando sua concepção do trabalho do historiador com a filosofia da história e da natureza que subjaz a narrativa por ele proposta, que estabelece uma linha condutora dos acontecimentos em direção a um futuro previamente definido.

A história da nação de José Oiticica

À primeira vista, no nível de suas “ideias gerais”, Von Martius e José Oiticica compartilham um vocabulário similar. Em sua “Dissertação”, o botânico Martius afirma ser a história do Brasil muito particular porque nela os elementos que “concorreram para o desenvolvimento do homem” são “elementos de natureza muito diversa”. O encontro verificado nesta porção do continente americano seria, para ele, entre três raças humanas “inteiramente diferentes”, uma situação nunca antes constatada na história antiga, que apenas teria visto desenrolar em seu curso o contato e mescla entre povos da mesma raça. A nação inglesa, de acordo com o autor, teria a sua energia, firmeza e perseverança erigida graças à

se preocupa com a mudança. Ainda sobre esse tema, uma outra maneira de formular um “problema histórico”, na acepção do autor: “Que relação direta há entre a invenção da imprensa e o descobrimento da América?”. Todas estes exemplos dão uma boa ideia de como Lacombe concebe o ponto de partida da escrita da história não em períodos mas em interrogações, o que o aproxima, de alguma forma, dos historiadores da tradição dos *Annales*. LACOMBE, Pierre [sic]. **La historia considerada como ciencia**. *Op. Cit.*, 1948, p.222-223; p.275.

combinação dos elementos dos povos céltico, dinamarquês, romano, anglo-saxão, e normando. No caso do Brasil, raças de “índole moral e física”²⁵⁰ muito particulares e diversas teriam se reunido para “formar uma nação nova e maravilhosamente organizada”. Cada uma destas raças constituiria uma espécie de “motor especial” que desempenharia um “movimento característico e particular” segundo a sua “índole inata”. O contingente de influência de cada uma delas na formação do caráter brasileiro, “nas relações mútuas e mudanças d'essas raças”, teria sido proporcional à “energia, número e dignidade da sociedade de cada uma” delas. Para Martius, “o português se apresenta como o mais poderoso e essencial motor”, seja por ter sido o “descobridor, conquistador e senhor”, ou por ter criado condições para “um reino independente”. Mas as raças inferiores também reagiram sobre esta raça dominante, reconhece Martius, e, por isso, “as forças dos indígenas e dos negros importados” não podem ser desprezadas. Portanto, atuando estas forças em diferentes sentidos e cada uma com uma intensidade própria, a história do Brasil, de acordo com o botânico alemão, “se deverá desenvolver segundo uma lei particular das forças diagonais”²⁵¹.

Nota-se que tanto Martius quanto Oiticica empregam analogias com o mundo natural e o aparato conceitual das ciências físicas para elaborar suas matrizes de interpretação da história. No âmbito dos seus postulados, contudo, há uma diferença no uso de noções como “força” e “energia” entre um modelo outro, e ela reside nas diferentes posições que a noção de raça ocupa em cada um deles. Se em Martius, como já demonstrado, ela é central (e sua centralidade é tratada como uma evidência), para Oiticica, “em história a *raça* não tem nenhum valor”. O autor brasileiro estabelece um combate aberto a uma tradição de grande predominância no século XIX e que ainda se expressaria em contemporâneos seus. Para ele, “urge rejeitar qualquer explicação social baseada nela, como o fizeram Taine e Tarde”²⁵². Entre Martius e Oiticica existe uma diferença gritante sobre suas concepções a respeito da interferência do “fator raça” no destino das sociedades e dos indivíduos. Se para Martius uma determinada “índole” estaria contida na raça, a funcionar como um agente ou um limitante das ações, para o brasileiro, uma raça em específico “não tem virtudes nem capacidade diferente das demais raças humanas”²⁵³.

A crítica de Oiticica à noção de raça corrente no fim do século XIX brasileiro ressoa

250 MARTIUS, Karl Friederich von. Como se deve... In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Op. Cit.* 2010, p.65.

251 MARTIUS, Karl Friederich von. Como se deve... In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Op. Cit.* 2010, p.64.

252 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910c, p.185.

253 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910c, p.185.

as posições de Paul Lacombe, também crítico da raciologia de seu tempo²⁵⁴. O pensador francês distingue as noções de “raça” e “gênio da raça”, definindo a primeira como traços corporais que as diferenciam de populações de outras raças, e a última como tomar estas particularidades fisiológicas para delas derivar diferenças psicológicas, comportamentais, ou, como faria Taine, para com elas explicar “todas as coisas: literatura, belas artes, história social, religiosa, política”. Assim, Lacombe reconhece a existência da raça, desde que assim como anteriormente definida, e afirma que elas podem produzir algum efeito diferenciado, mas nega que ela poderia “chegar a converter os homens em aptos para fazer coisas que as outras raças não podem fazer, e vice-versa”²⁵⁵. Até mesmo porque, para Lacombe, as instituições sociais podem anular facilmente as particularidades raciais.

Por mais que a ideia de cruzamento de energias proposta por Oiticica mantenha como *leitmotiv* de sua história o tópico da história do Brasil como uma mescla de diferenças, de contrastes, resguardando a ideia de que o Brasil é o resumo da integração de elementos díspares²⁵⁶, por outro lado, abandona-se, pelo menos no âmbito dos postulados, o argumento, perpetrado tanto por Martius, passando por Sílvio Romero, até chegar a Gilberto Freyre, de que o Brasil se define pela raça²⁵⁷. Por sua vez, inspirado em alguns postulados da Escola de Le Play²⁵⁸, Oiticica considera como fatores mais preponderantes em história o meio físico e geográfico, e o que poderíamos chamar, através de um linguajar contemporâneo, de cultura:

Em história não devemos encarar senão os *povos*, isto é, homens com um passado definitivo, uma tradição dominadora, uma tendência mais ou menos certa, um tipo perfeitamente determinado. Se dois ou mais povos se fundem são as ideias em conflito, os problemas em andamento, os entrecosques de usos e costumes o que importa frisar. As qualidades da raça não dizem nada porque a mesma raça varia de caráter se muda de meio topográfico.²⁵⁹

Disto, pode-se concluir que, diferente do entendimento de Martius, em Oiticica a raça não é um vetor pelo qual atravessariam energias favoráveis ou oponentes, muito menos seria ela um “móvel geral”. Seriam outros os fatores que agiram no curso das correntes de energia, e que criariam condições propícias ou se colocariam como obstáculos ao seu acúmulo

254 LACOMBE, Pierre [sic]. **La historia considerada como ciencia**. *Op. Cit.*, 1948, p.256.

255 LACOMBE, Pierre [sic]. **La historia considerada como ciencia**. *Op. Cit.*, 1948, p.257; p.269.

256 VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**, *Op. Cit.*, 1991, p.48.

257 SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.247.

258 DEMOLINS, Edmond; PINOT, Robert; ROUSIERS, Paul de. *La methode sociale: ses procédés et ses applications*. **La science sociale suivant la methode d’observation**. 19 Anné, Deuxième Période, 1 Fascicule. Paris: Bureaux de La Revue, 1904.

259 OITICICA, José. *Como se deve...*, *Op. Cit.*, 1910d, p.185-186.

e desenvolvimento. A “tradição” e a “influência do meio” são elencadas por ele, por exemplo, como um possível empecilho para isto, e os “costumes recebidos”, por outro lado, são vistos como parte dos possíveis “móveis” dos atos humanos, por meio dos quais se originariam as necessidades humanas²⁶⁰.

O fator meio geográfico no sistema da história de José Oiticica não é tão proeminente em determinar o destino de um agrupamento humano tal qual postulariam os leplaysianos como um quase fatalismo através da analogia entre o molde de argila e o meio, a partir do qual o vaso e também a sociedade tomariam forma. Oiticica aconselha que se estude “a fundo o meio geográfico” brasileiro porque, no seu entendimento, determinadas zonas geográficas, os cinco núcleos primitivos definidos por Martius e cuja discriminação foi firmada por Sílvio Romero (Pará, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Maranhão), podem produzir efeitos sobre os “tipos sociais” que ali se estabelecerem, suscitando adaptações e mudanças no tipo. Para o autor, “conforme as condições geográficas, no seu sentido mais amplo, esses núcleos ou zonas atuam decisivamente na constituição das sociedades aí desenvolvidas. Podem mesmo fornecer tipos sociais díspares, mal grado a comunidade de origem”²⁶¹. Para se estudar esses processos de interação entre os tipos sociais e o meio em que se inserem José Oiticica aconselha ser “de rigor seguir o método da moderna escola de ciência social de Le Play e Tourville, embora com as modificações complementares exigidas, ao meu ver, na nomenclatura deste último autor”. Também Oiticica aconselha o cultivo da geografia como a segunda ciência, junto com a psicologia, que o historiador deveria ter como recurso imprescindível para “passar em revista os fatos da nossa história”. Sem o conhecimento do cenário da vida brasileira, e as concepções modernas de geografia desenvolvidas por Ritter e Ratzel, que as distanciam das práticas compilatórias da cartografia e de dicionários, o historiador faria obra estéril²⁶².

Uma visualização inicial e panorâmica de sua proposta de divisão de capítulos da história do Brasil aponta para uma outra diferença com Martius. O propósito principal da história desejada pelo republicano brasileiro não é identificar as influências e reciprocidades (mesmo se fosse em termos culturais) do negro, do indígena e do africano na formação do brasileiro e de suas peculiaridades frente a outros povos ou raças. A composição de “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freyre talvez seja um bom ponto de vista para se pensar sobre

260 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.192.

261 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910b, p.299.

262 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.202.

este aspecto. A divisão de seus cinco capítulos, um para o elemento português, outro para o indígena, e dois para o negro, é flagrante de sua apropriação das ideias de Martius sobre a miscigenação e sobre a questão que orientaria a obra (ainda que seja uma apropriação bastante particular, uma vez que, entre outras singularidades passíveis de serem destacadas, das poucas linhas dedicadas ao negro por Martius, Gilberto Freyre faz dois longos capítulos que resultam na metade de sua obra, e por conceder centralidade a questões culturais, e por conta de sua ideia do autor brasileiro de que as “leis de forças diagonais” de Martius obedeceria a um princípio de “equilíbrio de antagonismos”²⁶³). A divisão dos capítulos da obra desejada por Oiticica seguiria a sua “teoria das energias”, e conferiria centralidade aos *problemas* para a estruturação de sua narrativa.

Correspondendo ao método exposto acima, o historiador de José Oiticica deveria seguir duas etapas iniciais antes de começar a narrar a história do Brasil através dos “problemas”. Em primeiro lugar, ele deveria identificar as “forças” que se apresentaram como um obstáculo ou como facilitadoras do processo de colonização, conduzido pelos portugueses, que acabou por formar o Brasil. Ele deveria, dessa forma, analisar o caráter do tipo social dos portugueses na época da conquista, avaliando suas forças físicas, mentais, morais, práticas e sociais. Por outro lado, deveria estudar o meio brasileiro, as condições da fauna, da flora, da hidrografia, da geologia, da topografia, e, através dos contrastes ou consonâncias visualizadas, determinar os “problemas”, discriminando as forças concorrentes e oponentes deparadas pelos colonizadores pela “situação especial da terra a povoar”. Imediatamente, Oiticica sugere a sua compreensão sobre este aspecto, apontando para a inaptidão e despreparo dos portugueses para realizarem a empresa de colonização. O autor reforça, desta forma, a ideia de uma desproporção colossal entre o colonizador português do século XVI, e o vultoso meio brasileiro. Portugal era uma nação fraca, sem riqueza própria, e esta disparidade com o território americano foi apreendida por Oiticica com a imagem de que “o Brasil foi um mundo explorado por liliputianos”. A desproporção não seria somente entre os portugueses e o Brasil mas no próprio caráter do português colonizador. Ele seria um “misto de superstição, bravura inconsciente e indisciplina. A massa colonizadora era a besta musculosa, sem aspirações e sem cultura, sem freio e sem domínio de si mesma”. Se o portugueses eram liliputianos ou uma besta musculosa o projeto de colonização e o sucesso de sua realização só poderiam ter se originado de um “heroísmo instintivo”, ideia de Oliveira Martins citada por Oiticica.

263 NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de História**. *Op. Cit.*, 2011, p.439.

Assim, se em algum momento as conquistas deram certo em seus propósitos, isto teria sido um caso mais de sorte do que de prudência e preparo ou do que um feito baseado na racionalidade.

Seguindo uma divisão linear e processual, os seus capítulos seriam distribuídos de acordo com os problemas que, no entendimento de Oiticica, constituiriam a história do Brasil. Estariam eles dispostos entre problemas “gerais” e “secundários”, e seriam divididos entre os problemas enfrentados na obra de colonização da Terra de Santa Cruz e os problemas pertinentes à vida independente da nação brasileira, situados tanto no século XIX como no futuro. Desta forma, a narrativa de sua história do Brasil iniciaria, após as etapas precedentes sobre o tipo social português e o meio brasileiro, com a narrativa das medidas tomadas pelos colonizadores para assegurar a posse do território ocupado, considerando o contexto de pirataria e concorrência na partilha do Novo Mundo. Este constituiria o “problema da defesa da terra”. A avaliação da resolução deste problema deveria ser realizada até os dias atuais, segundo o autor, apenas considerando-se a diferença entre a função antes exercida pela metrópole e que a seu tempo seria realizada pelo governo do país contra estrangeiros.

Em seguida, a narrativa de Oiticica trataria dos processos de interiorização da colonização e estabelecimento dos portugueses no território. Este problema, da “conquista da terra”, teria como forças oponentes a própria vastidão do território brasileiro e a oposição das populações indígenas, sendo fatores determinantes da resolução deste problema ainda não resolvido definitivamente, segundo o autor. As missões, atuantes também no problema da “constituição da sociedade”, como já mencionado, figurariam no problema da conquista da terra como forças concorrentes, cooperando na obra de “apossamento do território”, ainda que a catequese não possuísse em si este objetivo em vista. A parte intermediária da história do Brasil de Oiticica é dedicada aos problemas motivados pela ambição por riqueza, obtida pela “indústria extrativa”, seja pela lavoura de cana-de-açúcar como pelas minas, por meio da mão de obra negra e indígena. O primeiro deles, o “problema do cultivo do solo”, explicado seu surgimento pela “pressão das circunstâncias”, e que originou o fenômeno do tráfico de escravos e as bandeiras e entradas. O segundo, o da “procura das minas”, fruto de uma “ideia absorvente” que moveria os colonizadores desde o princípio de seu contato com o território americano. Está propositadamente ausente de seu plano o problema do mercado de consumo interno porque, para ele, o comércio e a indústria na história colonial do Brasil “não se

elevaram quer um quer outro à condição de problemas históricos”²⁶⁴.

A história da colonização da América portuguesa terminaria, de acordo com o plano de José Oiticica, com uma narrativa sobre a formação o “tipo social” brasileiro, resultante do contato de “três elementos díspares”, o branco europeu, o negro africano e o índio americano. Apesar das deficiências de estudo e materiais sobre cada um deles, seria necessário determinar o tipo social de cada elemento e definir o quinhão de cada um neste processo, considerando que nem todos concorreram com parcelas iguais. Aqui ecoa a metáfora dos rios de Martius, e José Oiticica cita o historiador português Oliveira Martins para defender a centralidade do elemento português na formação da nacionalidade brasileira. A história do Brasil, para o republicano brasileiro, seria a narrativa de como os portugueses, enxertados de indígenas e negros africanos, lograram fundar uma nação na América do Sul. E mesmo com a entrada de “elementos estrangeiros” com as imigrações ao longo do século XIX e, sobretudo, na virada para o século XX, Oiticica defende que “temos sido em nosso organismo nacional exclusivamente portugueses”²⁶⁵. O problema da constituição da sociedade deve levar em conta também a inserção dos elementos no meio brasileiro, como já mencionado, destacando as adaptações de acordo com cada zona geográfica e as evoluções dos tipos. Seria preciso avaliar como as tendências herdadas pelas comunidades de origem se conformaram às novas tendências impostas pelo meio brasileiro.

A questão da “formação do tipo social brasileiro”²⁶⁶ foi apontada por Oiticica ao examinar em seu “Como se deve escrever a história do Brasil” a “Dissertação” de Martius. Ele se refere também a ela ao falar sobre os modos de “sujeição do índio”, afirmando a importância de se estudar os aldeamentos jesuítas também pelo motivo de sua atuação na formação da sociedade brasileira. Diz o autor que “a vida íntima dos índios aldeados não nos é amplamente conhecida, mormente nas suas relações com os colonos, e é mister que se conheça, se quisermos apreender uma face notável de constituição da nossa sociedade. A observação se estende à vida dos negros africanos, aliás melhor sabida”²⁶⁷. Esta discussão é, no entanto, sempre alocada para o capítulo específico (mas não por isso menos importante e complexo, na visão de Oiticica²⁶⁸) do “problema da constituição da sociedade”, e não assume a razão de ser do seu modelo. O que seria central, então, na proposta do “Como se deve

264 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.188.

265 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910b, p.292.

266 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910a p.113.

267 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.185.

268 Para o autor, “de todos os problemas secundários o mais complexo de expor nas suas fases históricas é o da constituição da sociedade”. Cf. OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.189.

escrever a história do Brasil” de José Oiticica? Qual seria o mote principal de sua desejada história se não é apontar para a reciprocidade da índole de cada uma das três raças humanas na formação da nação brasileira? Podemos dizer que, em termos gerais, a sua preocupação aparenta ser determinar um sentido para a história do Brasil, um sentido que todas as nações e sociedades tenderiam a percorrer, cada uma encontrando neste devir, contudo, algumas peculiaridades que acelerariam ou prorrogariam a realização deste sentido. Em termos mais específicos, e tal como postulado por sua filosofia da história e da natureza, o objetivo da sua almejada história é identificar, no processo de “eficientização”²⁶⁹ energética da máquina social brasileira, as forças favoráveis e opositoras ao desenvolvimento da força humana na história do Brasil. Assim, mostram-se as marcas de uma narrativa história sinóptica. Situando-se do ponto de vista do Estado-nação do futuro, seguramente consolidado e extremamente eficaz, José Oiticica consegue tecer como um todo os acontecimentos particulares da história do Brasil, as diversas energias que, segundo ele, em um fluxo constante, constituem o passado nacional, seus choques, disputas, concorrências e confluências.

A escrita desta história tomaria este sentido e a condição do presente do Brasil na virada de século como um fato em direção do qual caminharia a história. Os problemas gerais situados no século XIX são norteados pelo sucesso de acontecimentos que, a seu tempo, não estariam previamente definidos. O processo de emancipação política do Brasil, por exemplo, é concebido como um dado, bastando ao historiador discernir, no capítulo que trata deste capítulo em específico, discernir quais foram “os elementos favoráveis, as forças concorrentes (e opostas) à emancipação nacional”²⁷⁰. Para o autor mesmo as forças favoráveis a independência deveriam ser procuradas em Portugal, destacando a sua fraqueza decorrente da invasão napoleônica. A história colonial do Brasil também deveria ser estudada de modo a verificar “as necessidades do povo brasileiro em formação”, os desejos da sociedade nascente, e a ambição de liberdade nela contida. O autor faz uma ressalva, no entanto, estabelecendo um paralelo com o caso da América do Norte, e afirma que, no caso brasileiro, o problema da independência é autônomo ao problema da formação nacional. De acordo com Oiticica, no Brasil as aspirações de libertação do jugo português produziram uma mera “luta contra o monopólio”, “sem a mínima consideração pelo modo de estabelecimento da nacionalidade”, o que, inclusive, explicaria a hesitações posteriores na busca por uma orientação política.

269 Este termo não se encontra no “Como se deve escrever a história do Brasil” de José Oiticica. Ele é de cunho do autor desta dissertação.

270 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910c, p.420.

Portanto, não haveria uma “natureza no povo” ou uma “necessidade orgânica no movimento” que demandasse um tipo específico de regime político compatível com a nação. Não seriam eles, de acordo com Oiticica, republicanos ou monarquistas antes da independência.

Uma formulação parecida ao do problema da independência poderia ser projetada para o “problema da formação nacional”: quais os elementos favoráveis, as forças concorrentes (e opostas) à “formação da consciência e unidade nacional”? Para o autor, o Império e a índole dos dois imperadores foram fatores essenciais da formação da nacionalidade, as forças favoráveis por excelência, responsáveis por realizar uma suave transição ao regime republicano, sem a qual eventos ainda mais nefastos do que os que acometeram as demais repúblicas na América teriam ocorrido no Brasil o início do século XIX. Outras foram as forças concorrentes que contribuíram para “robustecer no povo a consciência de nacionalidade”: as estradas de ferro, as publicações de códigos de leis próprios, a imprensa, o telégrafo, a navegação marítima e fluvial, as guerras externas. Reconhecendo o caráter artificial da nacionalidade, Oiticica atribui à educação política dos dirigentes e homens de letras levado a cabo pelo Império o grande fator que auxiliou na construção da unidade política, da consciência de fraternidade e da aliança em um destino comum. Apesar de aparentemente fixada com o estabelecimento da República, a nacionalidade não estaria ainda completamente formada, cabendo aos seus contemporâneos, no entanto, não interferir neste processo que se desenvolverá por si mesmo.

No “Como se deve escrever a história do Brasil” de José Oiticica, um determinado futuro, idealizado pelo autor, e parcialmente construído em seu presente, ilumina o passado da nação brasileira. A narrativa proposta por Oiticica seria, assim, organizada por um *telos*, que, de seu fim (como que externo), apontaria para uma linha condutora (invisível na escala do ponto de vista dos agentes) de todos os acontecimentos particulares da história do Brasil. Mas qual seria este futuro ideal e específico da sociedade brasileira nos termos do autor? A satisfação total das necessidades humanas possibilitadas pelo acúmulo de energia implicariam, segundo o autor, em um estado de equilíbrio entre nações (e suas respectivas energias), o “resultado fatal da história”, a acontecer, contudo, em um futuro “remotíssimo”²⁷¹. Esta situação de “paz absoluta”, acabada a “concorrência entre as nações”, seria garantida pela hegemonia (“no sentido etimológico do vocábulo”, como condução ou aquele que guia, “sem a acepção odiosa deturpadora do termo”) dos Estados Unidos da América em termos

271 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910c, p.424.

mundiais, e do Brasil na América do sul. Oiticica, inclusive, parece caracterizar esta “luta pela hegemonia” como um correlato a um motor da história, podendo-se “afirmar, com segurança, que ele [o problema da hegemonia] domina atualmente todas as nossas correntes históricas”, que ele é “de todas as eras, de todos os povos, de todas as condições sociais”, e que ele “é uma condensação de todo o passado e um programa de todo o futuro próximo”²⁷². E o autor inclui o Brasil neste processo ao afirmar que “depois de organizada indestrutivelmente a nação, surge nos nossos dias novo problema geral: a 'hegemonia sul-americana', com a qual o Brasil afrontará o problema futuro do 'equilíbrio universal', fim de toda história”²⁷³.

Segundo Any Marise Ortega, os colaboradores da Revista Americana expressariam, em termos de política internacional a visão kantiana de política desenvolvida pelo filósofo alemão através da noção de “paz perpétua”²⁷⁴. É possível pensar que o fim da história idealizado por José Oiticica se aproxima também desta ideia, mesmo que não utilize literalmente este termo, e, sim, como referido acima, a expressão “paz absoluta”. Segundo Norberto Bobbio, a paz perpétua de Immanuel Kant seria a projeção de uma situação futura na qual haveria uma associação de estados “na qual os componentes permanecem num nível de colaboração entre iguais”²⁷⁵. Por isso, ela se configuraria como uma federação, sem instituir um poder soberano, sem dar origem a um Estado acima dos outros estados (um “superestado”). O efeito desta associação seria diferente a de um mero “tratado de paz” porque ela não visaria apenas arrefecer uma guerra em especial mas o próprio fenômeno da guerra em si e para sempre²⁷⁶. A diferença entre o pacifismo de Kant e o pacifismo de Oiticica é que o republicano brasileiro visualiza a entrada nesta época do estabelecimento do princípio de igualdade entre os estados não tanto por termos jurídicos, políticos, ou democráticos, como veria Kant, mas por termos econômicos. Uma vez que a causa da concorrência entre as nações (uma espécie de guerra controlada) pode ser entendida, de acordo com Oiticica, como a disputa por recursos energéticos que possibilitariam a satisfação das necessidades, a partir do momento em que todas nações estivessem alcançado o estágio de alto rendimento e acúmulo de energias (umas por desenvolvimento próprio, outras pela condução destas nações avançadas), a paz internacional se estabeleceria automaticamente, sem ser necessário nenhum acordo formal ou constituição em específico.

272 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910c, p.423-424.

273 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910c, p.423.

274 ORTEGA, Any Marise. A construção de uma ideologia continental no início do século XX. *Op. Cit.*, 2003.

275 BOBBIO, Norberto. **Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant**. São Paulo: Mandarim, 2000, p. 255.

276 BOBBIO, Norberto. **Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant**. *Op. Cit.*, 2000, p.261.

Como mencionado anteriormente, o aperfeiçoamento da educação seria o caminho através do qual o Brasil poderia acelerar a chegada deste estágio futuro de eficiência energética (por desenvolvimento próprio). Isto porque, para o autor, as forças individuais e sociais apenas podem ampliar a sua capacidade de manipular as forças cósmicas, transformando-as em força humana, pelo avigoreamento proporcionado exclusivamente pela educação. Na sua compreensão, energia, educação e hegemonia são conceitos correlatos, sendo um o corolário do outro (de modo que, por exemplo, se ele fala em “energias morais”, é de se esperar que exista uma “educação moral” e, por fim, uma “hegemonia moral”). Não seria forçoso dizer que, para o autor, a educação seria, portanto, o recurso de mediação entre as energias cósmicas e o fim da história, uma vez que ela seria condição para que um povo pudesse exercer *hegemonia* sobre outros povos, e, assim, conduzir a humanidade para um estado perpétuo de paz e estabilidade. Diz Oiticica, reverberando as palavras carregadas de expectativa de Von Martius sobre o Brasil, um “país que tanto promete”²⁷⁷, que “a nação que zelar com igual carinho para essa preparação racional do povo conseguirá, forçosamente, centuplicar as forças concorrentes, diminuirá as oponentes, tendo estrada franca para a hegemonia decisiva, se dispõe, como nós, de recursos inesgotáveis”²⁷⁸.

Na proposta de escrita da história do Brasil de Oiticica, o *problema* da educação é uma subdivisão do *problema* da organização nacional, no qual “todos os demais problemas se absorvem [...] pois resume a nossa mesma vida de país independente”. Neste problema de suma importância estão compreendidas todas as tarefas e medidas do Estado que, a partir de 1822, se empenharam no grande projeto de “criar a nação”, e de fazê-lo guiar-se por si mesmo; pretendendo retirá-lo da condição de “aglomeração de feitorias a sugar” por meio da fundação de instituições administrativas e políticas, jurídicas e econômicas, que concentrassem energias e as trilhassem para um fim útil. O problema secundário da educação está, para o autor, no centro do problema da organização nacional, sendo a definição de uma ou de outra quase sinônimas. Oiticica ressalta, contudo, que em toda história do Brasil “tudo se fez muito sem plano e sem plano se vai muita coisa fazendo hoje por falso entendimento do nosso destino atual”²⁷⁹, do sentido da história que a sua filosofia da história permite entrever e, munindo os dirigentes da nação, poderia conformar todas as medidas particulares e atos de governo isolados em torno dele. Também a educação, a seu ver, estaria sendo desprezada ou

277 MARTIUS, Karl Friederich von. Como se deve..., In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Op. Cit.* 2010, p.63.

278 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.198.

279 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.193.

mal conduzida pelos dirigentes do país:

O problema da educação, por exemplo, irresolvido até agora, vai desgarrando, cada vez mais, do rumo da boa solução, pois a julgar pelos livros dos competentes e pelas decisões dos responsáveis, andam eles tão imbuídos da anarquia pedagógica da França, que nenhum critério revelaram na compreensão do assunto.²⁸⁰

Tendo em vista o problema da educação e a sua constatação do estado desse *problema* no seu próprio tempo para o seu modelo de escrita da história, José Oiticica sugere algumas indicações de pesquisa em seu “Como se deve escrever a história do Brasil”, tais como “demonstrar a falta de educação política de dirigentes e dirigidos” e “assinalar que as forças concorrentes, por mais intensas que sejam, pouco trabalho útil produzirão se passam por aparelho defeituoso”. Ao historiador caberia a tarefa de “desmontar” a máquina que é o Estado, “apontando as peças desfalcadas ou lesadas de ferrugem” que provocam o desperdício de energia. Mais relevante que estas sugestões, é perceptível em sua prescrição a maneira pela qual a noção de educação é mobilizada, isto é, enquanto um instrumento heurístico central em sua proposta de interpretação da história do Brasil, um conceito capaz de determinar o estado social dos povos e escaloná-los no tempo. O autor, por exemplo, utiliza noções de educação para compreender o caráter do colonizador português que chegou na América no século XVI:

A despeito das façanhas do Índio e do subsequente arranco para a África, nunca foi Portugal uma nação forte. Não tinha riqueza própria e ninguém sem largo capital. O Brasil foi um mundo explorado por liliputianos. Faltava-lhes a educação mental, moral e prática requeridas por tarefa de tal monta. A sua literatura clássica é de uma ignorância crassa fora do latim, da teologia e da retórica. Produziu apenas estilistas, historiógrafos sem descortino e Camões. O Padre Vieira é talvez uma exceção, mas as suas frivolidades na defesa das profecias de Bandarra e a deficiência de ideias dos seus Sermões denotam francamente o cultivo da época. Bernardes é também um exemplo vivo desse atraso completo. A moral minguava sobre todos os pontos de vista. O carácter português era um misto de superstição, bravura inconsciente e indisciplina. A massa colonizadora era a besta musculosa, sem aspirações e sem cultura, sem freio e sem o domínio de si mesma. Por isso, a civilização portuguesa do século XVI é uma ilusão.²⁸¹

Se a noção de educação é reivindicada pelo autor para perspectivar o passado (e determinar o caráter dos portugueses no século XVI como “atrasado”), este uso também aponta para um determinado ideal de sociedade. O diagnóstico que Oiticica faz da sociedade de seu tempo também é de “atraso”, e traduzindo isto nos termos da sua teoria das energias

280 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.195.

281 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910b, p.294.

seria dizer que ela é uma sociedade em desequilíbrio energético: “o caráter do nosso estado social é de desequilíbrio de forças e incerteza nas correntes”. A imagem da desproporção, projetada para o tipo social do português colonizar permanece, apesar de todos os “problemas” resolvidos ao longo dos anos de colonização e desenvolvimento nacional. O brasileiro seria uma besta musculosa porque os seus níveis de educação moral, prática, social, mental, física seriam baixos e desproporcionais. Até mesmo a irresolução de problemas como o da conquista do território e do cultivo do solo dão a impressão de que o meio brasileiro possui forças ainda não administradas pela sociedade brasileira. A educação faria esta função de homogenização do corpo social e da interação mais regulada com o seu meio, tornando o brasileiro ou mais alto do que um liliputiano ou com um corpo mais harmônico do que o da besta. Fernando Vale Castro, analisando brevemente o ensaio de José Oiticica no seu estudo sobre a “Revista Americana”, destaca também como o jovem republicano depositava sua esperança no progresso da nação brasileira no potencial energético contido no território, mas que era mal aproveitado por um povo pouco “capacitado”:

o estabelecimento e exercício de um projeto hegemônico passariam pela fusão entre a capacitação do povo por meio da valorização da educação e a disponibilidade de recursos disponíveis. Em relação a esses últimos, o Brasil era inegavelmente privilegiado; logo, o investimento em um processo educacional 'civilizador' deveria ser objetivo central do país, pois a partir do êxito de tal medida seria possível pensar uma Nação hegemônica.²⁸²

A aposta na educação como meio de atingir o equilíbrio de energias (o progresso) faz parte também do reconhecimento de Oiticica sobre o caráter comunitário da formação social brasileira. O autor parte de formulações da Escola de Le Play sobre dois tipos de famílias, a comunitária e a particularista, que respectivamente explicariam o atraso ou o progresso das sociedades. As sociedades de formação comunitária, oriundas do primeiro tipo de família, seriam apoiadas na coletividade e se situariam nas regiões orientais do globo; as sociedades de formação particularista, oriundas do segundo tipo de família, apoiariam-se na iniciativa privada, no indivíduo, na atividade e esforço privado, e se situariam na América do norte e Europa, sendo a Inglaterra, para os leplaysianos, a sociedade de formação particularista por excelência²⁸³. Isto explicaria em parte, segundo Oiticica, os motivos dos grandes desperdícios de energias e o pouco acúmulo de força humana entre os brasileiros, o seu desequilíbrio

282 CASTRO, Fernando Vale. **Pensando um continente**, *Op. Cit.*, 2012, p.139.

283 CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A “Geografia Social” de Sílvio Romero. **Terra Brasilis**, Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, 2, 2000, p.7.

diante do meio e entre si mesmo. Se referindo às perdas de energia pela falta de competência dos governos, por seus desmandos, e falta de eficiência, diz Oiticica:

Onde a tradição e a educação infundiram espírito de ordem e zelo administrativo, como na Suíça e Inglaterra, não ultrapassaram as perdas grandemente os limites razoáveis balizados pela imperfeição dos homens. Onde, ao revés, a formação comunitária impôs os seus defeitos, o governo é um sorvedouro, passando muitas vezes a ser força oponente. Tais os nossos Estados oligárquicos.²⁸⁴

Mais uma vez, Oiticica descarta a noção de raça para explicar o atraso do Brasil, e também abre mão dela para propor soluções para superá-lo. Sílvio Romero, por outro lado, manipulando o mesmo aparato conceitual da Escola de Le Play, partindo da mesma explicação sobre o mandonismo, oligarquismo e clientelismo através da ideia de que o povo brasileiro seria desta forma por possuir uma formação comunitária, e partilhando da mesma “crença na redenção pela opção da família particularista” sugere que a mudança para a sociedade particularista somente seria possível se a adoção no Brasil do sistema de educação proposto por Edmond Demolins fosse combinada com uma política de assimilação de “raças particularistas”²⁸⁵. Assim, Romero acrescenta uma perspectiva racista ao arsenal teórico da Escola de Le Play, identificando os povos de formação comunitária com os latinos, africanos e asiáticos, e os de formação particularista, por sua vez, com a raça ariana e “dolicocefalos louros”²⁸⁶. Apenas em um momento de seu plano Oiticica faz uso da noção de raça de um modo próximo às discussões raciológicas de seu tempo. O entendimento do autor sobre a educação física, que, a seu ver, deveria ser introduzida no sistema de ensino brasileiro, é a do “aperfeiçoamento da raça pela ginástica e pelo esporte”, se aproximando muito dos incentivos à prática de esportes no início do século XX que visavam “regenerar” a raça da população local mestiça, transformando-os em “gregos puros”, por meio de modificações de suas características físicas²⁸⁷. Poderia se objetar que a noção de raça da qual Oiticica faz uso é a dos leplaysianos, uma concepção mais culturalista, quase como sinônimo de povo, a qual seria abertamente rejeitada por Sílvio Romero²⁸⁸; as diferenças entre “aperfeiçoamento” e “regeneração” também podem sugerir diversas concepções sobre raça. De qualquer forma, apesar das divergências entre o Romero e Oiticica, as nuances ou possíveis contradições no

284 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.196.

285 CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A “Geografia Social” de Sílvio Romero, *Op. Cit.*, 2000, p.8.

286 VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**, *Op. Cit.*, 1991, p.159.

287 SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**, *Op. Cit.*, 1993, p.233.

288 VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**, *Op. Cit.*, 1991, p.50-51.

uso dos termos, segundo Aires Diniz os autores convergiram pelo menos em um projeto como forma de superação da condição de atraso:

Esse projeto educativo, alicerçado na ideia de Escola Nova de Demolins, uniria Silvio Romero que, se pensava à direita, tinha uma forte preocupação com as classes 'mais mesquinamente aquinhoadas' na repartição da riqueza nacional, com José Oiticica, que pensava à esquerda, e era diretor do Colégio Latino Americano do Rio de Janeiro.²⁸⁹

Desta forma, a concepção de educação de José Oiticica, inspirada nas ideias do núcleo dos leplaysianos²⁹⁰, é acionada para interpretar a história do Brasil mas, sobretudo, para fundamentar um projeto de nação, e, no limite, acelerar o presente em direção a um determinado futuro²⁹¹. Seria como se o “sistema da história” oferecido por Oiticica, quando operacionalizado em um texto histórico, pudesse gerar efeitos sobre o sistema educacional brasileiro de seu tempo, e aumentar as chances de concretização de seu projeto de nação: a hegemonia brasileira sobre a América do Sul. A história proposta por Oiticica, cujas linhas gerais são postas em seu plano, funciona como um anúncio deste novo tempo por vir, e o futuro, ainda não escrito, se coloca como o ápice da narrativa.

A hegemonia idealizada por José Oiticica como o mecanismo de transição para a paz

289 DINIZ, Aires Antunes. A Escola Nova de Edmond Demolins segundo Sílvio Romero. **Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação**, *Op. Cit.*, p.9.

290 Aparentemente, as reflexões de Oiticica sobre a educação também são um desdobramento das ideias de José Veríssimo sobre o tema, expostas no livro “A educação nacional”, primeiramente publicado no seu estado natal do Pará, em 1890, mas reeditado no Rio de Janeiro em 1906. A percepção de Veríssimo sobre “o grande mal que corrói o corpo social brasileiro e envergonha a pátria” possui alguns pontos de contato com as razões encontradas por Oiticica que explicam o atraso do Brasil em relação às “nações civilizadas”. Para ambos os autores a questão é, acima de tudo, energética. Em Oiticica, uma questão de desequilíbrio, tal como referido acima, e em José Veríssimo “é antes a energia moral que nos falta e que torna negativas as boas qualidades que temos” (VERÍSSIMO, 2013, p.88). Mais importante do que isso, tanto Oiticica quanto Veríssimo fazem uso de uma divisão da educação nos mesmos aspectos e atribuem a eles objetivos semelhantes. Os autores concordam quanto a necessidade de uma educação física (responsável pela regeneração da raça), uma educação moral (do caráter, responsável pelo cultivo do sentimento de dever e solidariedade), e uma educação intelectual (que fornecerá elemento para o progresso e grandeza da nação) direcionada ao povo brasileiro. Oiticica acrescenta duas outras qualidades de educação “a essa divisão tripartida, universalmente aceita mas inadmissível”, diante da qual “tenho sempre proposto essa quintupla divisão da educação”, composta também, além das categorias anteriores, pela educação prática, que corresponderia a formação de capital humano (“formação técnica dos operários, comerciantes, agricultores, profissionais superiores”), e pela educação social, que “se caracteriza pelo que designamos vulgarmente com a expressão: *usos e costumes*”. Cf. OITICICA, José. Como se deve escrever a história do Brasil. *Op. cit.*, 1910b, p.293; OITICICA, José. Como se deve escrever a história do Brasil. *Op. cit.*, 1910d, p.197-198; VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Belo Horizonte, MG: Puc-Minas, 2013, p.88; p.188.

291 Ela se manteve central no projeto político de Oiticica mesmo na sua maturidade, quando passou a se reconhecer como anarquista e militar no interior deste movimento. Sobre este aspecto do pensamento de Oiticica, destaca Tereza Ventura: “A educação das massas era o ponto fundamental de sua teoria anarquista [...]”. Cf. VENTURA, Tereza. **Nem barbárie, nem civilização**. *Op. Cit.*, 2006. p.18

internacional entre as nações e, portanto, para o fim da história, não seria, nos seus termos, a pura e simples “dominação da força bruta sobre as nações vizinhas mais fracas” mas uma condução “do caos em que definham ao progresso compatível com a civilização moderna”. Apesar de ser, a seu ver, de caráter provisório, Oiticica defende, por um lado, a doutrina do pan-americanismo monroísta²⁹², entendida, segundo a retórica oficial, como uma política de integração dos países latino-americanos tendo os Estados Unidos como uma liderança fomentadora de desenvolvimento, proteção e garantia de liberdades nestes países. Complementarmente, o jovem republicano também advoga por uma espécie de “subimperialismo brasileiro”, ainda que este conceito não tenha sido formulado à época²⁹³, ao afirmar, acerca das repúblicas latino-americanas, que “do interesse imediato do Brasil é o desenvolvimento urgente desses países, pois serão mercados certos para os seus produtos futuros”.

Assim, o “Como se deve escrever a história do Brasil”, de José Oiticica, se alia a orientação diplomática de Barão do Rio Branco, de acordo com a qual o Brasil “ocuparia uma posição diferenciada no contexto latino-americano, fato que o levaria a exercer, obrigatoriamente, um papel de liderança no continente”²⁹⁴. Embora Fernando Castro atente para o reducionismo implícito em considerar a Revista Americana, tal como muitas vezes se faz com o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, como uma “fábrica de ideologias”, pelo menos no caso de Oiticica é de se concordar com Any Marise Ortega sobre o alinhamento desta publicação com o projeto ideológico do Ministério das Relações Exteriores. Com a sua história, Oiticica faz da orientação de Rio Branco, fruto seja de uma opção ideológica de fato ou de uma opção pragmática²⁹⁵, um desenvolvimento lógico e natural da sociedade brasileira²⁹⁶. Enfatizando a capacidade que a historiografia possui em legitimar projetos de

292 Existe uma significativa quantidade de trabalhos sobre a difusão desta doutrina na Primeira República e as diferentes posições assumidas por diplomatas e intelectuais brasileiros na Primeira República. Cf. RÉ, Flávia Maria. **A distância entre as Américas**: uma leitura do pan-americanismo nas primeiras décadas republicanas no Brasil (1889-1912). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política, 2010.

293 Oiticica não utiliza nenhum destes dois termos, nem pan-americanismo (monroísta), muito menos sub-imperialismo brasileiro, que é de cunho de Ruy Mauro Marini (1932-1997). Recorreremos a estes termos, principalmente o último, sem reivindicar toda a sua densidade teórica e sem levar em consideração os debates que o circundam.

294 CASTRO, Fernando Vale. **Pensando um continente**, *Op. Cit.*, 2012, p.37.

295 CASTRO, Fernando Vale. **Pensando um continente**, *Op. Cit.*, 2012, p.39.

296 Uma recente tese de doutorado, defendida por Gabriela Correa da Silva, trata desta conversão do ideário do pan-americanismo e políticas externas nele baseadas em problema historiográfico, focando especialmente o caso do IHGB na virada do século XIX para o XX no Brasil. SILVA, Gabriela Correa da. **Dos passados heterogêneos ao mosaico continental**: pan-americanismo e operação historiográfica no IHGB republicano (1889-1933). Tese (Doutorado em História) apresentada como pré-requisito para obtenção do título de

poder, Castro afirma:

Oiticica defendia que para se pensar em estratégias para o Brasil enfrentar o futuro equilíbrio universal, era condição *sine que non* destacar aspectos da história brasileira; tais aspectos serviriam como legitimadores do papel de destaque a ser desempenhado pelo país no cenário continental-internacional.²⁹⁷

Estabelecendo um vínculo necessário entre filosofia da história e impérios coloniais²⁹⁸ (“o ideal da nação deve ser: estar na vanguarda das demais nações do continente, sob todos os pontos de vista”²⁹⁹, diz o autor), Oiticica parece fazer coro ao hino imperialista europeu do “fardo do homem branco” em relação às populações da África e da Ásia ao declarar taxativamente que:

Esse papel está reservado indubitavelmente ao Brasil. É ele o mais vasto, o mais rico e o mais poderoso no nosso continente. A ele cumpre tomar a dianteira, assumindo o honroso encargo de guia das nações co-irmãs. Embora espíritos ilógicos se assanhem contra o fato e o reputem perigoso para as liberdades sul-americanas, ela será uma resultante de forças seculares irrefragáveis.³⁰⁰

Evidenciando a dimensão política das experiências do tempo, Mario Rufer defende que, entre outros fatores que derivam do lugar de sua enunciação, “o tempo homogêneo do progresso e desenvolvimento é o tempo do império”. Caberia perguntar, em um movimento similar de re-politização de certos procedimentos anteriormente concebidos por nós como propriamente historiográficos (“lógicas internas” da produção historiográfica), se a “visão sinóptica” proposta por Oiticica não possuiria também suas dimensões políticas. Em um caminho parecido, Mario Rufer caracteriza o tempo moderno como o “tempo panóptico” ao destacar as “formas imperiais de conceber a ordem global da história desde inícios do século XX”³⁰¹. Em um sentido um tanto inverso com o caso romano, que Políbio busca narrar em um

Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS. Orientadora: Profa. Dra. Mara Cristina de Matos Rodrigues. Porto Alegre, 2019

297 CASTRO, Fernando Vale. **Pensando um continente**, *Op. Cit.*, 2012, p.137.

298 HARTOG, François. Tempos do mundo, história, escrita da história. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. Ainda enfatizando a relação entre técnicas modernas de saber e a conformação do sistema mundo colonial, poderia ser elencada a observação de Arno Wehling de que o apogeu do historicismo, situado na segunda metade do século XIX, é simultâneo ao apogeu do imperialismo. WEHLING, Arno. **A Invenção da História**: estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro, Editora Central da Universidade Gama Filho; Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 1994, p.8

299 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.197.

300 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910b, p. 424.

301 RUFER, Mario. La temporalidad como política: nación, formas de pasado y perspectivas poscoloniales. **Memoria y Sociedad**, Bogotá (Colombia), n. 28, 2010, p.24.

só golpe de vista, a compreensão de José Oiticica é a de que o Brasil deveria assumir uma posição imperialista na porção sul da América após aderir ao regime político republicano. Se a visão panóptica está ligada a mecanismos de controle e de vigilância, a visão sinóptica, com suas pretensões de abarcar a totalidade dos fenômenos, de apreender em um só tempo passado, presente e futuro, o sentido maior que engloba os acontecimentos, parece também expressar a possibilidade de um uso expansionista ou imperialista desta forma de “fazer ver” a história. A visão sinóptica seria um pressuposto para o conjunto de reformas no sistema de ensino que é aventado por José Oiticica, e, da mesma forma, para o seu projeto de hegemonia do Brasil sobre a América do Sul.

Por sua vez, a referência de Oiticica a “forças seculares irrefragáveis” reforça a premissa de Oiticica de que a mecânica social é regida por leis. Sobretudo, que sua lei maior é uma lei da história: a de que todas as sociedades estão inerentemente inseridas em um processo de progresso acumulativo. Reconhecendo que no Brasil “o caráter de nosso estado social é de desequilíbrio de forças e incerteza nas correntes”³⁰², Oiticica pergunta em seu texto: “Como atingir esse processo sem demora?”³⁰³. Para ele, seria preciso, para tanto, “determinar claramente a situação histórica do Brasil contemporâneo”. Nesta situação presente, no entanto, “se enfeixam todos os demais problemas”³⁰⁴ do passado desta nação, e por isso uma narrativa aclarada por estes pressupostos se faz necessária. Ela possibilitaria situar o presente em relação ao passado, identificando e classificando “problemas”. Assim, sua história estaria a serviço de um ordenamento do tempo, e, sobretudo, de sua aceleração. Seria preciso um certo “momento de pausa” para se reorganizarem as fronteiras entre passado, presente e futuro no contemporâneo, de modo que a história pudesse, enfim, realizar plenamente o seu sentido³⁰⁵.

O conceito moderno de história reformado

302 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.195.

303 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910b, p.424.

304 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910b, p.425.

305 Para R. Koselleck, o conceito moderno de história tem como uma de suas fundamentações teóricas principais a premissa de que as unidades teleológicas de sentido fantasiadas e reivindicadas pelos filósofos e historiadores “apressam” o futuro, aumentam as chances de se concretizar o “sistema” por meio do qual é interpretada a história. Em outras palavras, a premissa é a de que “o projeto filosófico de constituir a História gera efeitos sobre a História real”. Assim, segundo o autor, a atribuição de sentido seria uma tarefa pertencente mais ao campo da moral do que da estética. Cf. KOSELLECK, R. A configuração do moderno conceito de História. In: KOSELLECK, Reinhart [et al]. **O conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

Ainda que a paz absoluta fundada pelo equilíbrio energético mundial de sociedades de máximo rendimento seja, para Oiticica, o destino incontestável da humanidade, ele não estaria, de acordo com a formulação do republicano brasileiro, no âmbito da necessidade em absoluto. Seriam constitutivos do devir da história, e da sociedade brasileira em específico, hesitações, desvios e decadências. O erro, para ele, “é fenômeno social. Tem a sua causalidade, a sua evolução, a sua finalidade”. Somente o “idealista superfino” construiria “na fantasia uma humanidade sem mácula”³⁰⁶. Em sua proposta de escrita da história, a noção de contingência assume uma importância significativa, principalmente se contrastada com o plano de Martius, uma vez que a “resolução dos problemas” através das quais sua desejada história seria estruturada não parecem acabar em um sucesso inevitável do acúmulo de energia humana.

Justamente, a concretização da utopia de Oiticica demandaria “ação enérgica nos atos administrativos” a ser perpetrada por governantes imbuídos de “vista de conjunto”³⁰⁷, a mesma que estaria ausente no “olhar” de Martius e que Oiticica tem a propor. As políticas dos dirigentes da nação brasileira deveriam ser temporalizadas, isto é, inseridas no sentido da história, em um curso (talvez inevitável) que aconteceria graças a e através do tempo, a fim de que elas entrassem em consonância com ele. A percepção de Oiticica é a de que, em termos de política institucional, no Brasil “tudo se fez muito sem plano e sem plano se vai muita coisa fazendo hoje por falso entendimento do nosso destino atual”³⁰⁸. A sua filosofia da história permite entrever este sentido e conformar todas as medidas particulares e atos isolados do governo em torno dele. A visão sinóptica fundamenta, assim, uma forma de se exercer o poder. Aconselha Oiticica:

Não será demais precaver-se contra o preconceito do que se costuma chamar – *a obra de um governo*. Diz-se, por exemplo, que a obra de tal governo foi dilatar a viação, a de tal outro reorganizar as finanças, etc. Isso não tem sentido ou reverte, mais ou menos, em desabono deles, porque a obra de todos é uma só: desenvolver *harmonicamente* as forças nacionais. Se um governo cuida de um problema relaxando outros procede mal, pois se não encarar todos de uma vez não está na altura de sua missão.³⁰⁹

Sua história, dessa forma, não deveria ser apenas a história dos êxitos e sucessos de uma linha mestra que atravessaria e conduziria a história, e o tão esperado progresso

306 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.199.

307 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.195.

308 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.193.

309 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.196-197.

dependeria da agência da camada dos dirigentes do país para que fosse atingido. Em sua proposta de reformulação da escrita da história do Brasil a noção de progresso, mesmo que se mantendo a categoria orientadora da relação com o tempo, é desnaturalizada e torna-se matéria de discussão. Oiticica não adota de todo a imagem sugerida por Lacombe da história como uma linha oscilante, a qual compreende a ideia de que algumas necessidades humanas serão satisfeitas em detrimento de outras, e que no máximo uma concessão de uma das partes pode distribuir de forma mais equilibrada os elementos de satisfação. O republicano brasileiro prefere crer na possibilidade de que todas as necessidades sejam satisfeitas em absoluto, e deixa a entender que, em certo momento no futuro, haverá tal abundância de elementos de satisfação de necessidades de modo que nenhuma precise ter prioridade sobre as outras ou precise ceder para que outras possam ser minimamente contempladas. Levará muito tempo para que isso aconteça, mas, para Oiticica, o reino da liberdade está plenamente fundado no futuro. Embora acredite neste caminho único que a história deverá trilhar, José Oiticica oferece, através de sua “teoria das energias”, recursos para discernir se uma sociedade está retrocedendo, estagnada ou se deslocando para este único fim. Assim, as formulações de José Oiticica sobre o tempo, a história e sua escrita, se não são um sintoma da “crise” da ordem do tempo, parecem ser uma tentativa de reformular ou reorientar o regime de historicidade moderno, tornando o mais capaz de atravessar as agitações e turbulências do período³¹⁰. Por sua vez, isto significaria que as concepções de Oiticica podem ser identificadas com um “futurismo mais frouxo, hesitante, ou menos evidente”? Acreditamos que não.

Entre Martius e Oiticica a historiografia brasileira se movimentou. O solo em que ela se deslocou, no entanto, se manteve, *grosso modo*, o mesmo. A emergência de outros regimes historiográficos aparentemente não foi condicionada, na virada do século XIX para o XX, por uma ruptura profunda e necessária na experiência do tempo. No caso de Oiticica, seu novo modelo de escrita da história do Brasil parece querer potencializar ainda mais o conceito moderno de história e acelerar o tempo em direção a um futuro idealizado, sendo necessário, para isso, que a tradição historiográfica dos primeiros anos do IHGB, da qual Martius seria o “guia teórico”, devesse ser encerrada no passado. As novas teorias, conceitos e instrumentos de que se valeu Oiticica foram reivindicadas por ele, e por contemporâneos seus, como uma necessidade para vincular, de modo ainda mais intenso do que teria feito Martius, a história

310 HARTOG, François. O regime moderno de historicidade posto à prova pelas duas Guerras Mundiais. IN: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). **O Brasil em dois tempos**: história, pensamento social e tempo presente. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

nacional à história universal, e ajustar o tempo da cultura brasileira ao tempo único da História.

Também por meio delas, e principalmente pelo “complemento filosófico” de autoria exclusiva de Oiticica, o Brasil não seria relegado a uma posição necessariamente periférica ou excluída do arranjo das nações modernas. E (mesmo) através de sua condição de “atrasado” elas garantiriam um pertencimento, ainda que parcial, da sociedade brasileira à *civilização*, indicando também as possibilidades e os caminhos que ela deveria seguir para se tornar contemporânea de seu próprio tempo³¹¹. A “teoria das energias” de Oiticica desfaz as diferenças supostamente gritantes, em termos raciais e geográficos, entre as sociedades ao redor do mundo. A distância temporal entre uma e outra, entre as civilizadas e não civilizadas, poderia ser remediada já que o atraso ou o progresso pode ser resolvido administrando energias que estão disponíveis a todos. A “Educação Nova” de José Oiticica, inspirada nas iniciativas de Edmond Demolins, poderia dar conta de aproximar no tempo as sociedades de formações históricas distintas, adequando as de origem comunária a uma outra organização social que seria mais eficiente no aproveitamento das energias cósmicas e no manejo das energias sociais. Se fossem integradas ao circuito energético das sociedades já desenvolvidas, como os Estados Unidos e, em alguma medida, o Brasil, mesmo sociedades muito atrasadas, como as repúblicas latino-americanas, atingiriam o progresso através de um fenômeno natural de transferência de calor entre estas “sociedades quentes”, com grande acúmulo de força humana, para as “sociedades frias”, resultando, posteriormente, no equilíbrio térmico global. Poderia se dizer, desta forma, que tanto a “educação nova” como o “pan-americanismo de vertente monroísta” se apresentam nas formulações de Oiticica como fatores de sincronização temporal. Expressando a relação bilateral entre linguagem e mundo, os conceitos *energia*, *educação* e *hegemonia* seriam, assim, tanto indicadores de experiências (quando instrumentos heurísticos) como alavancas que auxiliam o deslocamento das sociedades através do tempo histórico.

A aproximação de uma matriz de conhecimento das emergentes ciências sociais³¹² e dos desenvolvimentos das ciências naturais já consolidadas possibilita sanar esta demanda por ajuste ao tempo único da história (ideias que viabilizam a integração do Brasil na cultura ocidental), mas isto também pode ser compreendido como uma estratégia para refundar a

311 OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na primeira República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

312 NICOLAZZI, Fernando. Raízes do Brasil e o ensaio histórico brasileiro, *Op. Cit.*, 2016.

legitimidade da historiografia, atribuindo-a ares de ciência, em uma conjuntura de emergência de uma nova configuração de saberes (em constituição) no fim do século XIX. O que significa dizer que, no mínimo, estas mutações na experiência historiográfica brasileira pretendem produzir e acompanhar uma intensificação da modernidade no Brasil³¹³; o que, no entanto, não predetermina, de todo, as diferentes formas em que estas transformações podem se expressar. Atravessados por outros regimes historiográficos, se mantém, em relação a tradição historiográfica precedente, a característica de ser uma historiografia escrita “pelo ponto de vista do futuro ou em seu nome”³¹⁴. Ou, talvez, nunca escrita tão em função dele.

Em primeiro lugar, as formulações que José Oiticica faz do tempo e da História figuram o futuro de uma forma mais precisa e determinada se posto em comparação com Martius. O futuro imaginado por Martius para a humanidade, o *telos* que orienta a sua narrativa, é o contínuo e incessante aperfeiçoamento da raça humana, levado a cabo por um “gênio da história”, “que conduz o gênero humano por caminhos, cuja sabedoria sempre devemos reconhecer, [e que] não poucas vezes lança mão de cruzar as raças para alcançar os mais sublimes fins na ordem do mundo”. Lilia Moritz Schwarz esclarece como a noção de perfectibilidade das raças foi se alterando ao longo do século XVIII e XIX³¹⁵. Para a autora, o conteúdo original do termo, oriundo de uma concepção humanista e iluminista da qual Martius parece fazer parte³¹⁶, se distingue dos significados, sobretudo, do fim do século XIX brasileiro por entender a raça “como uma característica intrínseca a todo e qualquer homem, que carrega consigo a possibilidade de superar-se sempre”. A perfectibilidade, na leitura do fim século XIX, seria sinal da superioridade de certos grupos, atributo de poucos, que se destacariam daqueles “que, como os mestiços, teriam perdido essa qualidade própria da humanidade”. O que cabe destacar aqui é que o futuro idealizado pelas formulações sobre raça do fim do século XIX é de uma figuração mais precisa e definida, uma vez que eleva o homem branco como o fim do processo, do que o futuro projetado pela ideia, característica de Rousseau, de que a perfectibilidade da raça é a faculdade humana de “aperfeiçoar-se”, formulação tão vaga quanto aberta a configurações sem nome, ainda inéditas, e não propriamente imaginadas.

313 SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A abertura para o mundo**, *Op. Cit.*, 2012.; SEVCENKO, Nicolau. A inserção compulsória do Brasil na Belle Époque. In: **Literatura como missão**, *Op. Cit.*, 1999; MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. **Revista Tempo**, *Op. Cit.*, 2009.

314 HARTOG, François. **O Século XIX e a História** - O Caso Fustel de Coulanges. [S.l.]: Editora UFRJ, 2003.

315 SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**, *Op. Cit.*, 1993, p.242.

316 KODAMA, Kaori. **Martius e o IHGB**: um naturalista e os letrados na construção de uma História. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999, p.88.

No que diz respeito específico ao Brasil, o futuro imaginado por Martius é o da consolidação do moderno Estado-Nação, façanha possível de ser realizada, no entendimento de Martius, apenas pela via de um projeto imperial monárquico constitucionalista. A história do Brasil prescrita por Martius, afinal, parece estar em função de “acalmar” o seu presente, unificando as elites políticas imperiais no entorno deste único projeto³¹⁷. A heterogeneidade de projetos políticos deveriam ser aniquiladas por sua história, e público-alvo de sua narrativa é justamente os membros da população de “ideias políticas imaturas”, os “republicanos de todas as cores, ideólogos de todas as qualidades”, e os que nutrem preconceitos entre as províncias: “para eles, pois, deverá ser calculado o livro, para convencê-los por uma maneira destra da inexequibilidade de seus projetos utópicos”. Neste caso, a história do Brasil de Martius visa aniquilar as diferenças que poderiam levar a conflitos internos, desordem social e a fragmentação do país, através da visualização da formação da raça brasileira, difundindo “entre os contemporâneos sentimentos e pensamentos do mais nobre patriotismo”³¹⁸.

Creemos que o futuro do equilíbrio térmico universal projetado por José Oiticica assuma contornos mais nítidos também porque a sua história pretende estudar as leis de evolução deste processo, dispor as ferramentas para avaliar em quais etapas (do progresso) estão os povos na História. Também o sentido da história do Brasil entrevisto por José Oiticica, e o projeto de nação por ele elaborado, estão mais claramente conectados com o “fim da história”. É sobre estes desdobramentos que Arno Wehling se refere, em seu estudo sobre as diversas manifestações do historicismo no século XVIII e XIX, quando afirma que “no historicismo cientificista sofisticou-se o padrão teleológico dos filósofos iluministas”³¹⁹. A reforma do conceito moderno de história, em segundo lugar, se apresenta inflando o peso que o futuro passa a ter no presente. Em Oiticica, o futuro parece exercer uma maior pressão sobre o presente que, como um vórtice, arrasta-o irrefreavelmente em sua direção. Desta forma, a sua desejada história, muito mais do que em Martius, está em função de acelerar o presente em direção a um determinado futuro. Assim, além de ser “sofisticado”, o conceito moderno de

317 Também neste ponto específico a idealização do futuro da nação brasileira é um tanto imprecisa. Valdeci Lopes Araújo, em um texto que exploraremos melhor na sequência, avança que a dificuldade de projeção de um futuro e da reivindicação dos meios para alcançá-lo pode estar relacionada com “a permanência da escravidão e a incerteza sobre seu futuro, e, por extensão, sobre o próprio futuro do Império”. ARAÚJO, Valdeci Lopes de. Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX. IN: NICOLAZZI; MOLLO; ARAÚJO (orgs.) **Aprender com a história?** O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p.144.

318 MARTIUS, Karl Friederich von. Como se deve escrever a história do Brasil, *Op. Cit.*, 2010, p. 85

319 WEHLING, Arno. **A Invenção da História**: estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro, Editora Central da Universidade Gama Filho; Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 1994, p.36.

história é intensificado em alguma de suas características constitutivas, isto é, na capacidade do futuro ser figurado, e em ser o futuro a categoria temporal a exercer ainda mais predominância na orientação da sociedade.

Por fim, existe uma última nuance nas formulações de José Oiticica sobre tempo e história que também incide sobre o futuro. Como já mencionado, suas imaginações de uma ordem social no futuro adquirem traços mais concretos e sua força de atração é aumentada. Poderia se argumentar que o conceito de “hegemonia” é o conceito de expectativa por excelência no plano de Oiticica porque ele não tem base em nenhuma experiência já percorrida na história do Brasil, e em direção do qual todos os fatos particulares convergem. Ora, os Estados Unidos da América parecem já desempenhar esse papel hegemônico, de acordo com o entendimento de Oiticica. Enquanto para o Brasil a hegemonia na América do Sul seria algo para o futuro, a hegemonia dos Estados Unidos sobre a América acontece já no presente de Oiticica. O que quer dizer que as expectativas de José Oiticica são, em parte, mediadas pelas experiências das nações adiantadas no tempo. Também a Inglaterra e a Suíça, como sociedades de formação particularista, servem de modelo para a construção do futuro do Brasil. Ou seja, as lições não provêm somente de um futuro distante e singular, mas são colhidas também da trajetória de certos países e de seu estado no presente. De certo modo, as lições provêm do futuro porque, supostamente, eles lá já estão. Mas o caminho que Oiticica projeta para o Brasil de algum modo já foi traçado por outros. A sua imaginação não extrapola os marcos mais ou menos definidos por eles. Neste sentido, é possível estender para este “primeiro” José Oiticica algumas considerações feitas por Tereza Ventura sobre o outro momento de sua vida, marcado pela militância anarquista:

José Oiticica estaria perfeitamente integrado com aquilo que Eduardo Jardim de Moraes (1983), ao periodizar o modernismo em duas fases, distingue como a primeira época do movimento, que transcorre entre 1917 e 1924. Nesta fase, a modernidade é percebida numa ordem universal. Neste sentido, ser moderno significava, antes de tudo, 'estar em dia' com o conjunto de valores que remetem à racionalidade, à civilidade e cosmopolitismo do mundo ocidental.³²⁰

Também o José Oiticica republicano e crítico da historiografia do seu tempo está preocupado com a possibilidade da inserção do Brasil na ordem moderna. Como visto, as maneiras encontradas por ele para implantar este novo tempo dispensam qualquer mediação com a cultura brasileira ou com as particularidades locais. A modernidade assumiria a mesma

320 VENTURA, Tereza. **Nem barbárie, nem civilização**. São Paulo: Annablume, 2006, p.38.

forma indistintamente em todas as regiões do mundo. Tereza Ventura se refere a periodização elaborada por Eduardo Jardim de Moraes, para quem o “primeiro momento do modernismo” seria marcado por uma projeto de inserção imediata do Brasil na ordem universal, através da completa absorção de padrões civilizatórios europeus e norte-americanos. Há nesse caso uma relação de subordinação do que se entendia como particular ao que se entendia como universal que o diferencia tanto do romantismo do século XIX quanto do “segundo modernismo” do século XX, para os quais, através da valorização da singularidade, ser moderno era ser brasileiro³²¹.

Assim, de acordo com as formulações de Oiticica, a modernização no Brasil seria a repetição de um processo já realizado por outras nações. Elevar-se, de vez, ao nível do seu próprio século, tornando-se contemporâneo das nações civilizadas. A questão que se colocava era apenas sobre a velocidade desta incorporação (se ela poderia se fazer de uma forma mais rápida ou mais lenta), o que variaria de acordo com a posição já ocupada pelos países no cenário internacional³²². Em grande medida, quando Oiticica prescreve que se identifique as forças concorrentes e oponentes ele está demandando que se determine a etapa em que está o Brasil neste destino único de todas as nações, para que então se administrassem as energias de modo que fossem orientadas para acelerar a chegada neste fim.

Tendo em vista as aspirações dos membros da Faculdade de Direito de São Paulo de fins do século XIX, Juliano Francesco Antonioli destaca um fenômeno similar ao que se apresenta com o plano de escrita da história do Brasil de José Oiticica. Ainda sob o regime monárquico, aquele conjunto de estudantes e bacharéis formularam expectativas sobre o futuro da nação brasileira, e visualizaram a República como o seu destino, o caminho inevitável do progresso. Antonioli pondera que se isto poderia demonstrar uma certa abertura do “horizonte de expectativa”, vivenciada e por aquela geração, “esse futuro se encontrava, em certa medida, mediado pela trajetória de países que haviam trilhado as etapas previstas do progresso”. As maneiras de se superar o atraso da nação brasileira provinha, em parte, das experiências realizadas por estes países que já estariam no futuro. Desta forma, conclui o autor: “o futuro desses republicanos, então, esteve profundamente marcado pela trajetória histórica de países considerados avançados, constituindo, dessa forma, um horizonte de

321 OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na primeira República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, p.183.

322 MORAES, Eduardo Jardim. **Modernismo Revisitado**. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p.230.

expectativa que, se não estava fechado, era, em grande medida, mediado”³²³.

É bem verdade que faz parte dos conceitos de expectativa alguma base de experiência; entre eles é característico a desproporção entre a expectativa que depositam no tempo diante das experiências nas quais se fundamentam; o que significa que a experiência ali está presente, ainda que parcialmente. “Não há expectativa sem experiência”³²⁴, assegura Koselleck. Seria difícil mensurar nos conceitos de “hegemonia” ou de “república”, em uma análise de suas estruturas temporais internas, a quantidade de conteúdo de experiência necessária para que se pudesse dizer que o conteúdo de suas expectativas é mediado por espaços de experiência alheios a si mesmo. A virtude da formulação “horizontes mediados de expectativa” está mais em atentar para as particularidades das experiências de tempo em sociedades como a brasileira naquele período, nas quais, frente ao descompasso de ritmos temporais, a modernização se apresenta mais como uma atualização, restringindo o horizonte de expectativas de uma certa elite letrada.

O capítulo apresentou certos deslocamentos na forma de se conceber a escrita da história nacional brasileira e no conceito moderno de história que a dava sustentação. Neste sentido, não era a “ordem do tempo” em si que exigia transformações, mas uma formulação particular dela, conduzida pelos letrados românticos, que tinham Von Martius como seu guia nos estudos históricos. O que estava em jogo era a defesa de um outro projeto historiográfico que estava articulado a outra noção de modernidade. Neste jogo entre a tradição e a inovação que caracterizou as transformações da experiência historiográfica da virada do século XIX para o XX, não só foram características modernas que foram preservadas no interior do modelo de escrita da história do Brasil de José Oiticica. Foram incorporados também traços da historiografia clássica, que se mantiveram vivos na tradição historiográfica dos fundadores do IHGB, como se constituíssem uma camada contínua, profunda e silenciosa, entre estes regimes historiográficos. Debateremos no próximo capítulo essa herança tão evidente e, ao mesmo tempo, tão difícil de ser vista e compreendida, que ora se apresenta de forma explícita, que ora opera de forma oculta, no projeto historiográfico de José Oiticica.

323 ANTONIOLLI, Juliano Francesco. “**Tão longe quanto a previsão científica possa alcançar**”: a experiência do tempo da geração republicana da Faculdade de Direito de São Paulo. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2017, p.227

324 KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**, *Op. Cit.*, 2006, p.297; p.307

CAPÍTULO III

José Oiticica entre os antigos e modernos

Na exposição de seu método histórico, em que apresenta resumidamente todas as etapas que, ao serem percorridas, garantiriam cientificidade a qualquer investigação histórica, José Oiticica afirma que seguir seu método também acarretará uma benéfica (re)conexão entre o âmbito do conhecimento histórico e o mundo da vida. Diz o autor que, se seguido rigorosamente seu método: “a história será, nesse caso, legitimamente, a *mestra da vida*”. Mais uma vez, a repetição de uma fórmula. O plano de escrita da história do Brasil de José Oiticica inscreve-se como mais um incidente no interior de um longo *continuum* discursivo, desta vez não só de uma série de textos organizados pelo título *Como se deve escrever a história*, cujo primeiro uso poderia ser atribuído ao sofista Luciano de Samósata, escrito no ano 165 d.C., e um último talvez possa ser identificado, de maneira um pouco alterada, na década de 70 do século XX com Paul Veyne. Por sua vez, o texto de Oiticica faz reverberar também a fórmula ainda mais antiga, forjada por volta de 46 a.C., que remetia a uma tradição que ao longo de 2 mil anos outorgou à historiografia o papel de uma escola.

Se, no modelo de José Oiticica, o futuro de “equilíbrio universal” e a trajetória dos países avançados ensinariam aos dirigentes do Brasil qual é o sentido da história do país que governam, instando-os a temporalizarem suas políticas, também o passado desta nação apresentaria algumas cenas (os “problemas”) que serviriam de orientação para a formulação do seu plano de administração e para a condução do sentido da história do Brasil. No “Como se de escrever a história do Brasil” de José Oiticica, o passado da sociedade brasileira parece iluminar, também, o futuro. Ambas categorias temporais, a princípio, se mostram como “guias do conhecimento e da ação”³²⁵. A parte dedicada neste texto aos “problemas secundários” é permeada pela “crítica dos erros cometidos”³²⁶, e por indicações de estudos de julgamento e avaliação do aproveitamento e rendimento das energias em determinadas ocasiões históricas. Nelas, o passado surge como autoridade.

O segundo capítulo desta dissertação em grande medida buscou evidenciar como a aceção moderna de tempo serviu de base das operações de José Oiticica em seu “Como se

325 Sobre a “autoridade dos tempos” ou os “tempos da autoridade” ver HARTOG, F. Tempos do mundo, história, escrita da história. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. *Op. Cit.*, 2006.

326 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.186.

deve escrever a história do Brasil”. Neste capítulo, inserindo-nos em uma reflexão notadamente já coletiva, nos perguntamos também sobre a natureza da presença do *topos* da *historia magistra vitae* no plano de escrita da história do Brasil de Oiticica, produzido no início do século XX. Como seria possível, para ele, extrair ensinamentos de um passado que se mostra fundamentalmente diferente do presente e do futuro? O objetivo deste capítulo é, portanto, examinar como convivem, no plano de escrita da história do Brasil de José Oiticica, elementos de uma concepção antiga de história em uma narrativa histórica moderna (e construída sob o ponto de vista nacional); sobretudo, avaliar em que medida o *topos* antigo exerce uma função estruturante em seu moderno método de produção do conhecimento histórico; e se as lições que a sua história oferece correspondem ao tipo específico de aprendizado pelo exemplo característico da historiografia antiga.

O cálculo de rendimento de energias

Para fins de análise, retomemos a importante descrição do método histórico de Oiticica:

para escrever a nossa história devemos antes de tudo verificar as forças naturais favoráveis ao desenvolvimento da força humana que aqui veio achar campo de crescimento e quais as forças oponentes; determinar os problemas que surgiram e, de acordo com eles, classificar os fatos para, em seguida compará-los e descobrir como foram esses problemas resolvidos, onde os erros, onde os acertos. Finalmente, indagar quais as tendências atuais da nossa sociedade e quais os problemas urgentes a resolver para o desenvolvimento da nação. A história será, nesse caso, legitimamente, a *mestra da vida*.³²⁷

Ao evocar o *topos* ciceroniano da *historia magistra vitae*, José Oiticica, no excerto mencionado, pretende reforçar a dimensão pragmática da escrita da história para seu próprio tempo. É o próprio Oiticica que diz que no modelo de Karl von Martius “debalde, com efeito, aí procuraremos referenciais aos mais palpitantes problemas surgidos em épocas de renovação da nossa sociedade”. Os conselhos do botânico monárquico-constitucionalista não teriam condições de servir a um presente um tanto diverso daquele diante do qual ele formulou as linhas gerais de sua desejada historiografia brasileira. Oiticica, assim, reivindica o *topos* para atualizar a capacidade da historiografia servir de orientação para a sociedade presente. Até

327 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910b, p. 299.

então nenhuma novidade. Segundo Rodrigo Turin, esse *topos* foi recorrentemente mobilizado pela historiografia brasileira do século XIX para conferir utilidade e, por consequência, legitimidade ao trabalho do historiador³²⁸. Um uso, por conseguinte, que poderia se dizer “retórico”; apenas o emprego, muito recorrente em prefácios de livros e textos prescritivos como o de Oiticica, de um lugar-comum, que, esvaziado de sua carga semântica original, não geraria efeitos significativos em seu método de produção do conhecimento histórico. Oiticica seguiria, assim, sem grandes alterações, os princípios de uma narrativa histórica moderna, na qual destituiu-se a “ideia do caráter modelar dos acontecimentos passados, para perseguir em lugar disso a singularidade dos processos históricos e a possibilidade de sua progressão”³²⁹.

Há uma presença, no entanto, de algumas características cruciais da historiografia antiga na proposição de José Oiticica, elementos que constituem as expectativas projetadas a uma história orientada pelo *topos* da *historia magistra*. Esta presença não se faz ver tão fácil, não é reivindicada por fórmulas, mas está ali, produzindo efeitos sobre sua concepção de história. Quando Oiticica expõe seu método ele aconselha, por fim, que se descubra de que maneira os “problemas”, no sentido particular que atribui a essa palavra, foram resolvidos, “onde os erros, onde os acertos”. Esta é uma etapa do método histórico de José Oiticica que consideramos de uma natureza, de certa forma, oculta, encoberta, de difícil discernimento em seu modelo de escrita da história do Brasil. Se anteriormente elencamos alguns verbos que identificariam as etapas do método, **(I)** “verificar forças”, **(II)** “determinar problemas”, **(III)** “classificar fatos”, **(IV)** “comparar fatos”, neste caso, poderíamos traduzir o “descobrir como os problemas foram resolvidos”, a quinta etapa, em **(V)** “calcular o rendimento” (dos processos de conversão de energia). Oiticica utiliza este termo ao discorrer sobre o “problema da constituição da sociedade”, que aconselha que se estude a formação do tipo social brasileiro na sua relação com o meio geográfico. Recomenda o autor: “Revela, sobretudo, esquadrihar como se processou essa conformação das tendências hereditárias às novas tendências impostas pelo meio e calcular se houve ganho ou perda de força humana”³³⁰. Não sugere Oiticica nenhuma fórmula matemática para tanto, mas a operação é de medição, mesmo que sem precisão por números, de quantidades: da quantidade de energia disponível nos primórdios da colonização pelo tipo social português, e o quanto foi acumulado ou desperdiçado na sua “adaptação” a outras circunstâncias geográficas e climáticas, resultando

328 TURIN, Rodrigo. **Narrar o passado, projetar o futuro**: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista. Dissertação de Mestrado em História. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2005, p.84.

329 KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**, *Op. Cit.*, 2006, p.54.

330 OITICICA, José. Como se deve... *Op. Cit.*, 1910b, p.299.

daí a quantidade de energia final no interior desse sistema. Um termo utilizado por Oiticica para expressar esta operação de cálculo de rendimento de energias é o de “balanço”, dando este significado mais vago e impreciso para a medição das energias iniciais e finais. Sobre a maneira pela qual vem sido escrita a história das bandeiras, diz Oiticica:

A história das *bandeiras* tem sido mal contada, embora haja contribuições valiosas para ela. É que os narradores se limitam à exposição dos episódios mais ou menos heroicos sem acentuar concomitantemente o meio geográfico percorrido, os motivos de cada expedição, os recursos disponíveis, os obstáculos, as causas de êxito ou desastre, o balanço final do ganho ou perda de energia social.³³¹

Como resultado do procedimento de cálculo ou “balanço” poderia se aprender maneiras de se melhor aproveitar as energias em curso no universo, transformando-as em forças humanas, e, enfim, extrair lições para o aperfeiçoamento da máquina social brasileira, a fim de torná-la mais eficiente. Propositadamente esta etapa não foi abordada no segundo capítulo deste trabalho porque, para sua compreensão, precisará que se incida sobre ela uma análise mais detida. Também porque se acredita que suas formas remetem a noções e procedimentos antigos de produção de conhecimento histórico, e a uma concepção de historiador própria da historiografia clássica, que acabam por elevar o passado como a categoria temporal capaz de servir de orientação para a sociedade.

“Temos caído em erros graves, desperdiçado forças, malbaratado reservas sem cálculo de economia. Tudo notará o historiador e discutirá sob o ponto de vista geral indicado, assinalando com a exatidão possível as consequências de cada falta”³³². A possibilidade de aprender com o passado, de dele se extrair ensinamentos para a vida, é um dos elementos da historiografia antiga que está articulado com a narrativa histórica de caráter moderno sugerida por José Oiticica. Anteriormente foi apresentado como, no modelo explicativo clássico de Koselleck, a possibilidade de se aprender com as experiências do passado está condicionada a uma continuidade entre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa”, permitindo que as reflexões sobre situações ocorridas em tempos pretéritos também sejam válidas em tempos presentes e vindouros porque entre elas há o vislumbre de uma “semelhança estrutural”. A descontinuidade temporal pode ser claramente percebida no plano de Oiticica, mas o próprio autor, em um momento específico de seu texto, acaba por estabelecer manifestamente o corte entre passado e presente fundacional da experiência moderna de

331 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.189.

332 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910c, p.423.

tempo. Em um conselho sobre como deveria ser descrito o período imperial Oiticica, e os embates políticos na construção do Estado-Nação, Oiticica acrescenta uma consideração que, contemporaneamente, poderia ser entendida como um aviso sobre os perigos do anacronismo. Diz ele: “Sobretudo releva descrever o Brasil de então com as cores da época. Somos naturalmente levados a raciocinar pelo que vemos como se os dados do presente se igualassem aos do passado. A diferença, entretanto, é capital”³³³. Recoloca-se, portanto, a pergunta sobre como seria possível aprender de um passado que é sempre diferente do presente.

A capacidade de se aprender com experiências alheias, em Oiticica, está relacionada a sua “teoria das energias” e ao método histórico por ele formulado. O seu plano de escrita da história do Brasil apresenta determinadas situações no passado em que energias cósmicas e sociais foram convertidas em força humana. O aprendizado, neste caso, residiria em como tornar mais eficaz essa conversão, como dela ter um rendimento maior, evitando os desperdícios de energia, considerados por Oiticica, como já pontuado, como um “erro”. Há na área da termodinâmica do tempo de Oiticica um desenvolvimento da discussão sobre o princípio de conservação de energia, aventado inicialmente por Sadi Carnot no início do século XIX, que poderia elucidar esta operação sugerida pelo republicano brasileiro. Assume-se a ideia de que a energia total de um sistema fechado permanecerá constante independente do número de transformações ocorridas no seu interior, mas transpõe-se esse princípio, na segunda Lei da Termodinâmica, ao se acrescentar que “a energia, apesar de conservada, pode assumir formas que não são mais úteis”³³⁴. Erige-se, assim, o princípio da degradação de energia, que postula um decréscimo necessário em cada processo de conversão porque é sempre requerido para que tal aconteça uma quantidade da energia seja cedida ao sistema responsável pela transmissão. A quantidade de energia se mantém a mesma, mas não a quantidade de energia disponível para trabalho, sendo esta uma tendência geral do Universo. Os fenômenos naturais ganham, desta forma, um sentido, se tornam históricos. Rejeitando ideias circulares de trocas infinitas de energias nos sistemas isolados, a ideia de entropia enfatiza a irreversibilidade dos fenômenos naturais e, pela degradação total de energia, os direciona para uma inevitável morte térmica do universo³³⁵.

Pelo menos em sua transposição de conceitos da física para o estudo da sociedade,

333 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910c, p.422.

334 BUCUSSI, Alessandro A. **Introdução ao conceito de energia**. *Op. Cit.*, 2007, p.26.

335 MOREIRA, Marco Antonio. **Energia, entropia e irreversibilidade**. *Op. Cit.*, 1998, p.11.

Oiticica não chega a ir tão longe. A sua filosofia da natureza e da história pressupõe uma quantidade constante de energia disponível para trabalho no universo, e, em um primeiro plano, o grande personagem da sua história é a Eficiência, que, a passos curtos, vai se tornando cada vez mais presente nos processos de conversão de energia³³⁶. Existirá no futuro um momento, de acordo com as formulações do autor, em que o rendimento será pleno, sem nenhum resquício significativo de desperdício de energias. As lições da história de José Oiticica serão extraídas por meio de um cálculo do aproveitamento das energias. O que torna possível que se estabeleça esse paralelo direto entre as três dimensões temporais, e que se matematize a essa relação, são os “problemas” que são colocados como a “semelhança estrutural” (entre passado, presente e futuro), uma vez que a história seria sempre permeada por situações de conversão de energia em que se apresentam forças que se opõem às tentativas de satisfação das necessidades humanas, permitindo o *topos* operar de maneira efetiva no seu modelo de escrita da história (ou seja, é um uso que provoca efeitos). Assim, algo na história se repete. José Oiticica, tal como outros pensadores modernos da história, acaba por “conceber o devir como uma atualização de uma potência: o seu 'sujeito' ou o seu 'motor’”³³⁷. É sobre esta mudança, que, ao fim e ao cabo, se mantém estruturalmente sempre a mesma, que residem as lições da história.

A boa resolução dos problemas é caracterizada pelo maior rendimento possível nos processos de conversão de energias, quando a quantidade de força humana obtida é maior do que a dispendida no início do processo. Para obter esta maior eficácia é preciso, acima de tudo, que se aperfeiçoe o caráter do tipo social brasileiro (a máquina térmica social), que sua “educação” seja aprimorada nos cinco níveis propostos por José Oiticica, através de um projeto de “preparação racional do povo”. Como resultado disto está a capacidade de se melhor utilizar das forças concorrentes para resolver os problemas em vista, e de se reduzir a pressão das forças oponentes; em alguns casos, a melhor forma de se lidar com uma força oponente extremamente resistente, de acordo com o plano de Oiticica, é transformá-la em uma força concorrente para a resolução de outro problema. Assim os processos conversão de energia poderiam se tornar mais eficazes, o que no interior do “sistema da história” de

336 Como já enfatizado anteriormente, apesar da “Eficiência” ser o personagem de primeiro plano da narrativa proposta por Oiticica, a história que ele deseja que se conte é, na verdade, uma história sobre a progressiva conquista da liberdade frente aos constrangimentos da natureza e dos que os seres humanos impõem sobre si mesmos. Portanto, uma história sobre a fundação do reino da liberdade. A eficácia, nesse caso, é instrumento de libertação.

337 CATROGA, Fernando. Ainda será a História Mestra da Vida? **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, Edição Especial, n.2, 2006, p.21.

Oitica significa dizer que se aumentaria a quantidade de elementos de satisfação das necessidades humanas.

As interpretações canônicas sobre a dissolução do *topos*

Em uma duradoura genealogia, a vocação pedagógica e pragmática da historiografia pode ser remontada a Tucídides, passando por Políbio, até Cícero cunhar a expressão “*historia magistra vitae*”, em seu “*De oratore*”, apreendendo através dela um já recorrente entendimento sobre a função da historiografia, contribuindo, ao mesmo tempo, para a sua difusão. De acordo com esta fórmula, os eventos narrados assumem um estatuto particular de exemplos e contra-exemplos, e a experiência do passado é compreendida como um conjunto de situações das quais se podem tirar diversos ensinamentos para a vida. A historiografia, ao estimular a repetição de acertos e a prevenção de erros, serviria de guia para um aprimoramento da conduta ética e moral dos indivíduos ou para o sucesso de governantes na política. Por volta do século XVI, mesmo os críticos a essa noção no início da Era Moderna, entre eles Guicciardini e Gracián, membros de uma vertente cética que alegava ser impossível aprender com a história, partiam dos mesmos princípios através dos quais o antigo *topos* operava para fundar esta convicção, pois retiravam do próprio passado o entendimento de que nada se pode aprender a partir dele. Mantinha-se, de qualquer forma, uma compreensão sobre a utilidade da historiografia e sua capacidade de instruir; concepção longeva que, em termos gerais, perdurou quase ilesa, pelo menos, até o século XVIII no Ocidente.

Segundo interpretações já clássicas, consolidadas por Koselleck, o pressuposto que asseguraria a operacionalidade do *topos* da *historia magistra* é a de um “espaço de experiência contínuo”, o que significa dizer que havia o reconhecimento de certa identidade fundamental entre passado e futuro. Para Koselleck, “essa visão pressupunha que todas as histórias são semelhantes entre si, ou que são estruturalmente parecidas. Pois somente assim é que se pode aprender com elas no futuro”. Subjaz a essa fórmula, portanto, uma “mentalidade ahistórica” ou uma “experiência estática do tempo”, na qual os acontecimentos futuros nunca transcendem os contornos gerais dos acontecimentos passados. A expectativa do futuro corresponde às experiências do passado, produzindo a sensibilidade de que, no fundo, tudo permanecerá como sempre fora³³⁸.

338 KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**, *Op. Cit.*, 2006, p.318.

Fernando Catroga sugere que se note para a existência de uma conexão estreita entre a historiografia antiga e a metafísica grega, tão obcecada pelo imutável. De acordo com o autor, “o ritmo do cosmos, a raiz ahistórica da natureza humana e a fama (perpetuada pela escrita) são, assim, as traves-mestras que devem ser invocadas para se entender melhor o consabido preceito greco-romano (Tucídides, Políbio, Cícero) segundo o qual a história é mestra da vida”³³⁹. No interior dos pressupostos clássicos, o registro dos acontecimentos do presente e do passado adquirem a natureza de coleção de exemplos pedagógicos porque o que poderá vir acontecer no futuro está circunscrito no ritmo circular do tempo ou nos limites de uma natureza humana considerada invariável. A função social da historiografia se amparava, portanto, na premissa de que “os ritmos da vida poderiam repetir-se”³⁴⁰.

O processo que faz cessar as condições de existência da *historia magistra vitae* só poderia ser, de acordo com este raciocínio, uma nova articulação entre as dimensões temporais do passado, presente, e futuro, dispondo-as em uma relação qualitativamente diversa, uma em que elas necessariamente não mais se coincidiriam. Neste caso, também uma certa “*episteme*” fundamentaria a sensibilidade moderna, aquela que proclamaria a separação do sujeito histórico do mundo físico, dos ritmos da natureza, e reconhecera a história como uma realidade dinâmica, “que arrastava, não uma parte ou faceta, mas o espírito humano como um todo evolvente, devido à sua infinita potencialidade de aperfeiçoamento”³⁴¹.

Uma produção bibliográfica já bastante consistente tem apontado para afloração desta sensibilidade e forma de experienciar a passagem do tempo na história da sociedade brasileira no início do século XIX, ocorrendo sem lapsos temporais muito significativos se comparado com a experiência europeia (ou alemã), sobre a qual investigou, de fato, Koselleck. Esta mesma bibliografia sobre a experiência brasileira, contudo, tem constatado a proliferação do *topos* da história mestra da vida no século XIX, dentro e fora do IHGB, no mesmo de contexto formação do conceito moderno de história; o conceito que, melhor do que qualquer outro, apreenderia a nova configuração da experiência do tempo, marcada pela descontinuidade entre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativa”, e na qual os acontecimentos são, conseqüentemente, percebidos como únicos, irreversíveis, e sempre inéditos, desafiando a capacidade da historiografia instruir pelo estabelecimento de paralelos entre as referidas dimensões temporais. Haveria uma continuidade do recurso ao *topos* antigo

339 CATROGA, Fernando. Ainda será a História Mestra da Vida?, *Op. Cit.*, p.14.

340 CATROGA, Fernando. Ainda será a História Mestra da Vida?, *Op. Cit.*, p.13.

341 CATROGA, Fernando. Ainda será a História Mestra da Vida?, *Op. Cit.*, p.17-18.

mesmo quando, a partir de 1870, a experiência moderna de tempo teria se instaurado inegavelmente, sem abrir muita margem para ambiguidades, no circuito de intelectuais e homens de letras brasileiros³⁴².

Diante da coexistência destes fenômenos, à primeira vista, excludentes, caso sejam levadas em consideração a interpretação brevemente reconstituída acima, diversos pesquisadores brasileiros têm refletido sobre a natureza da presença do *topos* antigo em um campo de experiência moderno no Brasil. Anteriormente apresentamos como Oiticica compreende ser possível aprender com um passado que, progressivamente, se distancia do presente, e qual procedimento deve ser realizado para que ele instrua o futuro. Agora, vejamos outra manifestação dos traços da historiografia clássica na ciência da história fundada pelo republicano brasileiro, isto é, o imperativo do julgamento.

O historiador como um juiz cientista

José Oiticica prescreve que o historiador do futuro comporte-se como um juiz. O historiador, segundo seu plano, deveria engajar-se em uma análise dos erros cometidos na história do Brasil, considerando-os como fenômenos legítimos e tão merecedores de atenção quanto os acertos, e, como um conselheiro político, demonstrasse aos governantes do país os momentos em que se errou e acertou na condução do sentido da história do Brasil. De acordo com Koselleck, esta é uma característica que integraria a conjuntura da *Historia Magistra*, “o fato de que o historiador não apenas instrua, mas também profira sentenças e juízos, sendo também obrigado a julgar”³⁴³. No interior desta antiga concepção, esta postura não seria necessariamente um sinal de ausência de comprometimento com a verdade. Como recorda Araújo, para os Antigos “as diferenças entre o retrato falso e o verdadeiro não seriam produto de melhor conhecimento documental, e sim da melhor posição para julgar o valor moral das ações”. Sem enfatizar tanto questões de ordem empírica, heurística ou representacional, os critérios elencados para avaliar as narrativas dos historiadores antigos estariam relacionados, antes, com a credibilidade e posição social por eles ocupada, sendo considerada privilegiada aquela em que o partido e os interesses defendidos pelo historiador não se imiscuissem com alguma das partes envolvidas nos eventos narrados. O afastamento e a universalidade dos

342 TURIN, Rodrigo. **Tempos cruzados**: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em História. Rio de Janeiro, 2009, p.224.

343 KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**, *Op. Cit.*, 2006, p.56.

juízos, mais do que qualquer outra coisa, tornaria mais verdadeira uma determinada representação da história em relação a outras³⁴⁴.

Com a formação da moderna experiência do tempo e a constituição da história enquanto uma disciplina científica as exigências de imparcialidade ocasionaram num apagamento da figura do historiador na sua prática e no interior do texto por ele produzido. Caberia somente à História, enquanto singular coletivo, julgar, proferir vereditos e punições, estando a justiça imanente a ela. A conhecida frase de Leopold Von Ranke, do prefácio a “História dos povos latinos e germânicos” pode ser melhor compreendida se iluminada pela conjuntura de dissolução do *topos* da *historia magistra vitae* na história moderna. Com ela o historiador alemão não está postulando a possibilidade de uma representação única e eterna sobre o passado, mas sugerindo que o historiador se dispa da sua toga de magistrado. Uma breve leitura na íntegra do parágrafo em que sua frase está inserida já serviria para dissipar qualquer dúvida sobre o significado de sua repetida frase. Em suas próprias palavras, Ranke esclarece seu propósito: “Se diz que a história tem por missão julgar o passado e instruir o presente em benefício do futuro. Missão ambiciosa [...] Nossa pretensão, é mais modesta: tratamos, simplesmente, de expor como ocorreram, em realidade, as coisas”³⁴⁵.

De acordo com esta concepção de historiador moderno, será o próprio desenrolar da história através do tempo que demonstrará quais foram os atos positivos e negativos do passado. É o futuro que possui esta verdade. O historiador cientista não precisa mais se preocupar com a justiça. Como compreender, em face do exposto, as formulações do moderno José Oiticica, que prescreve que se discrimine os “erros” e “acertos” na história do Brasil? Se o processo que constitui a História ainda está inconcluso, como é possível emitir sobre ele juízos de valor? Ao mesmo tempo, ele também exige a imparcialidade como um dom necessário ao historiador. Tomando o cientista natural como modelo de imparcialidade, reclama Oiticica que “o historiador será imparcial, como se examinasse minerais ou o curso dos astros”. Qual seria a posição, em seu caso, que garantiria a justiça nos julgamentos?

A concepção de uma ciência ao mesmo tempo imparcial e moralista não é estranha ao conjunto de referências de José Oiticica. Frédéric Le Play, o mestre da Escola a qual Oiticica criticamente se filiou, pensava de forma parecida. Também para ele a ciência poderia

344 ARAÚJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo**, *Op. Cit.*, 2008, p.47; p.43.

345 Tradução nossa do excerto em espanhol: “Se ha dicho que la historia tiene por misión enjuiciar el pasado e instruir al presente em beneficio del futuro. Misión ambiciosa, en verdad, que este ensayo nuestro no se arroga. Nuestra pretensión, es más modesta: tratamos, simplemente, de exponer cómo ocurrieron, em realidad, las cosas”. RANKE, Leopold Von. (Prologo) *Historia de los pueblos latinos y germanicos de 1494 a 1535*. In: _____. **Pueblos y Estados en la historia moderna**. México: FCE, 1948, p.38.

ser imparcial e conviver com a intervenção moral. De acordo com José Ignacio Monerris, “Le Play não concebe uma ciência social sem moral; as sociedades se guiam por certos princípios morais, que o cientista social deve respeitar e levar em conta em seus estudos”³⁴⁶. Em alguma medida, Le Play se aproxima dos Antigos ao defender a imparcialidade de sua ciência, e a manutenção de seu comprometimento com a verdade, através do argumento da “universalidade dos juízos”. No seu caso, Le Play acredita possuir “instrumentos universais” de medição do bem e do mal, “regras da moral e da justiça” reconhecidas por todos os “povos civilizados”. Contra possíveis objeções ao que o autor entendia por certo ou por errado, Le Play invoca o “consentimento universal, pelo menos de 'todas as nações civilizadas', às regras da moral e aos índices empíricos de respeito a essas regras”, e o exemplo destas regras universais que ele lança mão é a do generalizado respeito e cuidado com os mais velhos e com os enfermos. Acreditando ter compreendido valores forçosamente benéficos a qualquer sociedade, Le Play fundamenta uma moral imparcial. Em suas próprias palavras, o engenheiro de minas francês diz:

Tomaremos como medida de moralidade e bem-estar certos fatos nos quais a importância está universalmente reconhecida [...] todo sistema novo de organização que comprometer a segurança da família, ou que tenderia a debilitar essas virtudes adquiridas, será considerado como defeituoso [...]³⁴⁷

A sua ciência assume um teor moralizante porque o autor está comprometido, em primeiro lugar, com o bem-estar da sociedade. Segundo Monerris, a ciência social de Le Play procurava diferenciar-se da chamada “economia política” de seu tempo porque acreditava que “sua aparente neutralidade, sua pretensão de observar os mecanismos econômicos sem julgá-los, na verdade resultaria na adesão ao funcionamento econômico que descreve”. Praticar um conhecimento solidário aos valores e juízos morais seria uma forma, portanto, de se conectar aos valores humanos que são o que sustentam o bem-estar da sociedade. “A ciência social não pode ser alheia à moral que fundamenta a sociedade”³⁴⁸.

José Oiticica ampara-se em pressupostos muito parecidos para formular a sua ciência da história moralizante e imparcial. Também ele defende existirem critérios universais para se valorar os fatos. O ponto de vista para a realização de juízos de valor seguros é oferecido por

346 MONERRIS, José Ignacio Garrigós. Frédéric Le Play o la construcción de un método para las ciencias sociales, *Op. Cit.*, p.186; p.185.

347 LE PLAY, Frédéric. **Les ouvriers européens**, 1855, p.11 *apud* MONERRIS, José Ignacio Garrigós. Frédéric Le Play o la construcción..., *Op. Cit.*, p.185.

348 MONERRIS, José Ignacio Garrigós. Frédéric Le Play o la construcción..., *Op. Cit.*, p.186.

Oiticica de acordo com a sua filosofia da história. Se, de acordo com o autor, as sociedades precisam ser encaradas como máquinas, se torna necessariamente lógico que o mau seja tudo aquilo que é “incompatível com o aumento de energia”³⁴⁹, com o aumento de seu rendimento proporcional. O egoísmo e a “tendência ao esbulho” deveriam ser compreendidos, de acordo com o autor, como um dado da natureza humana, traços da “animalidade” persistente do ser humano, já que, sem dúvida, “o pendor de cada um é satisfazer as necessidades próprias do melhor modo e o mais rapidamente possível”. No interior de uma sociedade, no entanto, este tipo de comportamento não contribuiria para o aumento da quantidade de força humana, capaz de, quando acumulada, satisfazer as necessidades do maior número de pessoas possível. Por isto, na visão do autor, o “ambicioso” é socialmente odiado e visto como “mau”, ainda que esteja ele dando vazão a sua própria natureza. Em contrapartida, o autor enaltece a “cooperação”, entendida por ele como a “matriz de toda sociedade”. Oiticica desta forma instrui o historiador a ser um juiz da dinâmica histórica. Um juiz, porém, de tipo particular porque cientista, amparado em princípios universais, e, por consequência, imparcial. Diz o autor: “essa compreensão, representando o mal como um fenômeno natural, tanto quanto a cristalização ou a polenização, evitará que se surpreenda o historiador com as contracorrentes opostas às iniciativas úteis. Se revoltará menos contra elas”³⁵⁰. Assim, por meio do critério científico derivado da filosofia da história de Oiticica, se constrói uma noção de mal “diferente da vulgar”, e assegura que se amparado por ela “o historiador será imparcial, como se examinasse minerais ou o curso dos astros”³⁵¹.

Em Oiticica, a adoção de um ponto de vista que se quer universal e fora da história (posto em seu fim) torna possível a imparcialidade. A visão sinóptica permite um olhar que se coloca acima dos lados envolvidos na história. A bem da verdade, ela rompe com a “tradição dos dois lados” da historiografia antiga não tanto porque na história do Brasil o número de participantes excede as categorias operatórias desta tradição (por exemplo, gregos/bárbaros), mas porque Oiticica elege um ponto de vista como o superior, o único possível – o do Estado-Nação em marcha, do Brasil civilizado localizado no futuro, do equilíbrio universal entre as nações. Consequentemente, é a própria ideia de “ponto de vista” que é abandonada em função do olhar e do juízo absoluto que advém do fim da história. Resta analisar de modo específico como Oiticica sugere que se realizem ajuizamentos sobre o rendimento de conversão de

349 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.200.

350 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.200

351 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.196.

energias na história da nação brasileira. Tomemos alguns casos mais expressivos para análise.

A crítica dos erros e acertos

O “problema da defesa contra os estrangeiros”, um problema geral da história do Brasil, quando desmembrado em seus problemas secundários pode ser elencado como um primeiro exemplo de como Oiticica aconselha o julgamento sobre os fatos do passado. Como já exposto no capítulo anterior, o “problema da defesa da terra” se situa nos momentos iniciais da colonização portuguesa na América, quando da chegada e estabelecimento dos primeiros portugueses no litoral atlântico do território americano, e pode ser segmentado, de um lado, em “repulsa direta de intrusos” por meio de “acossamento de piratas” e “expedições regulares”, e, de outro, em organização desta defesa através do estabelecimento de instituições como “as fortificações e as milícias de terra e mar”. Sobre este problema Oiticica não oferece maiores considerações, nem apresenta exemplos, porque, segundo ele, a “natureza desse escrito me inibe”, já que pretendia apenas estabelecer as linhas gerais da história por ele desejada. Em sua breve explanação, uma indicação de como deve prosseguir aquele que se debruçar sobre este problema, no entanto, é bem clara e direta. Para ele, “o mister do historiador será, depois de classificar os fatos, averiguar se andaram bem os promotores e executores das medidas; se, dadas as condições de tempo e meio, poderiam fazer mais e melhor”³⁵². Marca-se, portanto, um corte entre o tempo de Oiticica e o dos portugueses do início da colonização, restringindo a amplitude dos julgamentos que o historiador poderá fazer sobre o passado. Ele deve se restringir apenas ao que estava disponível no século XVI para aqueles colonizadores.

Oiticica prescreve uma avaliação similar a ser realizada pelo seu historiador, desta vez, sobre o aproveitamento dos “capitais de exploração disponíveis” no problema geral do “cultivo do solo”. Este problema secundário dos capitais seria, para Oiticica, um subcapítulo de “máxima importância” porque, a seu ver, “são os *capitais* a alma das empresas”. Menos do que discorrer sobre a proveniência dos “recursos pecuniários”, dos “materiais de trabalho”, ou do “coeficiente intelectual”, ele deveria ser escrito orientado pela indagação de como eles foram aplicados e empregados. Para tanto, Oiticica aconselha que o historiador construa “um catálogo dos utensílios de trabalho, a determinação do uso e quantidade de animais aproveitáveis na lavoura [...] tópicos desprezados mas de sumo interesse” porque eles “dão-

352 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.182.

nos um meio de ajuizar mais ou menos da eficácia do *trabalho*, da energia humana, na extração das riquezas agrícolas”³⁵³. Estabelece-se, assim, mais uma vez, limites para o ajuizamento. Cada sentença deve ser precedida por um estudo das condições que se apresentavam naquele tempo, de modo que não se cometa injustiças para com as partes envolvidas. Uma mediação deve ser feita no ato de julgar, demandando deste juiz não apenas os critérios universais fundamentados na “teoria das energias” mas também a posse de ferramentas que o restringiria a cometer anacronismos.

Ainda sobre este problema secundário, Oiticica afirma que um dos capitais de exploração mais mal aproveitados, segundo o autor, teria sido a mão de obra indígena, visto que “de todos esses problemas, porém, a procura de braços foi, incontestavelmente, o mais sério”. Pergunta Oiticica: “Teriam eles sido apropriados, no ponto de vista econômico, com o maior proveito?” Sua resposta é direta e não é precedida no texto por um exame mais preciso dos fatos históricos: “Evidentemente não”; “o elemento indígena foi mal aproveitado”. Citando a “História do Brasil”, de Rocha Pombo, seu “eruditíssimo amigo”, Oiticica reconhece a injusta condição, “estranha e cruel”, a que os colonos portugueses submeteram os indígenas “desde o primeiro dia da conquista”, e reconhece como legítima a firmeza e indignação “com que [o indígena] protestou contra os golpes imprevistos do seu destino”. Pelas palavras de Rocha Pombo, ele pondera: “Realmente, passar, de um instante para outro, daquela soberania da floresta em que aqui o encontramos, para a dureza da escravidão, agravada ainda nas lavras e nos eitos deveriam ser um martírio para o selvagem”. Os portugueses, segundo Oiticica, deveriam ter compreendido a “psicologia do indígena”, e avaliado, a partir dela, os efeitos que causariam a escravidão “dos rudes trabalhos da lavoura”. A alternativa deveria ter sido atentar para as “aptidões do índio” e tirar proveito do “que ele tinha de mais nobre no fundo de sua natureza moral, de mais aproveitável nas suas *virtudes étnicas*”. Lamenta o autor:

Os colonizadores não entenderam assim e o *capital* desperdiçado é incalculável. Foi esse o maior erro dos portugueses. O estado de civilização deles, é verdade, não lhes permitia uma concepção econômica genial, mas a aliciação dos índios pelos franceses, mostra como, nesse tempo, seria possível aos diretores da colônia darem o rumo certo à questão. O decreto de 1775 favorável aos selvícolas demonstra como a sã ideia adejava entre os usurpadores da terra.³⁵⁴

O passado, mais uma vez, surge como uma diferença. Mesmo assim é possível julgá-

353 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.184.

354 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.186.

lo de maneira tão contundente (“o maior erro dos portugueses”). Oiticica quase os absolve pela já mencionada desproporção da “educação” dos colonizadores portugueses (nesse caso, uma “concepção econômica” rudimentar), reduzindo o peso da sentença, outra vez, pelas limitações impostas pelas condições do caráter do tipo social português do século XVI; mas as experiências dos franceses contemporâneos o permite ser firme na sua posição. Se o julgamento não pode recorrer a um paralelo direto entre o passado e o presente, porque um abismo os separa, o historiador deverá recorrer a paralelos sincrônicos, entre aqueles que possuem certa identidade no interior de um mesmo tempo: ambos europeus, ambos envolvidos em projetos colonizadores. Se um ator abriu precedentes de que era possível fazer algo, então outros terão o seu julgamento amparado também nestes casos. Os franceses entenderam que a melhor maneira de lidar com uma força oponente que resiste a ser convertida na resolução de um problema (no caso, o uso da mão de obra indígena para o do cultivo do solo) é conduzindo-a em outra direção, tornando-a uma força concorrente de outra situação conflituosa.

José Oiticica reconhece que, em alguma medida, os portugueses também fizeram isso na resolução de outro problema. Os brasileiros do século XIX teriam compreendido um dos potenciais dos indígenas enquanto forças favoráveis ao acúmulo de energia humana. Na terceira subdivisão do problema geral do cultivo do solo, o problema do transporte, “consequência fatal da força oponente: *distância*”, Oiticica aconselha o historiador a começar a escrita deste capítulo pelas “investidas para o sertão descrevendo os caminhos dos índios tão úteis mais tarde no traçado das estradas de ferro”. Além disto, tratando ainda da viação terrestre (“estradas de rodagem” e “ferrovias”), deveria o historiador expor como este ramo de atividade evoluiu, e demonstrar as “causas imediatas de abertura de novas vias”. Quanto a viação marítima (“navegação fluvial”, “navegação marítima de cabotagem”, “navegação marítima internacional”), pontua o autor que tudo está por ser feito e, em sua compreensão, “não só em pesquisa”. A ausência de um “plano de conjunto, formulado cientificamente, com os dados oferecidos pela geografia moderna” só demonstraria a “espantosa negligência com que malbaratamos a mais estupenda rede fluvial do mundo”. Sobre este problema secundário o historiador também deve ser um juiz: “O problema do transporte é da mais alta importância e é mister apontar os erros ou os acertos dos administradores nos regulamentos sobre fretes, passagens e direção econômica das estradas de ferro”³⁵⁵. Neste caso, o historiador do fluxo

355 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.188.

energético, que advoga em nome da energia, deveria se perguntar o quanto estes regulamentos se mostraram como um obstáculo ou um facilitador do acúmulo de força humana.

No “Como se deve escrever a história do Brasil” de Oiticica o indígena também aparece como uma força concorrente razoavelmente aproveitada nas considerações sobre o modo de tratar o “problema das minas”. Este seria um assunto complexo e nele deveriam se considerar as exuberantes forças que se opunham a empresa de procura das minas (a distância, os indígenas, a revitualização, a falta de capitais de exploração, o desconhecimento da terra), e as poucas forças correntes que poderiam auxiliar nesse processo (os escassos meios pecuniários, o caminho dos índios, o concurso de algumas tribos, a ideia do plantio prévio em estações, e a cobiça)³⁵⁶. Descobertas as minas, outros problemas secundários surgiriam, como o da “pesquisa dos veios” e o de sua “exploração”. Todos os problemas secundários concernentes ao problema do cultivo do solo estariam contidos neste, com a adição, contudo, de outros três: a “polícia das minas”, a “repressão do contrabando”, e “o sustento dos operários (escravos)”. A dificuldade da resolução do problema geral das minas, segundo Oiticica, estaria na solução destes problemas secundários diversos em sua natureza. Desta forma, o autor conclui que:

O essencial aqui é analisar minuciosamente os rendimentos, os processos de mineração e legislação. Esta, em grande parte, tem sido um fator deprimente, concorrendo para a perda de força humana. No tocante à mineração não resta dúvida que temos perdido muito e as causas desse desperdício são fáceis de salientar.³⁵⁷

Tanto no problema secundário do transporte da produção agrícola (o regulamento de fretes, passagens e estradas de ferro) como no problema das minas (a legislação sobre a mineração) o Estado aparece como um possível obstáculo ao desenvolvimento da força humana. José Murilo de Carvalho, na já referida palestra da década de 90 do século passado, atribui a José Oiticica a característica de ser um “planificador social”, com isso provavelmente querendo dizer que haveria em seu modelo de escrita da história do Brasil um projeto político que, por meio do Estado, pretendesse reorganizar a sociedade de maneira uniforme e sistematizada, com um conjunto de reformas que abrangesse o corpo social em sua totalidade. Percebe-se através da leitura do texto de Oiticica como o autor, com uma postura um tanto liberal, alimenta um certo ceticismo em torno do Estado, dando a entender, inclusive, que um ensinamento possível de ser extraído do passado da nação é o quanto este

356 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.188.

357 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.189.

agente, o Estado, quando mal administrado, pode acabar por desviar a sociedade brasileira do seu sentido e de sua missão. Os dirigentes do país, no presente e no futuro, deveriam ter esta lição sempre em mente na condução do país.

A questão dos limites da ação do Estado também aparece no “problema da organização nacional”, o último na lista de problemas em que Oiticica aponta estudos de cálculo do rendimento de energias nos processos de conversão. Neste problema, de acordo com o autor, são absorvidos todos os problemas referentes a vida do Brasil como um país independente, e todas as tarefas e medidas do Estado que, a partir de 1822, se empenhavam no grande projeto de “criar a nação”, e de fazê-lo guiar-se por si mesmo. Para retirá-lo da condição de “aglomeração de feitorias a sugar”, cabia aos governantes de meados do século XIX fundar instituições administrativas e políticas, jurídicas e econômicas, que concentrassem energias e as trilhassem para um fim útil e determinado. O problema secundário da educação, para o autor, está no centro do problema da organização nacional. No entanto, este seria um problema “irresolvido até agora, [e que] vai desgarrando, cada vez mais, da boa solução, pois a julgar pelos livros dos competentes e pelas decisões dos responsáveis, andam eles tão imbuídos da anarquia pedagógica da França, que nenhum critério revelaram na compreensão do assunto”. A Escola de Le Play e Edmond Demolins, a principal referência dos leplaysianos para Oiticica no que diz respeito a educação, são evidentemente de origem francesa, mas o projeto educacional que defenderam e que foi posto em prática (a “École des Roches”), era manifestamente inspirado nas iniciativas educacionais inglesas, nos modelos de escola desenvolvidos na Inglaterra. Curiosamente, José Veríssimo possui um diagnóstico similar ao de José Oiticica a respeito deste aspecto. Para Veríssimo, “o nosso anárquico e defeituoso sistema de educação” demandaria uma modificação profunda, ainda mais porque “saído do duro e como quer que seja ininteligente sistema de educação portuguesa, caímos, por influência de ideias francesas, no extremo oposto”³⁵⁸. Esse desvio, nos dizeres de Oiticica, é de “péssimos efeitos no engrandecimento nacional”; a ele deveria ser contraposto um modelo de educação próximo ao seu Colégio Latino-Americano, amparado nas ideias de Demolins e na quádrupla divisão da educação do próprio Oiticica. Um projeto educacional, vale dizer, de iniciativa privada.

O problema da educação, de “importância suprema”, deveria ser estudado em suas relações com as instituições e o desenvolvimento do país. Segundo o autor, seria elementar

358 VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. *Op. Cit.*, 2013, p.104.

“atender, no computo das *forças concorrentes*, a solução do problema da nossa *formação* ao *capital intelectual* representado pelos nossos grandes estadistas, homens de letras e soldados”³⁵⁹. Manifestando seus posicionamentos políticos e um diagnóstico sobre a sociedade brasileira de seu tempo, Oiticica orienta este estudo da seguinte maneira:

Insistirá o historiador em demonstrar a falta de educação política de dirigentes e dirigidos, desde as balburdias da Constituinte até os atuais processos de eleição ou funcionamento do Corpo Legislativo. Os males decorrentes desse estado lamentável são incomensuráveis; o essencial, porém, é assinalar que as forças concorrentes, por mais intensas que sejam, pouco trabalho útil produzirão se passam por aparelho defeituoso [...] Se o anarquismo tem alguma razão teórica é essa da fabulosa soma de força malbaratada pelo engenho governamental.³⁶⁰

Na indicação do estudo do problema da educação, José Oiticica, assim como fez no problema dos capitais de cultivo do solo (na questão sobre a mão de obra de indígena), antecipa um julgamento sobre os fatos a serem analisados. Para ele, o historiador precisará apenas demonstrar um juízo já consolidado, a ausência de “visão” dos políticos brasileiros, em muitos momentos denunciada pelo autor, e claramente a grande razão encontrada por ele para o “atraso” brasileiro, em suas palavras, para o “desequilíbrio de forças”. O autor segue, em linhas gerais, a argumentação dos “federalistas científicos”, exposta por Angela Alonso, contra a estrutura imperial, segundo os quais a responsabilidade para a situação do país deveria ser encontrada não nas circunstâncias geográficas ou climáticas, na forma de colonização ou tipo de colonizador (ainda que Oiticica pondere sobre a “falta de educação” do “tipo social” português), ou na pequena duração do Brasil enquanto um país, mas nas “decisões políticas equivocadas” de políticos incapazes³⁶¹. Para ele, “não houve uma administração de conjunto, com um plano determinado e compreensivo. Tomavam-se providências, aqui e ali, à medida das reclamações e ao compasso dos interesses da corte [...]”³⁶². Esta é uma consideração sobre o governo na América Portuguesa, anterior a independência em 1822, mas, sem dúvida, pode ser estendida, de acordo com a argumentação de Oiticica, para toda a vida política do Brasil, mesmo que algumas alterações teriam sido feitas.

A confiança de Oiticica no Estado está atrelada a sua confiança na qualidade dos dirigentes, que poderiam ser melhores instruídos caso lessem a história planejada por ele, pois

359 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910c, p.423.

360 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.196.

361 ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**, *Op. Cit.*, 2002, p.231; p.258.

362 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.193.

por meio dela compreenderiam o sentido da sociedade que governam e poderiam articular em uma mesma direção os seus atos administrativos. Neste sentido, Oiticica pode ser compreendido como um “planificador social” que reivindica uma “política científica”³⁶³; não tanto a defesa do governo dos sábios, de uma elite técnico-científica, mas de dirigentes que, reconhecendo que os conselhos destes intelectuais podem iluminar seus negócios, se apropriam dos princípios científicos, convertendo-os em atos concretos de governo. No caso do problema secundário da educação, José Oiticica não faz nenhuma indicação de avaliação do rendimento de energias. Este passado da nação não parece ter tido algum grande momento de acerto, figurando mais como uma situação negativa que deve ser tão logo superada. O passado impele para o futuro, conseqüentemente melhor. A “falta de educação de dirigentes e dirigidos” funciona como um contraexemplo que aponta para um novo tempo.

Como parte da relação entre o problema da organização nacional e o subproblema da educação, o historiador de Oiticica deveria ater-se também a outro desperdício de energia, que é, segundo ele, o “não aproveitamento de ideias úteis”. Elas seriam para o autor como invenções, aparelhos, que poderiam, como solucionadoras de problemas, fazer funcionar de maneira mais eficiente a maquinaria social; é assim, tal como uma força concorrente que faz parte do *capital* a ser o máximo possível aproveitado, que Oiticica compreende o “fator *inteligência*, um dos fundamentos da evolução histórica”³⁶⁴. Ao “traçar o perfil dos nossos grandes homens”, este historiador deveria “destacar dentre as ideias deles as realmente úteis, indicando a aplicação que tiveram ou o abandono em que morreram”, sugere o autor. Um governo preocupado com o bem público, segundo o autor, deveria “favorecer a eclosão das ideias, executá-las ou ativar a *imitação* delas”³⁶⁵. De um lado, o passado do desinteresse dos governantes com o “fator inteligência”, de modo similar ao tópico anterior, impele, por seu turno, a um futuro em que exista fomento e cultivo de ideias, além de que neste novo tempo elas sejam, com efeito, postas em prática. Este passado também poderia ser explorado de modo que se discriminassem no interior de toda a produção intelectual dos grandes brasileiros aquelas ideias que pudessem ser consideradas “úteis”, ou seja, que poderiam favorecer o acúmulo de força humana. Aparentemente estas são ideias atemporais, que transpõem o corte entre passado e presente, possibilitando que sejam válidas independente das circunstâncias em que foram produzidas. Os critérios universais que servem para julgar o passado, se criam a

363 ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**, *Op. Cit.*, 2002, p.238.

364 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.187.

365 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910d, p.196.

imparcialidade no proferimento de sentenças, também ajudam a superar as fronteiras entre as dimensões temporais.

Uma moderna *historia magistra vitae*

O “Como se deve escrever a história do Brasil”, de José Oiticica, pode ser entendido como um contra-exemplo à hipótese do “*estreitamento do topos*”³⁶⁶ da *historia magistra vitae* na experiência historiográfica oitocentista no Brasil, de autoria de Araújo. Segundo esta hipótese, em vez de dissolver-se com os modernos processos que supostamente deveriam cessar com as suas condições de existência (uma historiografia em vias de disciplinarização e o moderno conceito de história), “o lugar que a expressão 'história mestra da vida' oferece para o abrigo da experiência histórica vai se encurtando, perdendo a centralidade que tinha em formas de experiência da história não modernas”. A tendência no Brasil oitocentista, segundo o autor, apontaria para uma marginalização do *topos* e sua função, deslizando para subgêneros do discurso histórico, como biografias, necrológios, elogios. A sua crescente presença e importância, porém, é incontestável, continua o autor, uma vez que, prestando um serviço à nação, a biografia magistral e outros discursos de natureza memorialística e encomiástica estariam no centro dos discursos de construção e legitimação do Estado Moderno Brasileiro. Seria possível ao *topos* servir a esse propósito por haver uma crença entre os contemporâneos no “valor intemporal da pátria enquanto nação”³⁶⁷.

Maria da Glória Oliveira é outra pesquisadora que analisa a forma pela qual o *topos* antigo encontrou nas biografias de cunho nacional um abrigo no século XIX, reformulando-se para sobreviver aos novos tempos³⁶⁸. A autora apresenta uma perspectiva sobre a relação entre historiografia e a biografia na experiência brasileira oitocentista que tenta ampliar a visão para os diferentes usos (ou “modulações”) da escrita biográfica no período, pondo em evidência não apenas o valor exemplar, magistral, presente nas biografias moralizantes de ilustres servidores da nação. Complementando a hipótese de Araújo, Oliveira pontua que “a composição dos panteões biográficos no Oitocentos pode ser compreendida como

366 ARAÚJO, Valdei Lopes de. Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX. IN: NICOLAZZI; MOLLO; ARAÚJO (orgs.) **Aprender com a história?** O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 134.

367 ARAÚJO, Valdei Lopes de. Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX, *Op. Cit.*, 2011, p.134; p.140.

368 OLIVEIRA, Maria da Glória. Biografia e *historia magistra vitae*: sobre a exemplaridade das vidas ilustres no Brasil oitocentista. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 22, n. 42, p. 273-294, dez. 2015

manifestação tangível e efetiva não apenas de permanências, mas de mobilizações renovadas do *topos* da *historia magistra vitae* no contexto de elaboração das historiografias nacionais”. As narrativas das trajetórias individuais destes homens da nação também foram concebidas, de acordo com a autora, como vias de acesso privilegiado para o conhecimento do tempo histórico que eles viveram, como “chaves possíveis de acesso à apreensão e representação dos quadros gerais do passado”. Esta seria uma modulação da escrita biográfica e do *topos*, um uso heurístico, que, segundo a autora, encontraria sua justificativa, grosso modo, em fundamentos modernos, embora preservasse, em menor medida, a noção de exemplaridade, cara a historiografia antiga. Esta forma de conceber a biografia, diz a autora, “está fundada menos na elaboração de retratos singulares de virtudes e exemplos morais do que no reconhecimento do valor heurístico das vidas dos grandes homens na apreensão da história, pensada no singular coletivo”³⁶⁹. Assim, Maria da Glória Oliveira trabalha com a hipótese de Araújo, desenvolvendo-a, e avança iluminando as zonas que ela pode obscurecer.

O ensaio de José Oiticica propõe uma narrativa histórica nacional de natureza ampla, uma história da formação da sociedade brasileira que abrange a sua totalidade, o seu sentido mais geral. O gênero deste discurso é tão central quanto foi o proposto por Von Martius na sua “Dissertação” ou o realizado na “História Geral do Brasil” de Varnhagen. Neste caso, o *topos* das lições da história encontrou meios de sobreviver no interior dos procedimentos da produção de um novo livro sobre a história do Brasil, uma escrita mais científica, mais sintética, e que, perante as novas configurações da sociedade brasileira, ordenaria mais uma vez o passado, atualizando a capacidade dele oferecer uma orientação política. O *topos* teria se alojado em uma das etapas do método histórico elaborado por Oiticica, um método que superaria toda a tradição historiográfica que o precedeu, brasileira ou europeia, por sua capacidade de entrever a linha condutora principal dos acontecimentos, e oferecer critérios seguros para selecionar, classificar, comparar os acontecimentos. Com ele, a história, finalmente, teria alcançado a condição de ciência, a ciência que estuda as “leis de evolução da força humana”, e nunca mais as tarefas do historiador e a do erudito poderiam ser confundidas.

Se isto basta para que se evidencie a permanência do *topos* no gênero de discurso histórico mais privilegiado, uma análise mais cuidadosa deve ser feita sobre a função que o *topos* antigo exerce na escrita da história do Brasil prescrita por José Oiticica. Corresponderia

369 OLIVEIRA, Maria da Glória. Biografia e *historia magistra vitae*, *Op. Cit.*, p.285; p.284.

ao tipo específico de aprendizado pelo exemplo, e empregado na vida ativa, no mundo da política, das coisas públicas ou no cotidiano pela prevenção ou imitação, ou se esses exemplos possuiriam efeitos práticos apenas porque são “metaforizados”? Se assim for, Oiticica mobilizaria um sentido mais amplo e vago do *topos* da *historia magistra vitae* ao evocá-lo, o que faria o seu uso, segundo a maneira de Araújo compreender estes usos não restritos, perder “força estruturante”³⁷⁰. Com que eficácia, com que compreensão da realidade José Oiticica recorre ao *topos* das lições da história?

A sua avaliação do mau aproveitamento da energia humanas dos indígenas, do erro dos portugueses, parece engendrar, sem muitas dúvidas, uma lição certa de como os governantes de seu tempo deveriam se relacionar com os indígenas caso quisessem aproveitar as forças humanas concentradas neles. Os casos em que a energia dos indígenas foi bem aproveitada (no problema do transporte e das minas) aparecem em seu texto como exemplos de “acertos”. Entre eles figuram o aproveitamento de seus conhecimentos sobre o meio para aprofundar a interiorização do Brasil, facilitando a abertura de estradas e a fundação de cidades. Os indígenas poderiam também ser aliados no problema da conquista da terra se as rivalidades entre as populações indígenas fossem exploradas pelos dirigentes brasileiros. Tirar proveito das “virtudes étnicas” dos indígenas, de suas aptidões próprias, para a consolidação do Estado Moderno brasileiro e para acelerar a marcha do Brasil rumo ao fim da história, é um dos ensinamentos que poderia muito bem constar no plano de administração da nação brasileira formulado a partir da história do Brasil proposta por José Oiticica. Neste caso, são exemplos que poderiam ser imitados no presente do autor sem significativas mudanças, ou também poderiam servir como “inspiração” para situações não esperadas. Aprender com este passado parece ser possível, de acordo com as exigências específicas do *topos* antigo, apenas porque “o tempo não haveria andado” para os indígenas, e porque haveria uma continuidade límpida (um “campo de experiência contínuo”), mantida até o século de Oiticica, na relação entre o Estado e eles. A frase em que Oiticica estabelece o corte entre passado e presente fundacional da experiência moderna de tempo, ao dizer que a diferença entre estas duas categorias temporais é capital, não parece ser válida para o caso dos indígenas.

Uma lição mais concreta também surge na apreciação dos desperdícios de energia provocados pela legislação no problema da mineração. Nela parece haver um claro ensinamento sobre os malefícios de um Estado demasiado presente e controlador das relações

370 ARAÚJO, Valdeí Lopes de. **A experiência do tempo**, *Op. Cit.*, 2008, p.150.

de ordem econômica e produtiva. A lição, no entanto, soa mais como uma advertência, e o problema das minas oferece a experiência de um erro recorrente sobre o qual é preciso se estar atento no presente e no futuro. O exemplo, neste caso, pode ser acionado em qualquer situação em que o Estado venha a se colocar como uma força oponente, transcendendo, assim, a situação específica da legislação sobre a exploração de minérios.

Tendo os casos analisados em consideração, acreditamos que é possível inferir que o uso do *topos* da *historia magistra vitae* é estruturante no plano de escrita da história de Oiticica. Tanto o caso dos indígenas como o caso das “ideias úteis” se encaixam dentro dos requisitos do aprendizado pelo exemplo, em que o passado deve ser imitado no presente ou futuro. Em grande parte do ensaio, contudo, o efeito deste uso é, na verdade, uma exortação para que, em outras situações no futuro, se procure ao máximo o melhor rendimento na conversão de energias. Os exemplos ou contra-exemplos apontam para o futuro, e servem de combustível para a chegada no novo tempo. De todo modo, mesmo os exemplos que se enquadram no uso restrito da fórmula parecem somente fazer sentido e ter operacionalidade no presente se este futuro da máxima eficiência energética estiver no horizonte. Eles não bastam por si mesmos, e não estão desprovidos de historicidade. Há uma interdependência entre os exemplos do passado a serem imitados ou evitados no presente e futuro e a noção de processo. Cada evento deixa de carregar uma porção de “sentido geral” que, de acordo com a historiografia antiga, se mantinha nos confins de sua forma individual e cuja lição revelava-se em e por si mesma³⁷¹. O sentido da história do Brasil, no caso de Oiticica, adquire o monopólio da significação dos eventos dignos de imitação ou repúdio. Se cada “caso isolado deixa de ter caráter político didático”, poderia se dizer, ainda com Koselleck, que “cada ensinamento particular conflui então no evento pedagógico geral”³⁷².

Em certos momentos, o claro fundo moralizante do “Como se deve escrever a história do Brasil” de Oiticica é aliado também a uma dimensão pedagógica nacional mais ampla; em seu caso, uma educação mais cívica do que nacionalista. Em Martius há, da mesma forma, uma aposta no “valor eminentemente pedagógico” da história nação por ele planejada, e o autor alemão também lança mão do *topos* antigo para marcar esta função: “a história é uma mestra, não somente do futuro, como também do presente”³⁷³. O historiador ideal de Martius deveria tornar visível a nação brasileira, despertando nos leitores brasileiros o “amor

371 ARENDT, Hannah. **Entre passado e futuro**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2000, p.96.

372 KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**, *Op. Cit.*, p.59-60; p.55.

373 MARTIUS, Karl Von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Livro de fontes de historiografia brasileira**, *Op. Cit.*, p.85.

da pátria” e desfazendo as divergências com o projeto monárquico-constitucionalista. De acordo com Temístocles Cezar, “Martius propõe uma história calculada, bem mensurada, bem refletida para combater os oponentes do regime”³⁷⁴. Como já dito anteriormente, e como sugere a maneira como o botânico alemão aciona a fórmula ciceroniana, sua preocupação é com a pacificação de um presente instável; de algum modo, reter a velocidade do tempo para melhor controlar as transformações³⁷⁵. O caso é diferente com Oiticica, que reconhece uma certa estabilidade no regime republicano há 20 anos instaurado, mesmo que visualize algumas adversidades até a completa consolidação do Estado-Nação no Brasil. Em uma descrição sobre a sociedade brasileira em que está inserido, José Oiticica pondera:

Penso que a nossa organização nacional não está definitivamente assentada, conquanto a forma de governo pareça fixada com o advento da República. Entretanto, ainda nesse particular, vícios radicais requererem séria medicina. Estou que não será, porém, violenta. Com o impulso progressista ultimamente tomado e com a resolução prática das restantes pendências internacionais, vai-se a nação alentando e corrigindo os males mais profundos.³⁷⁶

O público da história prescrita por José Oiticica não seria exclusivamente os futuros dirigentes do país (elitismo), mas também os “dirigidos”, carentes de conhecer o caminho do progresso. Oiticica assume estar autorizado a acreditar em sua utopia de satisfação total de necessidades humanas e extinção do mal (no sentido de sua “teoria das energias”), “pois a humanidade tem melhorado muito e tudo a arrasta a melhorar sempre”, e defende que “um dos meios mais eficientes de propaganda moral seria ensinar ao povo, pela história, como esse aperfeiçoamento se tem feito”³⁷⁷. Não seria forçoso afirmar que o próprio projeto historiográfico de José Oiticica está inserido no projeto de “preparação racional do povo”, indispensável para que o Brasil possa atingir a posição de hegemonia na porção sul do continente americano, e encaminhar a história para o equilíbrio térmico do fim dos tempos. Desta forma, o exemplo está em função da aceleração temporal e a historiografia está a serviço da formação de sujeitos aptos a aprofundar a realização do sentido da história. Os ensinamentos servem, portanto, aos governantes no exercício do poder, mas também aos indivíduos enquanto partes que compõem o povo. Através da ideia de condução um certo

374 CEZAR, Temístocles. Como deveria ser a escrita da história no século XIX, *Op. Cit.*, 2003, p.206.

375 De acordo com Valdei, o sujeito moderno seria caracterizado também pela consciência da possibilidade de se retardar a História, e não apenas pelo ímpeto de acelerá-la a todo custo. Neste aspecto, o que marca a moderna experiência do tempo é a disponibilidade de controle da velocidade da marcha do tempo. Cf. ARAÚJO, Valdei Lopes. Sobre a permanência da expressão..., *Op.Cit.*, p.144.

376 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910c, p.423

377 OITICICA, José. Como se deve..., *Op. Cit.*, 1910c, p.200.

elitismo, contudo, se faz presente no plano de José Oiticica.

No início do século XX, a fórmula ciceroniana é acionada no projeto historiográfico de José Oiticica, é bem verdade, com alguns deslocamentos relevantes. Afinal, a flexibilidade seria uma característica constituinte do *topos* antigo³⁷⁸ - e desse modo o foi pelos quase dois mil anos de existência da fórmula. Ainda assim, o ensaio de José Oiticica se destaca pela inserção do tipo de aprendizado específico da fórmula nos procedimentos modernos de produção de conhecimento histórico, e na sua articulação com uma narrativa que tem como base uma experiência moderna de tempo. A tipologia que Valdei Lopes de Araújo construiu para se pensar a presença da fórmula ao longo do século XIX brasileiro³⁷⁹ auxilia na compreensão da “aplicação heterodoxa”³⁸⁰ de José Oiticica do *topos* antigo. A reivindicação explícita da fórmula por Oiticica poderia ser entendida como uma tentativa clara de “legitimação” do ofício do historiador e de sua “politização”, reservando ao historiador uma responsabilidade com o seu presente e discriminando a parte que caberia a ele no “desenvolvimento da nação”. O uso oculto da fórmula, o qual tratamos com mais cuidado até aqui, operaria, por sua vez, conforme uma “ressignificação”, por meio de uma adaptação de fragmentos e da herança da *historia magistra vitae* no interior de um campo de experiência moderno. “Uma *historia magistra* que está de acordo com o regime moderno”, que está em “sintonia com ele”, e que “seria passível de expressá-lo”. Uma *historia magistra* renovada, na qual o tempo se torna um ator. Uma *historia magistra* que se abriria para o porvir e não negaria, muito pelo contrário, a ruptura do passado³⁸¹. O *topos*, no caso de José Oiticica, aprofunda ainda mais as condições de existência que supostamente o faria deixar de ter operacionalidade, isto é, ele proclama a separação entre as dimensões temporais. Quando pode se dizer que o *topos* garante sua eficácia na continuidade entre passado e presente, tal como se expressa no caso do uso da energia dos indígenas, as lições que dali se tiram estão a serviço da produção de uma fratura entre estas categorias temporais. Em qualquer uma das situações, a presença e aplicação do *topos* manifestam uma ânsia pela modernidade nos trópicos; curiosa articulação entre o *topos* da história mestra da vida e o *topos* do atraso nacional.

378 KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**, *Op. Cit.*, p.42

379 ARAÚJO, Valdei Lopes. Sobre a permanência da expressão..., *Op.Cit.*, p.141.

380 A expressão se encontra em CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX**: o caso Varnhagen. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, p.200.

381 Reconhecidas as diferenças temporais e espaciais que os circunscrevem, as considerações que François Hartog faz, em “Regimes de Historicidade”, sobre algumas políticas de patrimônio na França da primeira metade do século XIX nos parecem frutíferas para se refletir sobre o caso de José Oiticica. Cf. HARTOG, François. **Regimes de historicidade**, *Op.Cit.*, p.227, p.230, p.244.

A continuidade do uso da expressão no plano de escrita da história do Brasil de José Oiticica, em uma historiografia científica e situada nos marcos do regime republicano, aliada a um projeto político diferente do monárquico-constitucional, pode ser compreendida, no quadro das transformações na experiência historiográfica da virada de século, também a partir da metáfora da “reforma”, nos termos propostos por Angela Alonso sobre a geração de 1870. A *historia magistra vitae* esteve presente no coração do IHGB não só para conferir legitimidade e utilidade ao trabalho do historiador, reforçando sua dimensão pragmática e pedagógica, tal como em Martius, mas também como um “princípio organizador que justifica e ao mesmo tempo orienta as investigações do IHGB”³⁸². O cônego Januário da Cunha Barbosa, em seu “Discurso” inaugural do IHGB de 1839, inclui Cícero na proposta de seu novo projeto historiográfico como um guia dos estudos históricos da associação. Como “testemunho dos tempos”, a historiografia nacional deveria, segundo Barbosa, “eternizar pela história os fatos memoráveis da pátria, salvando-os da voragem do tempo”. Como “escola da vida”, o Brasil e os brasileiros poderiam “apresentar pela história, ao estudo e emulação de seus filhos, uma longa série de varões distintos por seu saber e brilhantes qualidades”. Assim, apesar de desconhecidos pela obscuridade da ignorância, a história do Brasil abundaria “modelos de virtudes”, diz Barbosa, repreendendo os espíritos que declinam em realizar este tipo de estudo sobre a história nacional, “como se só na Grécia e em Roma tivessem aparecido fatos heroicos e varões prestantes, que merecessem ser imitados”³⁸³.

Na obra de Varnhagen também haveria uma presença do *topos*, de uma natureza singular, por mais que ela não se mostre nitidamente. Uma presença dissimulada, que trabalharia no interior do texto de Varnhagen como uma “encarnação à la Michelet”³⁸⁴. Por último, nas “Indicações sobre a história nacional”, em 1894, o sócio do IHGB Tristão de Alencar Araripe arguia que o historiador moderno não deveria deixar de lado as tarefas do historiador antigo, combinando os protocolos da história mestra da vida com as demandas do patriotismo nacional. O historiador brasileiro, para Araripe, precisaria “assinalar os elementos de colonização, que recebemos, para no futuro, conhecermos e avaliarmos as origens da nossa nacionalidade ainda em elaboração”. Por outro lado, ele não deveria deixar de lado cumprir

382 CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia entre os antigos e os modernos. IN: NEVES, Lucia; GUIMARÃES, Lucia; GONÇALVES, Marcia; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Estudos de Historiografia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p.97.

383 BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. IN: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Livro de fontes de historiografia brasileira**, *Op. Cit.*, p.22; p.30-31; p.30.

384 CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX**, *Op. Cit.*, p.206.

com “um dos sagrados deveres do historiador”, a saber, a preservação das glórias dos homens que engrandeceram a pátria. Em clara referência a historiografia clássica, diz o autor: “Pinte o historiador brasileiro os nossos grandes cidadãos, como Plutarco desenhou os homens célebres da Grécia e Roma, e estou certo que conseguirá fazer relevantíssimo serviço à terra do nosso berço, em prol de quem suscitará patriotas sinceros e verdadeiros”³⁸⁵.

Se, como diz Araújo, “a história no século XIX continuou a ser 'mestra da vida', não é a sua capacidade de ensinar que foi questionada, mas o que e como ela podia ensinar”. Prossegue o autor ponderando que “a continuidade do uso da expressão não nos deve surpreender, mas nos alertar para a complexidade crescente de seus usos e multiplicidade de seus significados.” Para além das modulações de biografias nacionais moralizantes, uma miríade de possibilidades de uso do *topos* se desvelam, em uma mesma conjuntura historiográfica, em um mesmo autor, talvez em um mesmo texto. O “Como se deve escrever a história do Brasil” de José Oiticica propõe uma historiografia nacional que oferece lições de eficácia da máquina social. A história seria uma escola que formaria governantes sábios, amparados em princípios científicos. Os conselhos do historiador de Oiticica são, em última instância, sobre como atingir o progresso e chegar ao fim da história. A sua *historia magistra*, deste modo, é mais política do que ética, serve mais a consecução de um destino comum, do que a instrução do ser humano individual³⁸⁶.

Outro fato significativo sobre o plano de José Oiticica é que ele estende a continuidade do *topos* da *historia magistra* até o século XX, depois dos brados de ruptura da geração de 1870 com toda a produção intelectual anterior a eles. É claro, não esteve sozinho José Oiticica em alargar a presença do *topos* para o alvorecer republicano. No interior do IHGB, nos momentos seguintes a queda de seu maior protetor e patrocinador, a historiografia da passagem do século XIX para o XX também conciliou concepções antigas e modernas, formulando, a seu próprio modo, versões do *topos* das lições da história que se compatibilizavam com o vocabulário e os protocolos de uma ciência histórica nomológica. De acordo com Hugo Hruby, que estudou extensivamente a produção do IHGB neste período e as transformações por que passava a historiografia, “ao olharem para trás os fundadores viam uma história mestra da vida, e ao olharem para frente, viam uma história moderna e filosófica”. Não muito diferente do que ocorria com a proposta de José Oiticica, foram

385 ARARIPE, Tristão de Alencar. Indicações sobre a história nacional. IN: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Livro de fontes de historiografia brasileira**, *Op. Cit.*, p.228-229.

386 HARTOG, François. **Evidência da história**, *Op. Cit.*, p.179.

recorrentes posicionamentos no IHGB quanto ao “fazer história” que defendiam poder ser a historiografia “científica em seu método e instrutiva em seu objeto”³⁸⁷.

Como já pontuado, o caráter reformador das transformações nas experiências historiográficas do fim do século, levado a cabo por um conjunto de intelectuais fora do círculo oficial do poder, e por meio de outros repertórios intelectuais e políticos, explica tanto, em José Oiticica, a permanência do formato de reflexão (e prescrição) sobre a escrita da história (o “Como se deve...”) como também a continuidade do *topos* antigo como um princípio organizador da produção historiográfica. Embora proclamem-se diferentes e melhores, permanece na historiografia científica, sintética e definitivamente moderna dos intelectuais do fim do século XIX, como um substrato profundo, elementos dos regimes historiográficos precedentes.

387 HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra**: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889 - 1912). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, 2007, p.138-139; p.140.

CONCLUSÃO

Primavera dos tempos históricos

Em 25 de maio de 1910, foi publicado um parecer no jornal “O País” sobre a mais recente publicação do jovem escritor José Oiticica. “Como se deve escrever a história do Brasil”, do Sr. José Oiticica, forma o primeiro ensaio de uma série sobre a orientação que devem seguir os futuros historiadores que tiverem de narrar os diversos períodos da nossa evolução política, social, econômica, industrial, etc”. O mesmo jornal, em 1º de outubro de 1910, retoma em tom de desfecho o texto de Oiticica, publicado, já nos meses finais daquele ano, em sua integralidade, as quatro partes que o compõe. A avaliação sobre o ensaio é positiva, e se expressa nas seguintes palavras: “É um trabalho que firmou o nome do autor, pela clareza da exposição, pela elegância da linguagem e, sobretudo, pela lucidez dos pontos de vista históricos”³⁸⁸. Apesar das boas recomendações do periódico, José Oiticica ficou sem resposta³⁸⁹.

O ensaio sob o qual José Oiticica angariou supostamente um nome no cenário intelectual carioca, foi, na verdade, um projeto historiográfico descontinuado, que não fez sentir sua presença na maneira de se escrever a história do Brasil ao longo do século XX. Também a sociedade brasileira não alcançou, pelo menos por enquanto, o seu estágio altamente eficaz de processamento de energias, nem o planeta atingiu a paz perpétua através do equilíbrio energético. Sobre o plano de Oiticica, que continha, embutido, a concepção de uma nova ciência da história, impôs-se, em um tempo relativamente curto, outras formas de se

388 O PAIZ. Rio de Janeiro, Anno XXVI, n. 9363, 25 de maio de 1910, p.6; O PAIZ. Rio de Janeiro, Anno XXVII, n. 9492, 1 de outubro de 1910, p.4.

389 Este texto em específico de José Oiticica até chega a ser mencionado por um outro colaborador da Revista Americana alguns poucos anos após sua publicação. Em 1917, Evaristo Morais, no texto “A escravidão nas Belas Artes”, que é o último capítulo da obra “Extinção da escravidão no Brasil”, retoma, em nota de pé de página, a constatação do “jovem polígrafo José Oiticica” (p.49) sobre a escassez de estudos no Brasil sobre o “elemento negro” na configuração da nacionalidade brasileira. Mas esta citação ao trabalho de Oiticica é apenas uma entre outros autores que Morais elenca para reforçar um diagnóstico sobre o “estado da arte” de uma área de estudos. De nenhum modo este autor, ou qualquer outro, executa o programa de José Oiticica. Cf. MORAIS, Evaristo. A escravidão nas Bellas Artes. **Revista Americana**. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, Ano VII, n.1, outubro, 1917, p.47. Depois da publicação do “Como se deve escrever a história do Brasil” José Oiticica seguiu contribuindo com o periódico. A começar em 1911, publicou uma série de textos sobre o estilo de Alexandre Herculano, que se estendem até 1913; nesse ano também assumiu funções editoriais, trabalhando na seção de resenhas críticas da Revista; em 1916 lançou um poema de estilo parnasiano, chamado “Aspirar”; e em de 1917, já dando sinais do percurso que tomara sua trajetória intelectual e profissional, publicação de dois textos em sequência sobre a gramática da língua portuguesa. Cf. OITICICA, José. O estylo de Alexandre Herculano. **Revista Americana**. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, Ano II, n.2, fevereiro, 1911; OITICICA, José. Aspirar. **Revista Americana**. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, Anno VI, n.1, outubro, 1916. OITICICA, José. À margem das grammaticas. **Revista Americana**. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, Ano VI, n. 5, fevereiro, 1917.

narrar a história da nação, mais ensaísticas mas não menos científicas. Projetos de nação menos mirabolantes estavam nelas contidos, é bem verdade, mas, elas, sim, foram capazes de orientar a produção historiográfica brasileira por um bom tempo. Por sua vez, José Oiticica da mesma forma seguiu sua vida, enveredando-se por caminhos que fizeram seu nome transmitir um outro legado.

O estudo aqui apresentado se ateve, assim, aos “possíveis que não aconteceram” na historiografia brasileira. Sobre esta experiência silenciosa se incidiu um conjunto articulado de conceitos que postulam uma relação entre a temporalidade e a representação, a fim de compreender melhor a proposição de uma nova normatividade para a prática historiográfica no início do século XX, lançada pelo republicano José Oiticica em uma conjuntura de crítica as formas pelas quais se concebia a prática historiográfica no começo do século passado. Qual a relação entra a proposição de se escrever uma nova história do Brasil e a experiência do tempo daquele período, em um momento de consolidação da República enquanto regime político, de formação de um mercado de trabalho livre, da entrada de novas ideias no ambiente intelectual brasileiro? Como foi possível perceber a experiência e a expectativa como princípios ordenadores dos traços gerais da futura historiografia projetada pelo autor?

A investigação apontou para a existência de uma relação de identidade entre temporalidade e representação, mas dedicou-se aos “excessos”, naquilo em que o projeto de Oiticica transborda as determinações temporais: em como ele age sobre estas estruturas, e em como ele assume configurações próprias em que pese um mesmo “regime de historicidade”. A noção de “regime historiográfico” possibilitou apreender isto que sobra, que escapa, servindo não como um instrumento que traça mais limites, mas que, ao contrário, torna visíveis certos movimentos no interior da historiografia. Prescrutar a “dinâmica interna da historiografia” não é pressupor um ponto neutro onde a política ou a ideologia não chega. É atentar para zonas em que o tempo e a nação (ou o tempo da nação) não englobam de todo. A noção de “regime historiográfico” pode ser entendida, assim, como capaz de iluminar a diversidade do discurso histórico, a pluralidade de estruturas formais e conteúdos, também as diversas expectativas e demandas projetadas sobre ela. Daí a hesitação durante este texto em dar vazão a um ímpeto classificatório ou definidor sobre o que seriam, de uma vez por todas, estes “regimes historiográficos”. A utilização do conceito como um instrumento taxonômico e, num segundo momento, a construção de uma tipologia, de um inventário dos regimes historiográficos, só contribuiria para reduzir a diversidade que se queria, afinal, evidenciar.

José Oiticica atua em um momento urgente e decisivo, oferecendo um “sistema da história” que garante a historiografia uma certa autonomia disciplinar e salvaguarda seu estatuto de gênero discursivo privilegiado (como trabalho teórico e conhecimento sobre o Estado-nação) na configuração de saberes em transformação. E que articula de forma coerente o já distante passado colonial, o recente passado monárquico e o presente republicano, sanando uma demanda por ordenação das experiências diante das transformações pelas quais a sociedade brasileira passava na virada de século. Sobretudo, José Oiticica propõe um certo fracionamento coordenado do tempo para apontar para um destino comum. Assim, o jovem brasileiro propunha uma reorganização da historiografia, mas também uma reordenação da temporalidade. De um lado, Oiticica contesta uma historiografia moderna e coloca outra historiografia moderna em seu lugar. Os textos de Martius e Oiticica também são duplos nesse sentido. Mas, em comparação a Martius, a dimensão narrativa no plano de Oiticica tende a prevalecer em detrimento de procedimentos investigativos e críticos. Por isso defendemos que, no interior de uma mesma “ordem do tempo”, uma certa elite intelectual brasileira pretendeu “reformular” a historiografia, afirmando o seu estatuto científico através de uma maior inclinação deste saber para o polo da reflexividade. De acordo com estes “modernos reformadores” da história, nas palavras de Sílvio Romero, este era um primeiro passo necessário para que o Brasil superasse sua condição de “atraso”. Isto é, era preciso, antes de tudo, ver o Brasil de outra forma, através desta narrativa mais abrangente e totalizante, reconhecer uma unidade e um sentido que até então haviam passado despercebido. Somente através destas novas lentes um programa de reformas no plano social poderia ser concebido.

Por outro lado, o passado, o presente, e o futuro, na forma em que Oiticica estabelece suas fronteiras, mantém uma fisionomia um tanto similar ao de seu êmulo alemão, embora, como procuramos defender, um peso maior tenha sido concedido ao porvir. Ele adquire uma feição mais identificável, seus traços tornando-se mais nítidos e coloridos, e ele passa a representar “um polo de identificação coletiva”³⁹⁰. Se o futuro, portanto, se abre ainda mais, é também verdade que essa abertura (as possibilidades de projeção e figuração) é mediada pelas experiências (e horizontes) das nações mais adiantadas no tempo. Não há, como haverá nos ensaios históricos mencionados acima, a definição de um caminho singular a ser percorrido pelo Brasil neste arranjo mundial. A via para atingir o fim da história até pode ser própria, através do que chamamos de sub-imperialismo sul-americano, mas o fim da linha é,

390 HARTOG, François. **Crer em história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p.26.

seguramente, a imitação de padrões civilizatórios europeus. Se a substituição do conceito de energia pelo de raça abre a possibilidade para o Brasil de alcançar a condição de civilização (reformulando, em alguma medida, a identidade nacional), por outro lado, ela nivela as nações “por baixo”, reduzindo a pluralidade de configurações culturais.

No entanto, o novo repertório político-intelectual acionado por José Oiticica para fundar sua ciência da história e a nova narrativa nacional não significou, como se pôde perceber, uma adesão automática e repetitiva de modelos explicativos provenientes da Europa, isto é, a construção de sua historiografia moderna e científica não significou uma “adesão irrefletida a filosofias da história europeias”³⁹¹. Tanto a sua “teoria das energias”, quanto o “complemento filosófico” que insere no método da Escola de Le Play, demonstram a inventividade do autor, sua seleção e reformulação das teorias, de modo a ajustá-las a seu projeto historiográfico, político e de nação. Principalmente a sua inclusão do *topos* da *historia magistra vitae* como parte do método histórico científico é o fato mais profundo a ser considerado neste aspecto. Mesmo porque isto altera, em alguma medida, a forma moderna de se relacionar com o tempo.

A prática historiográfica que José Oiticica prescreve possui, desta forma, certas peculiaridades que interrompem qualquer tentativa de vislumbre de uma linha evolutiva e necessária entre Varnhagen (a “origem”), Capistrano de Abreu (a “transição”), e Sérgio Buarque de Holanda, ele que, em um outro momento de sua vida, representa também um modelo acadêmico/disciplinar de escrita da história com seu livro *Visão do Paraíso*, originalmente escrito como uma tese universitária (a nossa condição atual)³⁹². Ambicionou-se, assim, evidenciar as variedades do discurso histórico moderno³⁹³. O gesto de tematizar essas diferenças no texto de Oiticica (ou construí-lo como uma diferença) talvez seja uma maneira de fazer a história da historiografia estar em função da suspensão de determinadas memórias disciplinares e da desestabilização de uma determinada “ordem disciplinar” presente. De torná-la mais suscetível a mudanças em seus fundamentos, de se abrir condições para que se possa produzir descontinuidades e rupturas nas formas de se fazer/escrever a história na atualidade.

391 CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX**, *Op. Cit.*, 2018, p.200.

392 A percepção desta função dupla que Holanda ocuparia na história da historiografia brasileira, de representar tanto o grupo dos ensaístas da década de 1930, como o dos historiadores universitários dos anos posteriores, se encontra em NICODEMO, Thiago; PEREIRA, Mateus; SANTOS, Pedro dos. **Uma introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

393 ARAÚJO, Valdeí Lopes. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 31, n.56, p.365-400, mai/ago 2015.

A história da historiografia seria, desta forma, uma política de abertura disciplinar para que novas formas de se apreender a história, de se escrever, ler, tocar, imaginar, ou mesmo novas configurações de saber (custe o que custar à história-disciplina) possam emergir. Tendo em vista a potencialidade disruptiva dessa forma de investigação histórica, a pesquisa foi alimentada por um espírito de ampliação das possibilidades da historiografia contemporânea e de uma possível expansão das áreas de atuação profissional do historiador no século XXI. Se bem que era esta, em alguma medida, a própria preocupação de José Oiticica – buscar novas formas de se escrever a história do Brasil. A pesquisa se enquadrou em uma abordagem indiretamente comparativa, entre um passado desejoso de reformas no conhecimento histórico, e um presente que demanda mudanças ainda mais profundas nesta área do saber.

A conjuntura historiográfica contemporânea é marcada pela profusão de uma multiplicidade de vozes sobre o passado brasileiro, até pouco tempo apenas em estado latente. Nestas circunstâncias, a historiografia tem enfrentado a questão sobre como poderia atuar em um tempo em que não mais detém o monopólio explicativo acerca do passado e muito menos do presente³⁹⁴, o que leva, em muitos casos, ao questionamento da própria autoridade do historiador³⁹⁵. Este fenômeno, segundo Araújo, seria fruto de uma “ampliação das condições de se aprender e produzir história”³⁹⁶ no início do século XXI, estreitamente ligada com as mais recentes transformações tecnológicas e, tão importante quanto, com uma relativa abertura dos espaços oficiais de saber (por meio de políticas de ação afirmativa) a grupos subalternos que deles foram historicamente marginalizados e excluídos. Uma transformação mais ampla na sociedade contemporânea está reorganizando a esfera da produção cultural, por meio da democratização de saberes e de certas ferramentas de publicação (virtuais), que tornam todos os usuários dos ambientes digitais em potenciais autores. Esta reordenação afeta também a dimensão da produção de narrativas sobre o passado, transformando, cada vez mais, o público do historiador em um público também produtor de histórias³⁹⁷.

A filósofa Djamila Ribeiro têm destacado como também estas revoluções tecnológicas contribuem para que os grupos subalternos conquistassem um certo

394 CEZAR, Temístocles. O que fabrica o historiador quando faz história, hoje? Ensaio sobre a crença na história (Brasil séculos XIX-XXI). **Rev. antropol.** (São Paulo, Online) | v. 61 n. 2: 78-95 | USP, 2018.

395 MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 37, nº 74, 2017.

396 ARAÚJO, Valdei. O Direito à História: O(A) Historiador(a) como Curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída. In: Géssica Guimarães, Leonardo Bruno, Rodrigo Perez. **Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica histórica.** Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p.214; p.207.

397 MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos..., *Op. Cit.*, 2017, p.141.

reconhecimento de suas falas, abrindo fissuras em uma longuíssima lógica que sempre negou a escuta a estes sujeitos. Diz a autora que no espaço virtual “pessoas de grupos historicamente discriminados encontraram aí um lugar de existir, seja na criação de páginas, sites, seja em canais de vídeos, blogs...”. O ambiente virtual, e, em alguma medida, recentemente o espaço acadêmico, fizeram com que fosse ouvida uma crítica contundente à representatividade (em termos políticos e cognitivos) dos saberes, epistemologias e institucionalidades oficiais, do caráter supostamente universal da historiografia disciplinar e do moderno conceito de história que a sustenta. Djamila Ribeiro afirma, sobre o levante destas vozes e o rompimento de um silêncio secular, que “o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único [...] lutar para romper com o regime de autorização discursiva”, com a “matriz de autoridade que construiu o mundo como um evento epistemicida”³⁹⁸.

No interior deste amplo debate, o saber histórico moderno é desvelado enquanto um projeto social, situado em um espaço e tempo determinado, fruto de diversas contingências, sempre articulado a projetos de poder. Ao se “epidermizar”, “provincializar” e “sexualizar/generificar” este discurso sobre o passado, que, por um bom tempo, se quis neutro e arrogou superioridade sobre outros saberes, perde a força de sua autoridade (acima de qualquer suspeita). Ao se contestar os limites dos singulares coletivos herdados da modernidade para se compreender experiências não-europeias ou de grupos subalternos, o século XXI desdobra-se como uma época de pluralizações³⁹⁹. A maior tarefa da geração atual de historiadores e historiadores talvez seja pensar e estudar outras noções de tempo, para além do conceito moderno de história, nas quais se assentam outras formas de saber, para daí reformular os tempos da historiografia. Assumi-las trará, certamente, sérias implicações ao “fazer história”.

Voltemos ao século passado, em outros tempos, para um episódio já mencionado por aqui. Na conferência “História e ideologia. A década de 1870 e 1880”, proferida por José Honório Rodrigues na Academia Brasileira de Letras, em 1970, o necrológio escrito por Capistrano de Abreu, devido ao falecimento de Varnhagen, foi considerado como parte de “um temperamento seduzido pelos outonos históricos”, e o decênio de 1870 a 1880 se caracterizaria na historiografia brasileira, segundo ele, pelo “envelhecimento de alguns

398 RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019, p.86; p.69; p.84. É importante ressaltar que o questionamento da “historiografia tradicional” (p.64), do qual fala Ribeiro, não se manifesta somente por pessoas ligadas ao universo acadêmico. É emblemático o exemplo da música “Não foi Cabral”, da cantora MC Carol, de ampla circulação no espaço virtual, que questiona a representatividade dos marcos da historiografia nacional para as populações negras e indígenas.

399 HARTOG, François. **Crer em história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017, p.217.

elementos essenciais”⁴⁰⁰, pela morte de uma determinada tradição. Ao ressaltar a inventividade de José Oiticica em seu “Como se deve escrever a história do Brasil”, publicado em 1910, evidenciando os deslocamentos e rearranjos da tradição que produz, ele talvez pudesse ser entendido, estendendo a metáfora de Rodrigues, como um texto atraído pelas “primaveras históricas”, um momento um pouco posterior ao do necrológio de Varnhagen, no qual reflexões sobre a história se tornam recorrentes, e propostas de novas formas de escrevê-la surgem com mais força. O que dizer então do nosso tempo?

É claro que não podemos encarar a conjuntura historiográfica atual com tanta ingenuidade. É marca também do fenômeno pontuado acima a entrada na arena pública de uma série de discursos de teor negacionista e revisionista, sem responsabilidade intelectual, ética e política, inclusive por parte de representantes do Estado⁴⁰¹. Isso não retira, no entanto, a riqueza contida na atual conjuntura historiográfica, na dissonância de narrativas históricas (ou no “desentendimento epistêmico”) em nossa contemporaneidade. É preciso que se encare as “potencialidades emancipatórias” de nosso tempo, de modo que se perceba e se reflita sobre outros fundamentos possíveis para a historiografia, para melhor situá-la em uma condição que não foi a de sua “origem” (aquela que a tornou possível), tornando-a mais legítima em nosso tempo e mais libertadora do nosso tempo.

400 RODRIGUES, José Honório. **História, corpo do tempo**. *Op. Cit.*, 1976, p.162.

401 AVILA, Arthur de Lima. Qual passado usar? A historiografia diante dos negacionismos (artigo). In: **Café História – história feita com cliques**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/negacionismo-historico-historiografia/>. Publicado em: 29 abr. 2019. Acesso: 06 de julho de 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- ALONSO, Angela. Arrivistas e Decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana. **Novos Estudos** – CEBRAP, n.85, 2009.
- ANTONIOLLI, Juliano Francesco. **“Tão longe quanto a previsão científica possa chegar”**: a experiência do tempo da geração republicana da Faculdade de Direito de São Paulo. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2017.
- ARAÚJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo**: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.
- ARAÚJO, Valdei Lopes. Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 31, n.56, p.365-400, mai/ago 2015.
- ARAÚJO, Valdei. O Direito à História: O(A) Historiador(a) como Curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída. In: Géssica Guimarães, Leonardo Bruno, Rodrigo Perez. **Conversas sobre o Brasil**: ensaios de crítica histórica. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.
- ARENDDT, Hannah. **Entre passado e futuro**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2000.
- AVILA, Arthur de Lima. Qual passado usar? A historiografia diante dos negacionismos (artigo). In: **Café História – história feita com cliques**. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/negacionismo-historico-historiografia/>. Publicado em: 29 abr. 2019. Acesso: 06 de julho de 2019.
- BENTIVOGLIO, Júlio; NASCIMENTO, Bruno César Nascimento. **Escrever história**: historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX. Serra: Editora Milfontes, 2017.
- BAGGIO, Kátia. Os Intelectuais Brasileiros e o Pan-Americanismo: A Revista Americana (1909-1919). **Anais Eletrônicos do IV Encontro da ANPHLAC Salvador** – 2000.
- BAGGIO, Kátia. A Revista Americana (1909-1919) e as relações entre as Américas. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. **Política, nação e edição**: o lugar dos impressos na constituição da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX. São Paulo: Annablume, 2006.
- BAUDIN, Louis. (Préface) **Frédéric Le Play** (1806-1882). Paris: Dalloz, 1947.

- BLOCH, Marc. **Apologia da história**, ou, O ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOBBIO, Norberto. **Direito e Estado no pensamento de Emanuel Kant**. São Paulo: Mandarim, 2000.
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. A Família na Obra de Le Play. **DADOS – Revista de ciências sociais**, Rio de Janeiro, vol. 45, nº3, 2002.
- BUCUSSI, Alessandro A. **Introdução ao conceito de energia**. Produto do trabalho de conclusão do Mestrado Profissional em Ensino de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Física, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Física, 2007.
- CARVALHO, José Murilo. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Editora UFMG: Belo Horizonte, 1998.
- CASTRO, Fernando Vale. **Pensando um continente**: A Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.
- CATROGA, Fernando. Ainda será a História Mestra da Vida? **Estudos Ibero-Americanos**. PUCRS, Edição Especial, n.2, 2006.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010
- CEZAR, Temístocles. Como deveria ser a escrita da história no século XIX. Ensaio de história intelectual. IN: PESAVENTO, Sandra (org.). **História Intelectual**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- CEZAR, Temístocles. O que fabrica o historiador quando faz história, hoje? Ensaio sobre a crença na história (Brasil séculos XIX-XXI). **Rev. antropol.** (São Paulo, Online) | v. 61 n. 2: 78-95 | USP, 2018
- CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX**: o caso Varnhagen. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva** (Os pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A “Geografia Social” de Sílvio Romero. **Terra Brasilis**, Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, 2, 2000.
- DEMOLINS, Edmond; PINOT, Robert; ROUSIERS, Paul de. La méthode sociale, ses procédés et ses applications. **La Science Sociale**: Suivant la Méthode D'Observation, 19^o Anné, Deuxième Période, 1^o Fascicule, Paris, 1904
- DETONI, Piero di Cristo Carvalho. **A síntese como desafio historiográfico na Primeira**

República: pequenos estudos de caso. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós Graduação em História, 2013

DETONI, Piero di Cristo Carvalho; DETONI, Vicente da Silveira. Uma réplica a Von Martius: José Oiticica e a proposição de uma nova normatividade para a prática historiográfica no alvorecer republicano. **Temporalidades** – Revista de História, Edição 29, v. 11, n. 2, 2019.

DINIZ, Aires Antunes. A Escola Nova de Edmond Demolins segundo Sílvio Romero. **Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação:** A Educação e seus Sujeitos na História, Universidade Católica de Goiás, 05 a 08 de novembro de 2006.

DOSSE, François. **A história.** Bauru, SP: EDUSC, 2003.

DUTRA, Eliana de Freitas (org.). **O Brasil em dois tempos:** História, pensamento social e tempo presente. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013

Enquete sociale sur le pays. **La Science Sociale:** Suivant la Méthode D'Observation, Paris, Deuxième Période, Janvier, 1904

FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. **A trajetória de José Oiticica:** o professor, o autor, o jornalista e o militante anarquista na educação brasileira. Tese de Doutorado apresentada a banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. 2008.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, Ano XXXI, n. 94, 4 de abril de 1905.

GOMES, Angela de Castro. A biblioteca de Viriato Corrêa: incursões sobre a leitura e a escrita de um intelectual brasileiro. IN: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). **O Brasil em dois tempos:** História, pensamento social e tempo presente. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013

GONÇALVES, Márcia. **Filosofia da Natureza.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2006.

GONTIJO, Rebeca. Manoel Bonfim, “pensador da História” na Primeira República. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 23, nº 45, pp. 129-154 - 2003

GONTIJO, Rebeca; OLIVEIRA, Maria da Glória de. Sobre a história da historiografia brasileira: um breve panorama. **R. IHGB,** Rio de Janeiro, a. 177 (472):13-37, jul./set. 2016

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Livro de fontes de historiografia brasileira.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

HARTOG, François. LENCLUND, Gérard. Regimes d'historicité. In: DUTU, Alexandre; DODILLE, Norbert. **L'état des lieux em sciences sociales.** Paris: L'Hartmattan, 1993.

- HARTOG, François. **O século XIX e a História**. O caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003
- HARTOG, François. **Evidência da História**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: presentismo e experiência do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- HARTOG, François. **Crer em história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo da grande obra**: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889 - 1912). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, 2007.
- HRUBY, Hugo. O templo das sagradas escrituras: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a escrita da história do Brasil (1889-1912) **História da historiografia**, número 02, março, 2009.
- KELLEY, Donald R. **Fortunes of history**: historical inquiry from Herder to Huizinga. Yale University Press; New Haven & London, 2003.
- KELLEY, Donald R. **Frontiers of history**: historical inquiry in the twentieth century. Yale University Press; New Haven & London, 2006.
- KODAMA, Kaori. **Martius e o IHGB**: um naturalista e os letrados na construção de uma História. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1999.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado** – contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart; MEIER, Christian; GÜNTHER, Horst; ENGELS, Odilo. **O conceito de História**. Trad. René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- LACOMBE, Paul. **De l'histoire considérée comme science**. Paris: Librairie Hachette, 1894.
- LACOMBE, Pierre [sic]. **La historia considerada como ciencia**. Buenos Aires: Editora Espasa – Calpe, 1948.
- LAMOUNIER, Aden Assunção. **José Oiticica**: itinerário de um militante anarquista (1912-1919). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina – UEL, área de concentração Territórios do Político, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Isabel Aparecida Bilhão, 2011.
- LAURIS JR., Renato Luiz. **José Oiticica**: reflexões e vivências de um anarquista. Dissertação apresentada a Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual

Paulista para a obtenção do título de Mestre em História. Área de Conhecimento: História e Sociedade. 2009

LENCLUD, Gérard. “Traversées dans le temps”. In: **Annales HSS**, n. 5, 2006.

LORENZ, Chris; BEVERNAGE, Berber (Eds.). **Breaking up time** – Negotiating the Borders Between Present, Past and Future. KG, Göttingen : Vandenhoeck & Ruprecht GmbH, 2013.

MACHADO, Lia Osório. As ideias no lugar: O desenvolvimento do pensamento geográfico no Brasil no início do século XX. **Terra Brasilis**, Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, 2, 2000.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a História da Literatura no Brasil: estudo preliminar. **Revista Nitheroy**: revista brasiliense, ciencias, letras e artes, t. 1, n. 01, Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836.

MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca. O presente como problema historiográfico na Primeira República em dois manuais escolares. **Revista História Hoje**, v.2, nº4, 2013

MALERBA, Juradir. **Lições de história**: o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MALERBA, Juradir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 37, nº 74, 2017.

MARTINS, Ana Maria de Castro. A escola da ciência social de Le Play na construção do conhecimento do serviço social português. **Intervenção social**, Lisboa, 1993.

MARTINS, Roberto de Andrade. Mayer e a conservação da energia. **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**, v.6, p.63-95.1984.

MATTOS, Ilmar Rohrloff de. **O tempo Saquarema**. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987

MATTOS, Ilmar Rohrloff de. Do Império à República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 1989.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. **Revista Tempo**. vol. 13. n. 26. jan, 2009

MELLO, Maria Tereza Chaves de. República *versus* Monarquia: a consciência histórica da década de 1880. **História Unisinos**, 14(1):16-22, Janeiro/Abril 2010

MONERRIS, José Ignacio Garrigós. **Pierre Guillaume-Frédéric Le Play** (1806-1882): Biografía intelectual, metodología e investigaciones sociológicas. Tesis de Doctorado, Universidad de Alicante, Facultad: Económicas, Director: Dr. Octavio Uña Juárez, 2001.

- MONERRIS, José Ignacio Garrigós. Frédéric Le Play o la construcción de un método para las ciencias sociales. **Bataria. Revista Castellano-Manchega de Ciencias Sociales**, n. 5, 2002, p.180.
- MORAES, Eduardo Jardim. Modernismo Revisitado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988.
- MOREIRA, Marco Antonio. **Energia, entropia e irreversibilidade**. Textos de apoio ao professor de física. Porto Alegre: Instituto de Física - UFRGS, 1998.
- MUDROVICIC, María Inés. Regímenes de historicidad y regímenes historiográficos: del pasado histórico al pasado presente. **Historiografías**, 5, Enero-Junio, 2013.
- NASCIMENTO, Márcio Luiz do. **Primeira geração romântica versus Escola do Recife**: trajetórias de intelectuais da Corte dos intelectuais periféricos da Escola de Recife. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2010.
- NEVES, Lucia; GUIMARÃES, Lucia; GONÇALVES, Marcia; GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Estudos de Historiografia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de História**: a viagem, a memória, o ensaio: sobre Casa-Grande & Senzala e a representação do passado. São Paulo: Editora Unesp, 2011, p.439.
- NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAÚJO, Valdei Lopes de. (orgs.) **Aprender com a história?** O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- NICOLAZZI, Fernando. Orden del tiempo y escritura de la historia: consideraciones sobre el enayo historico em el Brasil, 1870-1940. **Prismas**, Revista de historia intelectual, n. 19, 2015.
- NICOLAZZI, Fernando (org.). **História e historiadores do Brasil**: do fim do império ao alvorecer da república. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.
- NICOLAZZI, Fernando. Raízes do Brasil e o ensaio histórico brasileiro: da história filosófica à síntese sociológica, 1836-1936. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 2016.
- NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogerio Forastieri da. **Nova história em perspectiva**. Vol 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- O PAIZ. Rio de Janeiro, Anno XXVI, n. 9363, 25 de maio de 1910.
- O PAIZ. Rio de Janeiro, Anno XXVII, n. 9492, 1 de outubro de 1910.
- OITICICA, José. **Estatutos do Collegio Latino Americano**. Rio de Janeiro: Thipografia da Gazeta de Notícias, 1905.

- OITICICA, José. Como se deve escrever a história do Brasil. In: **Revista Americana**. Rio de Janeiro: Edifício do Jornal do Commercio, T. III, Fasc. I - (Abril), Anno I, N. 7, 1910a, pp. 109-117.
- OITICICA, José. Como se deve escrever a história do Brasil. In: **Revista Americana**. Rio de Janeiro: Edifício do Jornal do Commercio, T. III, Fasc. II - (Maio), Anno I, N. 8, 1910b, pp. 292-299.
- OITICICA, José. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista Americana**. Rio de Janeiro: Edifício do Jornal do Commercio, T. III, Fasc. III - (Junho), Anno I, N. 9, 1910c, pp. 419-425.
- OITICICA, José. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista Americana**. Rio de Janeiro: Edifício do Jornal do Commercio, T. IV, Fasc. I-II - (Julho-Agosto), Anno I, N. 10-11, 1910d, pp. 182-202.
- OITICICA, José. **Curso de literatura**. Rio de Janeiro: Ação direta, 1960.
- OITICICA, José. **Ação Direta**. Rio de Janeiro, 1970.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. As Festas que a República Manda Guardar. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, n.4, 1989.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na primeira República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- OLIVEIRA, Maria da Glória. Biografia e *historia magistra vitae*: sobre a exemplaridade das vidas ilustres no Brasil oitocentista. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 22, n. 42, p. 273-294, dez. 2015.
- ORTEGA, Any Marise. **A construção de uma ideologia continental no início do século XX: a Revista Americana (1909-1919)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais: Política), Pontifícia Universidade Católica, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Política), São Paulo, 2003.
- OTELHO, Tarcísio Rodrigues. A Família na Obra de Le Play. **DADOS – Revista de ciências sociais**, Rio de Janeiro, vol. 45, nº3, 2002.
- PEREIRA, Mateus. A história entre os inimigos do evento e os advogados da estrutura. Lisboa. **Ler História**, v. 57, p. 82-107, 2009.
- POCOCK, John Greville Agard. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- PRADO, Antonio Arnoni. Elucubrações dramáticas do professor Oiticica. **Estudos avançados**, 2000.
- PRAXEDES; JACQUES. O princípio de conservação de energia: a convergência dos

diferentes sentidos. **VII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências** (Enpec). Florianópolis, 8 de novembro, 2009.

RÉ, Flávia Maria. **A distância entre as Américas**: uma leitura do pan-americanismo nas primeiras décadas republicanas no Brasil (1889-1912). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política, 2010.

RIBEIRO, João. **História do Brasil** – Curso superior. 14 ed. - Rio de Janeiro: Livraria São José, 1953.

RIBEIRO, João. **Crítica**: Historiadores. Obras de João Ribeiro. vol. VI. Rio de Janeiro: Publicações da ABL, 1961.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RIBEIRO JÚNIOR, João. **Augusto Comte e o positivismo**. Campinas: Edicamp, 2003.

RODRIGUES, José Honório. **História, corpo do tempo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

ROMERO, Silvio. **História da Literatura Brasileira**. Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: José Olympo, 1960.

ROMERO, Silvio. **História da Literatura Brasileira**. Tomo quinto. Diversas Manifestações na prosa: reações anti-românticas na poesia. 6ª edição. Livraria José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1960.

ROMERO, Sílvio. **Brasil Social e outros estudos sociológicos**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

RUFER, Mario. La temporalidad como política: nación, formas de pasado y perspectivas poscoloniales. **Memoria y Sociedad**, Bogotá (Colombia), n. 28, 2010, p.24.

SAMIS, Alexandre. Presenças indômitas: José Oiticica e Domingos Passos. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão Reis. **A formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SANTOS, Ivan N. **A historiografia amadora de Rocha Pombo**: embates e tensões na produção historiográfica brasileira da Primeira República. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A abertura para o mundo**: 1889-1930. Rio de Janeiro: Objetiva,

2012.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Bárbara. A escrita da história no Brasil em fins do Império e na Primeira República. Luna Halabi Belchior; Luisa Rauter Pereira; Sérgio Ricardo da Mata (orgs) **Anais do 7º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia** – Teoria da história e história da historiografia: diálogos Brasil-Alemanha. Ouro Preto: EdUFOP, 2013.

SILVA, Bárbara. Os desafios para a escrita da história nacional no Brasil durante a Primeira República. **Anais do XVI Encontro Regional de História Anpuh-Rio**: Saberes e práticas científicas, 2014.

SILVA, Ana Paula Bispo; SILVA, Jamily Alves da. A influência da Naturphilosophie nas ciências do século XIX: eletromagnetismo e energia. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.24, n.3, jul.-set. 2017, p.687-705.

SOCIÉTÉ INTERNATIONALE DE SCIENCE SOCIALE. Bulletin de la Société internationale de science sociale. Paris : [s.n.], 10º et 11º livraisons, 1905.

TOURVILLE, Henri. **La nomenclature sociale**, d'après F. Le Play: la science sociale est-elle une science? Paris: Libraire de Firmin-Didot, 1887.

TRINDADE, Héglio (org.). **O positivismo**: teoria e prática: sesquicentenário da morte de Augusto Comte. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

TURIN, Rodrigo. **Narrar o passado, projetar o futuro**: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História. Porto Alegre, 2005.

TURIN, Rodrigo. **Tempos cruzados**: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em História, Rio de Janeiro, 2009.

VARELLA, Flávia et al. (orgs.). **A dinâmica do historicismo**: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

VELLOSO, Monica Pimenta. **História & modernismo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VENTURA, Tereza. **Nem barbárie, nem civilização**. São Paulo: Annablume, 2006.

VERÍSSIMO, José. **Historia da literatura brasileira**: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). 2.ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves & Cia, 1929.

VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks; Belo Horizonte, MG: Puc-Minas, 2013.

WEHLING, Arno. **A invenção da História**: estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro, Editora Central da Universidade Gama Filho; Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 1994.

WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 1994.